



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS
LATINO-AMERICANOS (PPGIELA)**

**DA TERRA VERMELHA AO AGRÍÃO: REFLEXÃO DOS TERRITÓRIOS
QUILOMBOLAS NO PARANÁ A PARTIR DO GRUPO DE TRABALHO
CLÓVIS MOURA.**

NAYARA FERNANDA SANTOS DE SENA

Foz do Iguaçu

2025

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (PPGIELA)**

**DA TERRA VERMELHA AO AGRIÃO: REFLEXÃO DOS TERRITÓRIOS
QUILOMBOLAS NO PARANÁ A PARTIR DO GRUPO DE TRABALHO
CLÓVIS MOURA.**

NAYARA FERNANDA SANTOS DE SENA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Anaxsuell Fernando da Silva.

Foz do Iguaçu

2025

NAYARA FERNANDA SANTOS DE SENA

**DA TERRA VERMELHA AO AGRIÃO:
REFLEXÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO PARANÁ A PARTIR
DO GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Anaxsuell Fernando da Silva

UNILA

Prof. Dr. Jurandir de Souza

UNILA

Prof. Dra. Patricia Alves Ramiro

UFPB

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira

UNILAB

Foz do Iguaçu, 26 de março de 2025.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

S474

Sena, Nayara Fernanda Santos de.

Da terra vermelha ao agrião: reflexão dos territórios quilombolas no Paraná a partir do Grupo de Trabalho Clóvis Moura / Nayara Fernanda Santos de Sena. - Foz do Iguaçu, 2025.

134 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos. Foz do Iguaçu - PR, 2025.

Orientador: Anaxsuell Fernando da Silva.

1. Comunidades quilombolas. 2. Território. 3. Paraná. 4. Grupo de Trabalho Clóvis Moura. 5. Estudo Interdisciplinar. I. Silva, Anaxsuell Fernando da. II. Título.

CDU 326.4(81)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aqueles que me guiam e abrem meus caminhos.

A minha irmã Nathalya, minha quase gêmea que por ironia nasceu dois anos depois e um dia antes do meu aniversário, pelo seu cuidado e campanha incondicional. Tinha que ser você!

A minha mãe, Nara, pelo amor de uma vida toda.

Em memória, agradeço a minha vó Lourdes, seu carinho e alegria seguem guardados comigo aonde eu for.

Ao professor orientador Dr. Anaxsuell Fernando da Silva, pela dedicada orientação e paciência que fizeram a diferença em minha trajetória. Obrigada pelo incentivo!

Aos professores escolhidos para compor a banca. Agradeço desde já suas contribuições!

Aos amigos que fazem ou fizeram parte desta minha trajetória. Há um pouco de cada um nesta pesquisa!

Ao PPGIELA, secretaria, docentes e discentes com os quais pude trocar aprendizados.

A UNILA, que pela bolsa PROBIU possibilitou a realização desta pesquisa e minha permanência no mestrado.

*E afetos não se trocam, se compartilham.
Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo
uma recíproca desse afeto.
O afeto vai e vem.
O compartilhamento é uma coisa que rende.*

Nego Bispo

RESUMO

A dissertação, se propõe a refletir, numa perspectiva interdisciplinar e a partir de uma análise crítica e sócio-histórica, a situação dos territórios quilombolas no Paraná. Para isso, tem como ponto de partida o levantamento realizado pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM), entre 2005 e 2010, no âmbito do governo do estado. E, a partir deste ponto, buscamos identificar as contribuições do GTCM para as comunidades quilombolas localizadas no Paraná, em específico, avaliar as repercussões práticas de avanço nestas comunidades. Com destaque ao remanescente quilombola Horta do Seu Zé e da Dona Laíde, em Foz do Iguaçu-PR, considerando-o enquanto agente sociopolítico de relevância regional. De abordagem qualitativa, a pesquisa apresenta os fatores que determinam a ocorrência de fenômenos sociais, aprofundando o conhecimento sobre a realidade quilombola, suas causas e dinâmicas territoriais. O método de pesquisa inclui: revisão bibliográfica, para fundamentação teórica por fontes a respeito da questão quilombola, juntamente com uma pesquisa de campo que permitiu a observação prática da realidade nestas comunidades tradicionais e em complemento, entrevistas semiestruturadas, realizadas para aprofundar as informações obtidas em campo ou em documentos, na tentativa de visibilizar narrativas diversas presentes nas comunidades e envolver os participantes na pesquisa. Essa investigação faz ainda uma abordagem dialógica, considerando que intersecciona diferentes experiências e temáticas e retoma conceitos e significações acerca dos quilombos, perpassando a articulação internacional quilombola, a partir do Clóvis Moura, sociólogo precursor dos estudos quilombolas no Brasil e inspiração do nome do GTCM, passando pelas contribuições teóricas e práticas de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento e Nego Bispo.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas, Território, Paraná, Grupo de Trabalho Clóvis Moura, Interdisciplinar.

RESUMEN

La disertación tiene como propósito realizar una reflexión, desde una perspectiva interdisciplinaria y mediante un análisis crítico y socio histórico, acerca de la situación de los territorios quilombolas en Paraná. Para dicho fin, se toma como punto de partida el relevamiento efectuado por el Grupo de Trabajo Clóvis Moura (GTCM), durante el período comprendido entre 2005 y 2010, en el marco del gobierno. A partir de este punto, se procura identificar las contribuciones del GTCM hacia las comunidades quilombolas situadas en Paraná, y específicamente, evaluar las repercusiones prácticas de progreso en dichas comunidades. Se destaca especialmente el remanente quilombola denominado Horta de Seu Zé e da Dona Laíde, ubicado en Foz de Iguazú-PR, considerándolo en su calidad de agente sociopolítico de relevancia regional. La investigación, de carácter cualitativo, expone los factores que determinan la manifestación de fenómenos sociales, profundizando en el conocimiento sobre la realidad quilombola, sus causas y dinámicas territoriales. La metodología de investigación comprende: una revisión bibliográfica destinada a la fundamentación teórica mediante fuentes relativas a la cuestión quilombola, conjuntamente con una investigación de campo que ha posibilitado la observación práctica de la realidad en estas comunidades tradicionales. Como complemento, se han realizado entrevistas semiestructuradas con el objetivo de profundizar en las informaciones obtenidas tanto en el trabajo de campo como en la documentación, procurando visibilizar las diversas narrativas presentes en las comunidades e integrar a los participantes en la investigación. Esta investigación desarrolla, asimismo, un abordaje dialógico, considerando que intersecciona diferentes experiencias y temáticas, y retoma conceptos y significaciones referentes a los quilombos, atravesando la articulación internacional quilombola. El estudio parte de la obra de Clóvis Moura, sociólogo precursor de los estudios quilombolas en Brasil e inspiración nominal del GTCM, y abarca las contribuciones teóricas y prácticas de destacados investigadores como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento y Nego Bispo.

Palabras clave: Comunidades quilombolas, Território, Paraná, Grupo de Trabalho Clóvis Moura, Interdisciplinario.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa temático Paraná Quilombola, 2024.....	49
Figura 2 – Mapa Comunidades Quilombolas - GTCM.....	57

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1 – Certidão de titulação da Horta de Seu Zé e Dona Laíde, 2024.....	81
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APN's Associação Cultural de Agentes de Pastoral Negros do Brasil

ANDES Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições Públicas de Ensino Superior

BNCC Base Nacional Comum Curricular

BA Bahia

BR Brasil

COHAPAR Companhia de Habitação do Paraná

CONAB Companhia Nacional de Abastecimento

COPEL Companhia Paranaense de Energia

CRQ's Comunidades Remanescentes de Quilombos

CNE Conselho Nacional de Educação

CEB Câmara de Educação Básica

CE Ceará

FCP Fundação Cultural Palmares

FECOQUI Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná

GTCM Grupo de Trabalho Clóvis Moura

GT Grupo de Trabalho

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC Ministério da Educação

MNU Movimento Negro Unificado

PANC Plantas Alimentícias Não Convencionais

PEE Programa de Eficiência Energética

PE Pernambuco

PR Paraná

PCdoB Partido Comunista do Brasil

RJ Rio de Janeiro

SANEPAR Companhia de Saneamento do Paraná

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UNILA Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UFPR Universidade Federal do Paraná

UEM Universidade Estadual de Maringá

UNEGRO União de Negras e Negros pela Igualdade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: OS NÓS QUE COMPÕEM ESTE CORPO TERRITÓRIO	13
1 CONCEPÇÕES QUILOMBOLAS: A PRÁTICA E A TEORIA DOS QUILOMBOS EM CLÓVIS MOURA, BEATRIZ NASCIMENTO, ABDIAS DO NASCIMENTO, LÉLIA GONZALEZ E NEGO BISPO	23
1.1 CLÓVIS MOURA E O QUILOMBO ENQUANTO SOCIEDADE ALTERNATIVA	23
1.2 O SISTEMA HISTÓRICO QUILOMBOLA EM BEATRIZ NASCIMENTO	31
1.3 DO QUILOMBO AO AQUILOMBAMENTO POR ABDIAS NASCIMENTO	33
1.4 A CATEGORIA AMÉFRICA LADINA POR LÉLIA GONZALEZ E O POLITEÍSMO QUILOMBOLA POR NEGO BISPO	35
2 PARANISMO E A SUBALTERNIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	42
3 A CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA: RELATÓRIOS E REPERCUSSÕES	51
3.1 RESULTADOS DO RELATÓRIO FINAL 2005-2010	56
3.2 REPERCUSSÕES DO GTCM NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: TRÊS CASOS PARTICULARES	64
3.2.1 Território Curiúva: Quilombos Guajuvira e Água Morna	64
3.2.2 Território Ponta Grossa: Quilombo Sutil	67
3.2.3 Território de Foz do Iguaçu: Quilombo Apepu	69
4 VIVÊNCIAS DO QUILOMBO HORTA DO SEU ZÉ E DONA LAÍDE: O ENCANTAMENTO E A TITULAÇÃO	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXOS	95
ANEXO 1 – ROTEIROS DE ENTREVISTAS	95
ANEXO 2 – TRANSCRIÇÕES DE ENTREVISTAS	98
APÊNDICES	124

INTRODUÇÃO: OS NÓS QUE COMPÕEM ESTE CORPO TERRITÓRIO

*Eu me referi à minha pequena comunidade
como um mundo, pois era isso
que o isolamento a tornava;
e mesmo assim havia entre nós uma espécie
semidesperta, que brotava
das alegrias e tristezas coletivas (...)
e, acima de tudo, da visão do Véu
que pairava entre nós e a Oportunidade.
Tudo isso nos fazia pensar coletivamente
certas coisas; mas, quando estavam maduros
o bastante para ser comunicados, esses pensamentos
eram expressos em linguagem bastante diversas.
(W. E. B Du Bois)*

O território, pensando a partir da minha trajetória pessoal e acadêmica, sempre se colocou enquanto um espaço de ambiguidades, pois baseado num sistema de valoração das coisas há benefícios e malefícios, e de pertencimento porque é através do território que criei, crio e observo criarem experiências que compõe o ser e o sentir em qualquer lugar no mundo.

É no território, local ou região (palavras que aparecem muito nesta pesquisa) que as lembranças construídas cotidianamente se fazem presentes através daquilo que podemos ver, sentir, ouvir, provar, sentir e experienciar.

Tomando como referência o local de nascimento e moradia, cresci em uma periferia de Paulista, cidade litorânea mais conhecida por ser região metropolitana de Recife, a capital de Pernambuco, o que moldou não só minhas experiências pessoais como influenciou minha trajetória enquanto pesquisadora e cientista social.

Das experiências dos locais onde transitei, noto a influência de diversos fatores, mas decido focar em dois principais: o contato constante e direto com a natureza e o senso de comunidade, com isso de modo automático, mas consciente, tendo a reparar na interação que as pessoas possuem com a natureza ao seu entorno e como desenvolve a relação com as pessoas e comunidades ao seu redor. O contato constante e direto com a

natureza e o senso de comunidade fazem com que, de modo automático, mas consciente, eu passe a reparar na forma como as pessoas interagem com a natureza ao seu redor e desenvolvem relações com as comunidades em que vivem.

Essas percepções levaram enquanto cientista social, através da trajetória acadêmica, a inquietação de pensar os indivíduos a partir de suas comunidades e territórios, principalmente pelo viés antropológico, desenvolvendo pesquisas participativas com comunidades cigana, indígena, quilombola e periférica, com temáticas que perpassam a religiosidade, feminismo negro, agroecologia, soberania e segurança alimentar e recortes de gênero, raça e classe.

Me inserir nos movimentos sociais e na luta estudantil principalmente porque ingressei a universidade em 2017 e vivenciei os resquícios dos atos e ocupações da greve pela educação em 2016, momento significativo para os estudantes e professores no país, que reverberou e demonstrou a importância de se organizar coletivamente e participar ativamente nas lutas.

Essa participação me levou também à participação no Movimento de Apoio Periférico (MAP), movimento de apoio estratégico com atuação na ocupação 15 de Novembro, em Paulista-PE, território de área desassistida pelo Estado e um espaço no qual alguns dos meus familiares moraram por alguns anos.

Para além das pesquisas e movimentos, pude participar de coletivos que também influenciaram bastante minha trajetória enquanto pesquisadora e cientista social, *Escuela Afro do Ashanti Perú - Red Peruana de Jóvenes Afrodescendientes*, o Mulheres Negras Resistem (CE), Cinema Nosso (RJ) e Movimento de Apoio Periférico (PE).

Foi também através do coletivo Mulheres Negras Resistem, e do processo formativo teórico-político de formação gratuito oferecido pela instituição, que participei enquanto cursista e desenvolvi o projeto de mestrado pelo qual ingressei no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos da Universidade Federal da Integração Latino Americana.

Em todas essas experiências que compartilhei, o território se mostrou um fator importante para fortalecer a minha comunidade e as comunidades pude trocar experiências e conhecimentos diversos, pois em cada uma destas experiências pude confirmar como o território, local ou região

se configuram como uma possibilidade concreta de pertença de um espaço, mas não no sentido de propriedade, mas de ocupar temporariamente um local no qual há uma identificação e troca comum entre aqueles que o ocupam e/ou compõem.

A partir dos diversos conhecimentos que obtive cursando as ciências sociais, as pesquisas que realizei, os movimentos que participei, e os territórios que vivenciei me levaram a considerar as condições dos quilombos no Paraná, que de início estava mais voltada a refletir um quilombo paranaense sob a teoria do Mulherismo Africano.

Entretanto, numa das tantas aulas, palestras e formações realizadas no período deste mestrado, esbarrei com uma formação em que Nego Bispo (2023) ministrou uma aula, deitado numa rede em seu quilombo, me falou que “nos quilombos o que importava mais era o coletivo e os pensamentos eram outros”. Daí, ele já sendo extremamente importante nas reflexões da minha pesquisa, o que já me incomodava na proposta de pesquisa anterior ganhou mais força para repensar e focar na presente pesquisa.

Considero esta pesquisa uma construção coletiva que me atravessou cotidianamente — desde os debates mais academicistas no ambiente universitário, passando pelos teóricos e suas contribuições sociais e intelectuais cuidadosamente escolhidas, pelos participantes que teceram contribuições fundamentais à pesquisa, pelas vivências e trocas em Foz do Iguaçu, até chegar à rede de pessoas espalhadas por diversos territórios, comunidades e coletivos, com quem tive a possibilidade de afetar e de ser afetada.

Reitero ainda a importância das pesquisas feitas por nós corpos territórios racializados, e que compreendem o sentido e o sentir de desenvolver reflexões que academicamente vem sendo reduzidas a “identitárias”, mas por vivenciar as problemáticas por trás da realidade continuamos insistentemente a pesquisá-las, pois as motivações ultrapassam o interesse intelectual e aos quais determinados corpos assentados em privilégios sociais, políticos e econômicos não compreendem.

A presente pesquisa, intitulada Da terra vermelha ao agrião: reflexão dos territórios quilombolas no Paraná a partir do Grupo de Trabalho

Clóvis Moura, se propõe a investigar, numa análise sócio-histórica, a conjuntura dos quilombos do Paraná, tendo como base de reflexão os dados produzidos pelo GTCM, perpassando pelas vivências do quilombo Horta de Seu Zé e Dona Laíde, primeiro quilombo titulado em Foz do Iguaçu-PR.

Construindo ainda uma reflexão acerca da articulação internacional quilombola na América Latina e as aproximações e pertinências dos modos e práticas quilombolas no Paraná, através das reflexões teóricas de áreas diversas, junto a contribuições de entrevistados e participantes da comunidade quilombola, que construíram a base prática e teórica desta pesquisa.

Com objetivo de identificar quais a situação das comunidades quilombolas no Paraná após o levantamento desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, entre 2005 e 2010 no estado. E objetivos específicos de verificar a produção de dados sobre as comunidades quilombolas do Paraná pelo GTCM, avaliar as repercussões práticas que os dados e pesquisas realizadas com base no GTCM geraram nas comunidades quilombolas e valorizar as práticas quilombolas no sul do Brasil.

Considerando a realidade histórica de apagamento das comunidades tradicionais nos territórios do sul brasileiro e mais especificamente no estado do Paraná, foi proposto por intelectuais negros junto ao Movimento Negro Curitibano a criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura junto à órgãos governamentais.

A dificuldade dos quilombos em se fortalecer enquanto comunidade tradicional quilombola em território paranaense foi confirmada pelo GTCM que contribuiu na produção de dados acerca destes quilombos entre 2005 a 2010, com objetivo de mapear essas comunidades e promover políticas públicas quilombolas.

Entretanto, de 2010 em diante, nota-se demorados avanços acerca da articulação social e governamental em relação às comunidades quilombolas no Paraná, apontando a continuidade deste apagamento e a falta de compromisso estatal com a tomada de ações práticas em benefício dos quilombolas. O que demonstra que articulações como a do GTCM, FECOQUI e produções e ações de movimentos sociais e acadêmicas seguem sendo

importantes para a produção de dados e na valorização das comunidades tradicionais quilombolas paranaenses.

Acerca da metodologia, a investigação foi desenvolvida através do ciclo básico de pesquisa (Minayo, 2022, p. 25) que consiste em três principais etapas: a fase exploratória, que se deu na escolha da temática dos quilombos paranaenses, através do GTCM e dos autores e teóricos que fundamentam a pesquisa. A de análise, dos documentos, teorias e da realidade social dos quilombos do Paraná que participaram do levantamento realizado pelo GT, e, posteriormente, a análise crítica do material dos resultados de pesquisa.

As três etapas metodológicas direcionaram a pesquisa na organização dos dados, identificação das teorias, escolha dos métodos de aplicação da pesquisa e no tratamento de dados, seguindo o cronograma de pesquisa pré-estabelecido.

A pesquisa possui caráter social e é também de cunho interdisciplinar. Tal interdisciplinaridade surge nas pesquisas acadêmicas através dos questionamentos acerca da objetividade e da subjetividade científica nos movimentos estudantis dos anos 60, indo contra um conhecimento que privilegia a lógica capitalista de produção acadêmica.

Chega no Brasil, também nos anos 60 e representa um avanço nas pesquisas, passando por diversos processos de reflexão e aplicação ao longo dos anos quando, nos anos 90, assume as subjetividades presentes nas pesquisas interdisciplinares, que antes eram vistas como algo não científico, tendo em vista certa fixação por uma objetividade quase irreal nas universidades e pesquisas acadêmicas.

Assim, a interdisciplinaridade e suas definições assumem variadas perspectivas que, em síntese, é uma ferramenta de pesquisa que se propõe a ser heterogênea e dialógica, com intencionalidade, atitude e rigor científico.

Tendo em vista que a pesquisa interdisciplinar “é possível somente onde várias disciplinas se reúnem a partir de um mesmo objeto” (Fazenda, 2008, p. 22), esta pesquisa pode ser considerada interdisciplinar, ao

considerarmos seu caráter dialógico de complementação de diferentes áreas e teorias das ciências sociais que se interseccionam em múltiplas temáticas.

A interdisciplinaridade se faz necessária na produção dos conhecimentos realizados a partir da investigação desta pesquisa, e possibilitou a compreensão dialógica da realidade pesquisada.

Desse modo, esta pesquisa se caracteriza como sócio-histórica e interdisciplinar, possui metodologia qualitativa, quantitativa, bibliográfica e documental; qualitativa e quantitativa, pois através dela se propõe identificar fatores e dados que determinam a ocorrência de fenômenos sociais, aprofundando o conhecimento acerca da realidade já estudada, assim como suas causas e contribuições.

Bibliográfica, pois é utilizada uma base de materiais teóricos e autores de referência nas categorias e temáticas pertinentes à pesquisa. O levantamento bibliográfico, se deu, então, por um levantamento de fontes científicas e obras para embasamento teórico e metodológico que possibilitaram uma análise coerente e aprofundada das questões identificadas ao longo da pesquisa.

Concomitantemente, tem aspecto documental, porque realizamos um levantamento, análise e interpretação de fontes documentais, relatórios do arquivo público digital do Paraná, plataformas digitais educacionais e relatórios do Censo IBGE 2022, que disponibilizam dados acerca das comunidades quilombolas paranaenses.

A escolha e a aplicação dos métodos documental e bibliográfico ocorreram para que a pesquisa se desenvolvesse com uma fundamentação teórica e conceitual coerente com a realidade estudada.

Também foi realizada a pesquisa de campo, método que aproxima o pesquisador dos participantes e da realidade, representando o elo entre a teoria e a realidade social a ser pesquisada. Considera-se que a observação de campo — prática metodológica da antropologia — permite ao pesquisador adotar uma abordagem baseada na 'observação direta dos comportamentos sociais a partir de uma relação humana' (Laplatine, 2003, p. 149).

Os instrumentos de pesquisa utilizados para fazer o levantamento em campo, como sugere, foram a observação participante e a entrevista, tendo em vista que “enquanto a primeira, é feita sobre tudo aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente, a segunda tem como matéria-prima a fala de alguns interlocutores” (Minayo, 2022, p. 58).

A partir desta perspectiva, foi estabelecida uma relação direta e dialógica com a comunidade quilombola Horta do Seu Zé e Dona Laíde, em que os quilombolas enquanto atores sociais apresentam sua realidade a partir de uma convivência realizada através de visitas de campo de julho a novembro de 2024.

A abertura ao campo enquanto pesquisadores e a receptividade da comunidade, permitiram que as reflexões surgissem a partir da vivência cotidiana na comunidade. Considerando ainda que (Laplatine, 2003, p. 151) “a prática antropológica só pode se dar com uma *descoberta* etnográfica, isto é, com uma experiência que comporta uma parte da aventura pessoal”.

Tendo em vista que estar presente em campo com abertura, pressupõe se colocar enquanto pessoa em função de pesquisador, nos permitiu desenvolver uma relação em campo objetiva, mas aberta às circunstâncias do campo, pois pressupomos que:

Aquilo que o pesquisador vive, em sua relação com seus interlocutores (o que reprime ou sublima, o que detesta ou gosta), é parte integrante de sua pesquisa. Assim uma verdadeira antropologia científica deve colocar o problema das motivações extracientíficas do observador e da natureza da interação em jogo (...) dos observadores capazes de observarem a si próprios, e visando a que uma situação de interação (sempre particular) se torne o mais consciente possível. (Laplatine, 2003, p. 170).

A observação participante no quilombo Horta de Seu Zé e Dona Laíde, foi realizada durante cinco visitas de campo e um dia reservado para realização de entrevista, com interações nas quais o quilombo era apresentado pelos quilombolas entre conversas, passeios e acompanhamentos de atividades para identificação de como se dava a relação do quilombo com seu território e quais suas práticas.

A escolha da realização de entrevistas semiestruturadas, que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Minayo, 2016, p. 59), se deu pela possibilidade de manter um diálogo aberto e aprofundar questões importantes que surgiram ao longo das sete entrevistas feitas para esta pesquisa.

A entrevista semiestruturada, foi realizada presencialmente no quilombo com uma das integrantes escolhida informalmente como representante pública do quilombo, mas a todo tempo estávamos rodeadas dos outros quilombolas que participaram ativamente da conversa e deram suas contribuições, concordando e complementando a representante.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 3 participantes do GTCM, com objetivo de entender o levantamento e documentação do GTCM, compreender como se deu o processo de formação do GT e o porquê da criação do GT. Uma entrevista com a representante do Quilombo Apepu de São Miguel do Iguaçu-PR e uma entrevista com a Coordenadora da Arquidiocese de Curitiba e vice-coordenadora da Pastoral Afro Brasileira do Paraná.

Posteriormente, realizamos o tratamento e a análise dos dados e materiais coletados, estabelecendo uma relação entre os relatórios, teorias, entrevistas e pesquisa de campo com a realidade, interpretando e analisando criticamente as conclusões que desencadeiam os resultados de pesquisa. Considerando que:

(...) na análise o propósito é ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando as relações entre as partes que foram decompostas e, por último, na *interpretação* - que pode ser feita após análise ou após a descrição - buscam-se sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado. (Minayo, 2022, p. 73).

A interpretação se deu em algumas etapas, como sugere Minayo (2022, p. 90-93): primeiro, realizamos a leitura e entendimento dos materiais bibliográficos e documentais; segundo, fizemos a decomposição das informações dos materiais para compreender as ideias implícitas e explícitas;

em terceiro lugar, partimos para a interpretação mais direta, com o objetivo de encontrar os sentidos e significados presentes nas temáticas que se interseccionam na pesquisa, e, em seguida, desenvolver uma síntese crítica que nos permitisse chegar aos resultados.

Acerca da análise da pesquisa, usamos os artifícios metodológicos de descrição, análise e interpretação, não necessariamente nesta ordem, mas se adequando às necessidades metodológicas que surgiam no decorrer da pesquisa, entendendo que:

(...)na *descrição*, as opiniões dos informantes são apresentadas da maneira mais fiel possível, como se os dados falassem por si próprios; na *análise*, o propósito é ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando as relações entre as partes que foram decompostas e, por último, na *interpretação* - que pode ser feita após a análise ou após a descrição - buscam-se sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado. (Minayo, 2022, p. 73).

Essa metodologia, em conjunto, viabilizou o tratamento dos discursos fornecidos nas entrevistas, a compreensão crítica da realidade quilombola Horta do Seu Zé e Dona Laíde e o destrinchamento dos dados documentais, correlacionando-os com as teorias científicas que contextualizam os fenômenos sociais estudados.

Iniciamos no primeiro capítulo: Concepções quilombolas: a prática e a teoria dos quilombos em Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez e Nego Bispo, com a contribuição teórica dos pensadores sociais referências nos estudos quilombolas no Brasil, trazendo suas colaborações acerca das denominações, simbologias e práticas quilombolas no sul global.

Com a contribuição do sociólogo Clóvis Moura (2003) e suas reflexões da *articulação internacional quilombola* no América Latina, as variantes de denominações e sua percepção do *quilombo como unidade básica*. De Beatriz Nascimento (1995), historiadora quilombola, que retoma as significações históricas construídas sobre os quilombos e suas concepções detalhadas do *quilombo enquanto um sistema alternativo*, assim como o Abdias

do Nascimento (2011), artista e professor, que criou a categoria *quilombismo* e refletiu sobre as maneiras associativas quilombolas.

Em conversa com Lélia Gonzalez (1994), e sua percepção territorial do sul global como *América Ladina* e as implicações práticas desta terminologia, juntamente com o Nego Bispo (2023), quilombola e mestre de ofício, que nos oferece suas experiências para pensarmos as *significações e modos quilombolas contra colonial e politeísta*.

O segundo capítulo: Paranismo e a subalternização das comunidades quilombolas, pontua-se como ocorreu o processo de europeização do sul reforçada pelo Movimento Paranista e quais os reflexos disso na sociedade paranaense e para as comunidades tradicionais do estado.

No terceiro capítulo, intitulado: A criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: resultados e repercussões; apresentamos o GT, contextualizamos sua criação, os dados e resultados através dos relatórios de pesquisa produzidos a partir levantamento de 2005 a 2010, correlacionando com entrevistas de integrantes do GT.

Como também, ainda no terceiro capítulo, apresentamos as repercussões teórico acadêmicas dos dados do GTCM nas comunidades quilombolas Água Morna e Guajuvira em Curiúva-PR, no quilombo Sutil de Ponta Grossa-PR e no quilombo Apepu em São Miguel do Iguazu-PR.

Já no quarto capítulo, denominado: Vivências do Quilombo Horta do Seu Zé e Dona Laíde: o encantamento e a titulação, trazemos, a partir da pesquisa de campo e entrevista, como o quilombo remanescente do quilombo Apepu, resguarda suas práticas e saberes quilombolas frente as retaliações enfrentadas na região onde se localiza, perpassando pela sua fundação até a recente titulação.

Na conclusão, apresentamos a síntese dos resultados e reflexões que já aparecem ao longo da pesquisa, articulando os teóricos, a aplicação das metodologias e as reflexões finais acerca da pesquisa.

1 CONCEPÇÕES QUILOMBOLAS: A PRÁTICA E A TEORIA DOS QUILOMBOS EM CLÓVIS MOURA, BEATRIZ NASCIMENTO, ABDIAS DO NASCIMENTO, LÉLIA GONZALEZ E NEGO BISPO.

*Esta Barriga-Serra, sentida em mim
como uma esponja de sangue,
Dele e de Todos os que se foram com ele.
Dele e de todos que ele comandou
para trás, caminhando furtivamente.
Ou correndo sem tropeçar.
Sempre para trás ou para o lado.
Nunca na frente da morte.
(Beatriz Nascimento)*

O pensamento social brasileiro, tem suas bases teóricas e autores que contribuíram suas perspectivas e interpretações acerca da formação do Brasil até a contemporaneidade. Teóricos considerados clássicos das Ciências Sociais teceram narrativas diversas com base na historicidade brasileira, perpassando por diversas temáticas, dentre elas o abolicionismo, a escravização, as revoltas populares e as ruralidades.

Ao analisar estas temáticas em diversos períodos, estudiosos se depararam com a realidade quilombola, seja no viés da história ou das ciências sociais, pela interseccionalidade que há entre a realidade quilombola e estas questões centrais para a formação social brasileira, que posteriormente se tornou um campo de estudo específico em que o enfoque estava nos quilombos.

Dentre estes autores contemporâneos do pensamento social brasileiro que contribuíram significativamente com os estudos quilombolas, temos Clóvis Moura, Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento, cada uma com sua uma interpretação se complementam, permitindo uma elaboração concisa acerca da realidade quilombola, juntamente a contribuição da categoria etno geográfico de Lélia Gonzalez e o pensamento contra colonial de Nego Bispo.

1.1 CLÓVIS MOURA E O QUILOMBO ENQUANTO SOCIEDADE ALTERNATIVA

Clóvis Moura (1925-2003), natural do Piauí, Brasil e sociólogo brasileiro, que nomeia o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, sobre o qual se foca a pesquisa; foi um dedicado estudioso e escritor das questões raciais, desenvolvendo uma ampla pesquisa que permeava reflexões diversas acerca dos afrodescendentes no Brasil. Conhecido por fazer uma sociologia da práxis negra, ou seja, unia a sua teoria e escrita a sua vida social e política enquanto ativista e pesquisador, tornou-se referência nos estudos raciais, e entre eles, se dedicou a temática do quilombamento.

Nasceu e viveu por um período em Piauí com sua família, mas seu pai como funcionário público estava sempre se mudando e a família o acompanhava, foi assim que Clóvis também morou por um período em Natal-RN e em Feira de Santana-BA, conhecendo diversas realidades do Nordeste brasileiro mais foi em Salvador que se aproximou dos movimentos sociais e da militância, entrando no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e nos movimentos negros.

Contribuiu com o Movimento Negro Unificado (MNU) e o União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO), movimentos estes importantes para a prática política de Clóvis, que serviram de suporte as suas reflexões teóricas. Dentre boa parte das obras escritas pelo sociólogo, várias foram dedicadas ao estudo e reflexão dos quilombos a partir de diversas perspectivas, o que o torna uma referência nas pesquisas quilombolas, deixando uma importante contribuição para as ciências sociais e a história dos quilombolas em território brasileiro e da América Latina.

Seus escritos romperam com obras e discussões tradicionalistas na sociologia brasileira desde o seu primeiro livro *Rebeliões e Senzalas*, publicado em 1959 e considerado um dos mais importantes sobre o processo de formação social do Brasil e da luta dos escravizados por emancipação; Moura conseguiu através das suas pesquisas demonstrar o caráter socio histórico de suas pesquisas desde o seu livro de estreia, se dedicando depois a escrita de diversos outros livros e estudos afro centrados, que o tornaram uma das referências na construção do pensamento social brasileiro.

Em 1993, Clóvis Moura lança a obra *Quilombos: resistência ao escravismo*, republicado pela Expressão Popular com a Andes - Sindicato

Nacional; nesta obra nos dá um panorama sobre a concepção de quilombo, sua organização nacional e internacional e as motivações por trás da organização quilombola. Obra que contribuiu com a desmistificação dos quilombos em território nacional, que segue sendo usada como base teórica para o entendimento dos quilombos, devido a sua profundidade e credibilidade que passa a pesquisa do autor.

Moura ressalva que um dos quilombos de maior resistência e que serviu de incentivo aos outros quilombos em todo Brasil foi o Quilombo dos Palmares localizado no século XIX na capitania de Pernambuco e hoje no território de Alagoas, é composto por uma vasta área territorial, subdividida em dez anexos, os quais chamavam de mocambos.

Palmares durou cerca de cem anos, integrados pelos negros fugidos da escravização, indígenas e pessoas oprimidas pela sociedade; a comunicação era através do dialeto africano, português e indígena, com economia de base recolectora e extratora e artesanato voltado para a produção de artigos bélicos, considerando que sua população era treinada para proteger o território e seus pertencentes. Este representou então:

(...) a negação, pelo exemplo de seu dinamismo econômico, político e social, da estrutura escravista-colonialista. O seu exemplo era um desafio permanente e um incentivo às lutas contra o sistema colonial em seu conjunto. (Moura, 2022, p. 92).

É neste livro, que o autor nos aponta para uma questão de importante contribuição, no capítulo: Articulação internacional da quilombagem, acerca da associação de quilombolas do Brasil, da América Latina e do Haiti para o fortalecimento dos territórios quilombolas e trocas de experiência e táticas de segurança e sobrevivência.

Para que existisse uma seguridade nos quilombos foi necessário gerar a sensação de medo com objetivo de demonstrar vantagem em relação aos Estados, aos militares e a classe senhorial do período colonial, criando o que Clóvis Moura caracteriza como a síndrome do medo (2020, p. 95), estabelecido em rede pelos quilombos de vários locais, como os estadunidenses, do Haiti e em outros países latino americanos, como o Brasil.

A criação desta rede se deu através da troca de saberes e

estratégias de sobrevivência entre escravizados fugidos e líderes de quilombos destes locais, e uma das grandes influências para os quilombos no Brasil foram os líderes e a população de São Domingos, atual Haiti, que inspirou outros quilombolas devido a forma como se deu sua independência.

Independência esta que ocorreu em 1804 e colocou medo em diversas colônias mundo afora, como o Brasil; mas antes era um território habitado pelos ameríndios Taino, invadida por europeus, tornando-se uma colônia francesa.

Os Tainos foram submetidos a serem mão de obra da colônia francesa, sendo afetados por diversas epidemias que geraram a morte em massa dos indígenas. Sem mão de obra após a morte em massa dos indígenas, os franceses que colonizaram a parte oeste do território trouxeram africanos que se tornaram escravizados e eram submetidos aos horrores do trabalho forçado.

A revolução foi organizada pelos escravizados que começaram a contestar a colônia bem no período em que os ideais da revolução francesa estavam muito presentes, questionando a condição em que estavam submetidos e utilizando os ecos dos ideais liberais da própria colônia para refutá-la.

A proporção que tomou a independência de São Domingos, gerou uma repercussão entre os escravizados e os quilombolas em diversos locais, a qual aponta Clóvis Moura:

As grandes sublevações dos escravos haitianos, na parte francesa da ilha de São Domingos - das quais resultou a independência do Haiti e o extermínio de toda a população branca ali residente - repercutiram internacionalmente de modo especial naqueles países ou regiões onde havia escravidão negra. O temor de que o rastilho de revolta se propagasse por outros países ou colônias colocou em pânico as autoridades das metrópoles que ainda mantinham a escravidão em suas colônias. "As cenas de São Domingos", como se referiam ao fato, determinaram uma série de medidas acauteladoras por parte dessas autoridades. A correspondência sobre o assunto é abundante. E no Brasil, em particular, o medo se desenvolveu à medida que avançavam as lutas dos escravos aqui. (Moura, 2020, p. 100).

No Brasil, estes ecos dos ideais da independência criaram alguns líderes na maioria do território nacional, que não só se inspiraram para

agir em seus locais, mas também receberam ajudas de haitianos para fugir da escravização e da mira do estado.

Alguns dos locais em que estes ecos se concretizaram na ação, foram, segundo Clóvis Moura: no Recife, em dois momentos pontuais, um em 1817 com uma revolta dos escravizados que impressionou e chegou a ser comparado pelo comodoro britânico Bowles, a uma segunda revolta São Domingos¹ e outro em 1824 liderado por Emiliano Manducuru, que convenceu a população a participar de uma revolta através de um manifesto com inspiração nos haitianos.

Em Sergipe, ocorreu em 1828 e se iniciou a junção de alguns intelectuais, negros e escravizados, que (Moura, 2022, p. 110) tinham como objetivo, ou pelo menos propunham os seus líderes, instalar um governo, em Sergipe, igual àquele que os negros instalaram no Haiti.

Os locais no Brasil que possuíam fronteiras também passaram a ser preocupação do estado e daqueles que escravizavam, como os negros fugidos das regiões de fronteiras do Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná que recebiam ajuda de negros e negras das Guianas Francesa e Holandesa:

(...) havia uma preocupação constante por parte dos senhores de escravos, do governo e dos políticos brasileiros sobre as zonas fronteiriças, onde os escravos poderiam ficar e usar as fronteiras taticamente para fugir do território nacional. (Moura, 2022, p. 114).

As duas guianas eram consideradas perigosas, pois mantinham alianças com brasileiros através da fronteira, ajudando na fuga, como também eram em seus estados ameaças devido suas resistências e lutas. Também se tinha registros de “conexões de quilombolas brasileiros com civis estadunidenses” (Moura, 2022, p.128), em que estadunidenses embarcados em Santa Catarina, ajudavam quilombolas a embarcar e facilitavam a fuga.

Percebe-se então diversas trocas existentes entre negros e negras escravizados, quilombolas e negros revolucionários que se estendeu

¹ Historicamente conhecida como a Revolução Haitiana de 1791 a 1804, e que inspirou revoltas quilombolas pelo Brasil e América Latina.

territorialmente e que possuíam como objetivos em comum, conseguir a liberdade e criar estratégias para se desvencilhar da constante tentativa de domínio das colônias e dos “senhores de escravo”.

Nota-se ainda que a junção e a solidariedade entre negros fugidos da escravização era uma realidade em diversos locais do mundo devido à colonização e os chamados quilombos foram a maneira comum de resistência identificados historicamente ao longo de todo período da colonização e pós-colonização.

A terminologia quilombo, foi a forma com que estas organizações foram denominadas no Brasil, mas em outros países possuem variados formatos e nomenclaturas, porém com os mesmos objetivos; podendo ser chamados de Cumbe, na Venezuela; Cimarrons e Palenques, na Colômbia e em Cuba:

A existência de quilombos contemporâneos é uma realidade latino-americana. Tais comunidades são encontradas em países como Colômbia, Equador, Suriname, Honduras, Belize e Nicarágua. E em diversos deles - como ocorre no Brasil - o seu direito às terras tradicionais é reconhecido na legislação. Na América do Sul, três constituições reconhecem direitos de comunidades quilombolas: as da Colômbia, do Brasil e do Equador. (Andrade, 2009, p. 1).

Os quilombolas de cada local assumiram uma forma de se estabelecer e de estratégias para se manter que correspondiam a realidade e as situações apresentadas em cada local, assim, os quilombos podem então assumir nomes diversos e variações pela América Latina.

Tomando como exemplo o caso do Equador, os afros equatorianos levados pela colonização espanhola ao território equatoriano como mão de obra para a produção de cana-de-açúcar, após a abolição da escravatura em 1852, depois de muita pressão contra o estado, houve tentativas de inserir os negros através na sociedade através de duas medidas: a *concertaje* em 1866, no qual os ex escravos eram contratados em troca de um salário mínimo de valor extremamente baixo e o *huasipungo* em 1970, em que eram cedidos menos de 1 hectares de terra aos indígenas e negros em troca de sua mão de obra nas fazendas.

No Equador, assim como na maioria dos locais em que a

colonização e a escravização foram instituídas, aos ex-escravizados sempre eram reservados os lugares de subalternidade. Como reflexo disso, as lutas principais das comunidades negras recém-libertas se concentravam na luta pela terra e por uma reforma agrária.

No atual Panamá, alvo da colonização espanhola que neste período fazia parte do território colombiano, os afrodescendentes receberam muita influência dos costumes e tradições da Colômbia; os cimarrons destes locais, passaram por processos parecidos nos quais os negros fugiam em pequenos grupos das embarcações e das fazendas e tentavam sobreviver à escravização.

Após a separação da Colômbia e da independência do Panamá, foi criada a comunidade Garachiné por negros e indígenas que, ao redor da região, foram se agregando e que posteriormente se dividiram em comarcas.

Já no Peru, boa parte dos escravizados se concentraram em Lima, capital do país, também alvos do sistema colonial, mas com algumas particularidades, o escravismo não se dava em grandes concentrações de escravizados em uma mesma terra, mas sim espalhados em algumas propriedades ou na condição de escravizados urbanos, desenvolvendo atividades nas cidades como aponta Chueca (1997) “cargadores, aguadores, caleseros, repartidores de pan”.

Diante disso temos um contexto em Lima, se tratando de um ponto central, tornou-se um local de concentração de negros e indígenas que se organizaram para fugir do sistema escravista ao qual estavam submetidos:

En los contornos de las ciudades de la costa hubo algunos refugios de esclavos cimarrones. Famosos en Lima fueron los de Huachipa, Cieneguilla, Bocanegra, Pantanos de Villa, Carabayllo. Los matorrales de esos lugares cubrían a los esclavos fugitivos (...) Lima fue un palenque para los esclavos. También lo fue para los indígenas que escapaban de sus pueblos buscando eludir cargas impositivas y trabajos personales. (Chueca, 1997, np).

A percepção dos quilombos/ cimarrones/ palenques varia conforme a concepção de alguns autores acerca dos quilombos no Brasil e na América Latina, mas no geral são significações aproximadas e complementares, considerando as aproximações da prática quilombolas nestes

territórios e o modo como e por quem eles foram estabelecidos, como foi pontuado acima.

Concomitantemente, tomando Clóvis Moura como uma referência nos estudos quilombolas encontramos algumas reflexões acerca do que são os quilombos e como eles se formaram e se organizaram e acerca das variações das nomeações dos quilombos ladino-americanos, o autor aponta que mesmo possuindo variação nos nomes todos possuem a mesma causa de representarem uma resistência ao sistema escravista.

Na Colômbia, há uma sucessão de *palenques*, dentre os quais o mais famoso e conhecido é o San Basílio, no século XVII, liderado por Domingo Bioho, que se proclamou Rey Benkos. Nos Estados Unidos, Haptaker fez um inventário minucioso das revoltas naquele país. Ainda no México colonial e nas Guianas, o mesmo fato pode ser registrado, sendo que na Guiana Francesa, um conjunto de quilombos, os “Buch Negrões” até hoje sobrevive. No Panamá, temos o exemplo de Bayano, líder de um quilombo agressivo, que colocou em pânico as autoridades coloniais espanholas até que ele foi capturado, morrendo em uma masmorra na Espanha. (Moura, 2022, p. 22-23).

Considerando que todas essas organizações quilombolas, são a concretização da reação contra o escravismo na medida em que estes quilombos aumentavam e melhor se organizavam, mais os estados reforçavam a negação e retaliação contra eles. Sendo uma das formas de resistência ao escravismo que mais ocorreu, o quilombo representa a unidade básica de resistência dos escravizados.

Para tentar combater o aquilombamento, o Estado e os donos de escravizados desenvolveram diversas estratégias violentas. Uma delas, adotada no Brasil em 1741, aconteceu quando um alvará foi aprovado, no qual ficou estabelecido que todo negro escravizado que fosse encontrado em fuga deveria ser marcado na testa por um ferro em brasa com um F de Fugão, medida tomada para desencorajar as fugas.

Tanto no Brasil como em outros países, os quilombos e suas práticas quilombistas surgiram do enfrentamento de um sistema social, político e econômico impostos aos negros e povos originários, e toda sua dinâmica gira em torno da negação do sistema escravista. Por isso, Moura (2022) considera o quilombo como essa unidade básica de resistência, pois é a concretização

mais elaborada de aquilombamento.

Nos levando a pensar a realidade social e racial brasileira, o autor possui um viés marxista que se reflete em suas pesquisas e obras, ao pensar as realidades numa junção das perspectivas histórica, o sujeito e a luta de classes. Ao pensar as práticas quilombolas, ele nos coloca diante um detalhamento das organizações econômicas, de subsistência, política e social comum aos quilombos, sendo então os quilombos caracterizados em termos conceituais e práticos, além de unidade básica de resistência ao escravismo, são também (Moura, 2022, p. 58) uma sociedade alternativa.

Esta categoria, reflexionada por Clóvis Moura, nos aponta para o fortalecimento das instituições quilombolas ao longo da história, que de modo organizado e articulado, criou cada um a seu modo um sistema alternativo aos estados e aos sistemas sociais e políticos impostos.

1.2 O SISTEMA HISTÓRICO QUILOMBOLA EM BEATRIZ NASCIMENTO

É válido apresentar, inicialmente, Beatriz Nascimento (1942-1995). Mulher negra de Sergipe, Brasil; fez parte dos primeiros estudantes negros que em 1970 começaram a ingressar nas universidades públicas do Brasil e trouxeram para os espaços universitários as temáticas raciais. Historiadora por formação, era bem presente nos movimentos sociais e grupos estudantis, mas também era poeta, roteirista e se dedicava a estudar os quilombos, principalmente enquanto sociedades alternativas.

Com uma grande produção de escrita, entrevistas, intervenções, poemas e filmes, é notório o envolvimento social e pessoal da autora com suas produções, nos colocando diante de uma escrita politizada e sensível, que para além de científicas, perpassam as vivências pessoais.

A autora faz um recorte histórico que revisa algumas concepções estereotipadas e reducionistas acerca do que seriam os quilombos no Brasil, e as primeiras foram: do Conselho Ultramarino, datado de 2 de dezembro de 1740, definia assim o que era “quilombo” ou “macambo”: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”(Nascimento, 2021, p. 122).

E do verbete contido no (Nascimento, 2021, p. 122) dicionário da língua portuguesa, da autoria de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, diz atualmente o seguinte: “Quilombo; Substantivo masculino. Brasileiro. Valhacouto de escravos fugitivo”. Os canais considerados oficiais de pesquisa e comunicação centralizavam as organizações quilombolas a ideia de local de negros fugidos e fortaleciam o imaginário de insegurança associados aos quilombolas.

Ou ainda, outra visão constituída, era a de que os quilombos seriam a tentativa de retorno dos afrodescendentes aos modelos de vida africanos, a uma “situação tribal” (Nascimento, 2021, p. 123); percebemos, então, diversas especulações na tentativa de definir as organizações quilombolas, o que demonstra uma relevância social estabelecida por estas comunidades.

Seja pelos fatos históricos da escravização, pelo anseio da liberdade dos sistemas colonizadores e estados escravocratas ou pelo objetivo de criar um modelo de sociedade que atende às suas origens e necessidades, os quilombos constituídos pela população negra e indígena no Brasil e em outros territórios latino americanos.

Não se pode considerar esses fatores como os únicos ao se refletir sobre as bases iniciais das comunidades quilombolas, principalmente no tempo presente, pois estes não representam universalmente as significações e organizações quilombolas, que são múltiplas apesar das aproximações das causas iniciais de formação:

É inegável o caráter de reação dos negros “quilombolas” ao regime escravista, sistema que domina toda a atividade produtiva da sociedade brasileira naquele momento. Neste sentido, a liberdade é uma das motivações para que os escravos procurem os “quilombos”. Mas uma dinâmica da história duradoura (no tempo) dos “quilombos” necessita uma compreensão — na qual a complexidade das suas instituições e a evolução da sociedade global sejam vistas como processos interacionais — para que se entenda sua particularidade como sistemas sociais autônomos em relação à sociedade global (Nascimento, 2021, p.114).

Nesta reflexão, Beatriz convida para uma percepção mais abrangente destas comunidades que vai além do passado histórico dos quilombos para podermos compreender:

(...) o “quilombo” no seu sentido histórico, como um sistema alternativo, é importante reproduzir sua trajetória para o entendimento de seu aparente desaparecimento da história do Brasil a partir do final do século XIX, assim como as influências ou sobrevivências que ele projetou na história do negro no século XIX. (Nascimento, 2021, 115).

Assim, ressalta como a história quilombola foi contada no passado, o seu esquecimento histórico pós-abolição e como ela vem se estabelecendo ao longo do tempo. Essas contribuições legadas ao campo de estudo quilombola por Beatriz Nascimento complementam teoricamente as reflexões de Clóvis Moura e de outros estudiosos brasileiros, os quais estarão mais à frente apresentados; principalmente ao pensar os quilombos enquanto sociedades alternativas.

Sociedades estas que podem remeter em organização, formato, território e subsistência aos antigos quilombos do século XIX ou ter se modificado na maneira de se organizar, mas prevalecendo os modos e concepções quilombolas.

1.3 DO QUILOMBO AO AQUILOMBAMENTO POR ABDIAS DO NASCIMENTO

Abdias do Nascimento (1914-2011), natural de São Paulo-BR; foi um professor, artista pan-africanismo, ativista dos movimentos negros e idealizador e fundador do Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro, com a proposta de visibilizar e dar espaço aos artistas negros na cena teatral e participante ativo da política brasileira. Como intelectual negro, focou suas pesquisas em pensar a negritude nos âmbitos políticos e sociais, na arte e nos direitos humanos.

Mesmo com diferenças e divergências políticas e teóricas, como existia entre o Clóvis Moura e o Abdias do Nascimento, cada autor contribuiu a sua maneira para a construção dos estudos quilombolas e assim como Clóvis Moura e Beatriz Nascimento, o Abdias dedicou parte dos seus estudos a compreender as associações quilombolas dos afro-brasileiros em diáspora.

Que resultou na obra *O Quilombismo*: documentos de uma militância pan-africanista, que Kabengele Munanga (2019, p. 15) sintetiza no prefácio como: “obra de reflexão crítica construída com base em ensaios produzidos pelo autor em diversos espaços-tempos e cuja unidade ou convergência ele costura no sétimo ensaio, intitulado “Quilombismo”.

Embora atualmente assume outras características e organização, o quilombo ainda se configura como uma organização social étnica, ou seja, a história dos quilombos no Brasil conta também a história da população negra neste território. Com isso, o esforço de compreender os quilombolas e suas sociedades é também documentar parte da história dos afrodescendentes em diáspora. E para Abdias do Nascimento, a dinâmica do quilombo ultrapassa as generalizações comuns:

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico. (Do Nascimento, 2019, p. 289-290).

A concepção acerca do que é quilombo, trazida pelo autor, conversa com as concepções de Clóvis Moura e Beatriz Nascimento, na medida em que avançam além da conceituação quilombola do período escravista e o percebe como uma sociedade contra hegemônica com sistema próprio.

Mas Abdias do Nascimento, delega outras dimensões conceituais e práticas aos quilombos, considerando que os quilombos se caracterizavam como uma forma associativa que assumiu outros modos além dos espaços quilombolas em si; formas estas que o autor denominou de quilombismo, pois “os quilombos do século XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombolista” (Nascimento, 2019, p. 290). Ou seja, para Abdias o quilombismo:

O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio das florestas de difícil acesso, que facilitava sua defesa e organização econômico-social própria, como também assumirem modelos de organização permitidos ou tolerados, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas

(católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. (Do Nascimento, 2019, p. 281).

Ao abranger o quilombo para quilombismo, o autor não muda apenas a terminologia da palavra, mas amplia seu significado, principalmente por perceber que socialmente no pós-abolição, os afrodescendentes e indígenas expandiram seus locais e formas de aquilombar-se, assim:

Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras; do outro lado da lei, erguem-se quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta *práxis* afro-brasileira, eu denomino de quilombismo (Do Nascimento, 2019, p. 282).

A função social do quilombo se expandiu e este ganhou novas significações no cotidiano dos afrodescendentes; esse movimento nos coloca diante da continuidade históricas destas organizações que mesmo assumindo outras dinâmicas têm em comum proporcionar uma coletividade negra, seja com objetivos sociais, políticos, econômico, culturais ou artísticos.

1.4 A CATEGORIA AMÉFRICA LADINA POR LÉLIA GONZALEZ E O POLITEÍSMO QUILOMBOLA POR NEGO BISPO

Levando em consideração que o Brasil e os países que compõem o sul global, são territórios da América Ladina (Gonzalez, 2020, p. 127), marcados pelo colonialismo e pela exploração imperialista e colonial e a maioria da população que ocupa esses territórios são impactados pela desigualdade social e geoespacial.

Impactos estes embasados em uma visão etnocêntrica, em que se entende que as diferenças são estranhas e exóticas, refletindo numa atitude egoísta, centrada no “eu” e que vê sociedades distintas como “o outro”, “o estranho”.

Estas concepções enraizadas pelo colonialismo; um fato histórico de múltiplas dimensões etnocêntricas de violência física, moral e

social, que produziu consequências que ultrapassam o simbólico e se refletem na realidade das populações da América Latina. Diversos setores das sociedades latino americanas, foram historicamente afetadas por violências etnocêntricas, e continuam sentindo o impacto disso, como os quilombolas.

Lélia Gonzalez (1935-1994) nascida em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais-BR, escritora, filósofa, historiadora e geógrafa por formação e antropóloga por dedicação, foi uma intelectual negra que fez relevantes contribuições ao pensamento social com suas pesquisas que uniam reflexões de gênero, classe e raça.

Ao propor a categoria de Amefricanidade, Lélia Gonzalez repensa a terminologia e a representação de “América” associada aos países do sul global, pois esta terminologia está relacionada integralmente a concepção europeia, resquício de uma latinidade² colonial que não existe nestes territórios; pois na realidade os povos que compõem a maioria do sul global são próximos das populações negra e indígena.

Repensar um território a partir da população que está presente nele significa se desvencilhar de influências externas para reivindicar algo que possua uma significação real daquele local, por isso o termo amefricano vai além de um (Gonzalez, 2020, p. 135) *sistema etnogeográfico*:

As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (*Americanity*) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológicos, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon (Gonzalez, 2020, p. 134-135).

A negação é a base dessa concepção social de negar uma amefricanidade e é consequência direta do racismo na sociedade brasileira e nos países latinos. Gonzalez aponta ainda que a fala, costumes e crenças que rememoram os povos negros e indígenas dessas regiões são pensados

² Expressão usada para se referir a um legado cultural e linguístico com origem no latim.

apenas como categorias de cultura popular, quando, na verdade, são a base da formação de diversas práticas que encontramos nas sociedades ladinas:

Ou seja, aquilo que chamo de “pretoguês” e que nada mais é do que marca da africanização do português falado no Brasil (nunca esquecendo que o colonizador chamava os escravos africanos de “pretos” , e de “criolos” os nascidos no Brasil) é facilmente contestável sobretudo no espanhol da região caribenha. (...) Similaridades ainda mais evidentes são constatáveis se o nosso olhar se volta para as músicas, as danças, os sistemas de crenças etc. Desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalçado por classificações eurocêtricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional” etc. que minimizam a importância da contribuição negra (Gonzalez, 2020, p. 128).

O racismo no Brasil, foi expresso desde a subjugação e escravização dos povos africanos e indígenas, através do que indica Lélia (2020, p. 129) uma violência etnocida, sustentada pelo imperialismo e pela colonização praticada pelos países europeus.

Esse racismo perdura através do que a autora chama de racismo por denegação e/ou disfarçado, onde há uma prática aberta de racismo com tentativas falhas de encobri-lo, pois o racismo se faz presente cotidianamente no embranquecimento da população, na suposta superioridade branca e no mito da democracia racial, questões ainda muito presentes nas sociedades ladinas:

As sociedades que vieram a construir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (Gonzalez, 2020, p. 131).

Considerando então as conceituações de Lélia: América ladina, para se referir ao território do “sul global” e ladino-amefricanos aos povos que ocupam não só geograficamente estes territórios, mas que possuem práticas carregadas de simbologias dos povos negros e indígenas destes locais.

As discriminações e estereótipos em decorrência do racismo velado afetou aos quilombos destes territórios e sua população com o racismo sofrido pela sua negritude e por pertencer a uma comunidade tradicional. Essas mazelas sociais possuem consequência direta na realidade dos quilombolas, na medida em que rejeitam e classificam como negativo o que eles representam, seus costumes, fala, língua, fé, organização social, danças, lutas e músicas, que os caracterizam enquanto agentes sociais e políticos diretos de suas realidades.

Essa agência social e política dos quilombos enquanto comunidades tradicionais e como instituições de aquilombamento, é decorrente de uma construção histórica de organização dos quilombos entre si, não apenas no nível micro ou local, mas num nível macro, ultrapassando fronteiras e barreiras estatais, o que caracteriza uma internacionalização quilombola.

Mesmo muitos locais da África e da América Latina estando sob domínio colonial, revoluções como a haitiana representavam uma nova realidade a ser imaginada pelas comunidades quilombolas. Esses quilombos, seja no Brasil ou em outros locais da América Latina, eram constituídos pela população afrodescendente e indígenas em diáspora, que representavam maioria da população trazida como mão de obra:

No Peru, o censo de Lima mostra que em 1640 havia quinze mil africanos somente naquela cidade, o que representa a metade da população. No Chile, entre 1540-1620, os negros eram muito mais numerosos que os brancos. Até o século XIX, Buenos Aires tinha mais de um terço de negros na sua população. No Equador, no século XVII, de acordo com as estatísticas oficiais, havia noventa mil africanos, mais ou menos um terço da população. Na ocasião da independência venezuelana, o país tinha duzentos mil europeus e 406 mil africanos. De acordo com Nicolás Guillén, em Cuba, no ano de 1840, “a população negra ultrapassava a branca, a nativa e a espanhola juntas”. Os africanos na Colômbia formavam maioria de 55,6% e de 63,7% em 1778 e 1823 respectivamente; em 1901, de acordo com Vergara e Velasco, eles constituem 80% da população nacional. Gonzalo Aguirre Beltrán nos diz que em 1570 a população africana sempre foi majoritariamente no Brasil. (Abdias, 2019, p. 326).

Abdias ao indicar o quantitativo da presença destes afrodescendentes em territórios americanos demonstra sua incidência na história da diáspora africana destes locais e considerando aqueles que estavam

inseridos nos quilombos, a historiadora Beatriz Nascimento vai argumentar como independente de assumir nomenclaturas diversas, as organizações quilombolas estavam presentes com a finalidade de se opor e reagir à escravização e as formas de dominação colonial em cada país:

Desse modo o *kilombo* se transfere para a América. Através desses indivíduos, em todo o território americano, foram fundados, a partir do século XVI, os estabelecimentos quilombos (Brasil e Cone Sul), *cimarróns* (ao norte da América do Sul), *apalancados* (em Cuba e Haiti) e *marrons* (nas demais ilhas do Caribe) (Nascimento, 2019, p. 249).

Observa-se certa concordância entre os autores acerca dessa internacionalização através das nomeações dos quilombos de acordo com cada local; de modo que Clóvis Moura também pontua:

Cumbe: ajuntamento de negros fugidos durante a escravidão na Venezuela, corresponde, portanto, ao nosso quilombo.

Marron (negro): era o escravo fugido em Cuba e na Colômbia. Palavra de origem incerta, há quem a atribua ao termo *cimarron* (...).

Palenque: o mesmo que quilombo ou mocambo na Colômbia e em Cuba.

Quilombo: ajuntamento de negros em região não habitada. O mesmo que mocambo. Esse tipo de organização existiu durante toda a escravidão no Brasil, tendo sido Palmares o maior. Outros também foram importantes, como o do Ambrósio, em Minas Gerais. (Moura, 2019, p. 132).

Em cada lugar, mesmo assumindo uma nomenclatura particular, os ecos de liberdade e articulação quilombola dos afrodescendentes e indígenas no território amefricano possibilitou uma rede de insubmissão, antes aos estados coloniais e agora como sustentação da continuidade destas sociedades alternativas, seja como comunidade tradicional ou assumindo outras formas de aquilombamento.

Antonio Bispo dos Santos ou Nego Bispo (1959-2023), quilombola do quilombo Saco-Curtume no Piauí-BR, local onde nasceu e se encantou, foi poeta e mestre de ofício, percorreu uma trajetória enquanto ativista e escritor acerca das suas vivências enquanto quilombola, atuando tanto no meio acadêmico quanto como liderança quilombola.

O mestre de ofício, como ele denominava a si e aqueles que aprendiam e ensinavam através da prática de suas comunidades, nos legou reflexões e escritos que representam inovações acadêmicas e que fazem parte do cotidiano de comunidades tradicionais. Convido-os a conhecer alguns debates levantados por Bispo, que influenciaram o “rumo” a qual esta pesquisa tomou e acrescentaram mudanças não só teóricas, mas na maneira de ver o cotidiano social e acadêmico ao meu redor.

Retomando ao quilombo hoje como expressão de uma continuidade histórica, social e econômica; Nego Bispo, na tentativa de demonstrar que é possível compreender as múltiplas realidades e evitar o etnocentrismo, contribuiu para os estudos contra coloniais sugerindo uma readaptação na maneira de perceber a realidade e as comunidades tradicionais através da mudança de uma visão monoteísta para uma visão politeísta da realidade.

Tendo em vista que os ideais monoteístas serviram de suporte a colonização, enquanto os politeístas eram base do contra colonialismo, o mestre de ofício os diferencia assim:

Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesse território (Santos, 2015, 2023, p. 35).

Esta dualidade está inserida intrinsecamente no cotidiano das sociedades e das pessoas e se estende em todas suas formas de expressão, entretanto, a visão monoteísta do mundo está assentada sob uma perspectiva em que apenas uma realidade é válida. Nesse ínterim, outras perspectivas são excluídas e deslegitimadas e, de maneira concreta, isso se expressa em totalitarismos, preconceitos e etnocídio. Já na perspectiva do politeísmo, as multiplicidades são acolhidas e incentivadas, na medida em que há o reconhecimento das diversidades presentes entre os povos e sociedades.

Esse movimento de pensar os quilombos como um reflexo do contra colonialismo, que é um modo de vida diferente do colonialismo (Bispo,

2023, p. 58), nos aponta também para outra noção de territorialidade para os quilombolas e a interação com o local em que se habita.

Numa percepção centrada no monoteísmo, os territórios são locais normalmente associados a posse, seja de maneira física e/ou simbólica. Com suas reflexões contra coloniais e politeístas, Bispo nos lembra como para os quilombolas há um deslocamento na significação que o território possui, que vai além do material e perpassa o senso de comunidade.

2. PARANISMO E A SUBALTERNIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Se quisermos construir uma grande civilização no Brasil, é preciso retomar essa discussão. Queremos dialogar com os povos das periferias, das cidades, com o povo preto e com os povos originários.
(Joelson Ferreira)

A colonização no Brasil e nos países do sul global é um acontecimento sócio histórico que, por mais debatido em âmbitos sociais, políticos e acadêmicos, segue sendo presente no cotidiano de algumas sociedades. As problemáticas decorrentes desse processo, acentuam as desigualdades sociais, econômicas e raciais, que levaram estas sociedades a adotarem estratégias de sobrevivência, como ocorreu com as comunidades quilombolas em territórios africanos.

Em algumas regiões do Brasil, construiu-se um discurso hegemônico e proposital de evitação aos discursos raciais que ao decorrer do tempo levou ao apagamento social e histórico de comunidades negras e indígenas destes locais. O Paraná é um exemplo deste acontecimento, considerando que é um estado onde se difundiu significativamente um ideal de “estado europeu”, invisibilizando a presença e contribuições das populações não brancas a este território.

Essa percepção não ocupa apenas o imaginário da população paranaense e a ideia dos outros estados sobre o Paraná, mas contamina o dia a dia que enquanto pesquisadores com recorte racial e de gênero, podemos observar e vivenciar o desenrolar rotineiro dos resquícios dessa ‘europeização’ no estado, e acompanhar o impacto destes processos nas comunidades quilombolas.

Juntos, a invisibilidade racial e o encobrimento das populações indígenas e quilombolas durou décadas e desencadeou numa sobrevivência precarizada destas populações, situação esta que ainda perdura até os tempos atuais. Num cotidiano inebriado pelas referências construídas na imagem do

branco europeu, os negros e indígenas não representavam os costumes parananenses e não correspondiam ao imaginário daquilo que estes consideram parte identitária do estado.

Traçando uma retrospectiva histórica da formação do Paraná, no século XVI, no período da colonização portuguesa no Brasil, o território paranaense era Capitania portuguesa para exploração de ouro nas baías em que hoje é localizado a cidade de Curitiba-PR. No século XVIII se tornou a 5ª Comarca da Capitania de São Paulo e vivenciava condições precárias apesar das altas taxas pagas ao Império, o que ocasionou ao longo do século XIX, na tentativa de emancipação territorial, que só ocorreu em 1853, quando passou a ser Província do Paraná.

Entretanto, esta estruturação estatal do Paraná e a criação da sociedade paranaense aos moldes de um projeto governamental português e depois brasileiro, precedem um Paraná já existente e habitado pelas comunidades indígenas, com modos de organização social, cultural e religiosos próprios.

A passagem de capitania para comarca e depois província, reconta a história durante e pós-colonização portuguesa em território brasileiro de uma perspectiva administrativa-governamental e por vezes desconsidera a presença dos povos indígenas que já se encontravam no território paranaense, principalmente os Kaingang, Xetá e Guarani, dividida entre Mbya, Kaiowá e Ñandeva, etnias mais encontrados no estado.

A narrativa apresentada como oficial, centralizada na historicidade administrativa e jurídica dos períodos colonial e imperial, é utilizada propositalmente ou não como um mecanismo de apagamento das cosmologias e formas de habitar o território que antecederam a chegada europeia. O que desencadeia numa documentação e repasse histórico tradicionalista que não considera estes outros agentes sociais, privilegiando o protagonismo da formação territorial paranaense a agentes sociais específicos.

O reflexo disso é perceptível quando observamos como a relação que os povos indígenas possuem com este território difere da relação estabelecida pelo estado, enquanto este fazia a demarcação de terra judicialmente, explorava o ouro dos abundantes rios paranaenses e fazia a

extração em massa das ervas-mate para comercialização; os indígenas com suas cosmologias particulares desenvolviam uma relação horizontal com o território, animais e a natureza no geral, considerando que esta garante não só sua sobrevivência, mas também representa a vida em aspectos sagrados. É necessário considerar estas outras narrativas que compõem as comunidades indígenas na historiografia paranaense.

Considerando estas dinâmicas territoriais distintas, a passagem para a província foi o marco da deliberação de um projeto governamental de transformação do Paraná, com implementações estratégicas de reestruturação social e identitária baseadas numa “europeização” da sociedade paranaense, através do massivo incentivo a imigração europeia, mudanças na infraestrutura e o reforço de uma diferenciação identitária e regional.

Esta construção europeizada do Paraná não ocorreu de modo espontâneo, mas com planejamento e intenções politicamente definidas; Delton Felipe(2018), nos aponta três principais ações realizadas pelos governantes para construir um estado pautado na europeização e atrair imigrantes: “a justificativa de baixa presença da população negra no estado” (Felipe, 2018, p. 162), o que o diferenciava de outros estados brasileiros que possuíam a população afrodescendente em maior quantidade.

O “determinismo geográfico” (Felipe, 2018, p. 162), que associava o clima do Paraná aos climas dos países europeus, numa tentativa de diferenciar o estado do clima tropical presente em boa parte do país, assim como, o movimento Paranista, que surgiu por volta de 1853, iniciado por artistas e intelectuais do período.

Movimento este que inspirou a construção da narrativa histórica do Paraná e destacava a interligação entre raça e região, muito incentivada pelas políticas de branqueamento presentes no Brasil no século XIX. Com isso, passado e presente, numa influência mútua, incidiram na perpetuação do apagamento das populações racializadas no estado que desencadeou numa valorização europeia e num branqueamento estatal, como observa Batistella(2012):

Ora, em um país cuja nefasta herança escravocrata estava (ou está) profundamente enraizada na mentalidade da população, não

é de se estranhar a exclusão do africano pelo Paranismo. Soma-se a isso o acréscimo do cientificismo – eurocêntrico e racista – do século XIX, que considerava o negro como uma “raça inferior” e “degenerada”, cujos defeitos seriam transmitidos pela herança biológica. (Batistella, 2012, p. 3).

O termo paranista foi usado, segundo lurkiv (2002) para denominar aquelas pessoas, locais e imigrantes europeus que:

Nutriam amor pelo Paraná e estavam dispostos, através do discurso, a louvá-lo e reconhecerem nele um lugar onde a população teria as perfeitas condições para se desenvolver como civilização. O verdadeiro paranista seria aquele que contribuísse com tal empreitada. (lurkiv, 2022, p.131).

Essa caracterização do paranista é vivenciada e incentivada de maneira exacerbada, na medida em que há uma rejeição explícita daquilo que se diferencia das tradições estabelecidas no local e uma exaltação dos ideais desenvolvimentistas e progressistas, excludentes.

Essa perspectiva apresentada por lurkiv é um neologismo das ideias de Alfredo Romário Martins (1874-1948), paranista que produziu algumas obras acerca da interpretação da história do Paraná. Na sua obra “História do Paraná”, publicada em 1899, pode-se encontrar um delineamento da visão paranista do estado e de como esta percepção está imbricada na idealização do estado.

Outra passagem do Romário Martins (1874-1948), apontada pelo historiador lurkiv(2002) para refletirmos acerca dessa construção paranista e como ela está refletida na realidade paranaense, pontua que:

Para ele, poder-se-ia dizer considerar pertencente à civilização paranaense aquele que “*fez um filho, plantou uma árvore e escreveu um livro.*” As três referências constituem-se em predicados muito valorizados pela moderna sociedade industrial. O primeiro, a masculinidade, como uma recorrência ao pinheiro araucária, símbolo falocêntrico do paranaense. Se podes gerar um filho, és homem. Na segunda assertiva, novamente aparece o pinheiro, mas como um signo identitário dos paranaenses *morigerados e laboriosos*. Para se plantar uma árvore, devemos ser aptos ao labor e acreditarmos num futuro para nossa civilização paranaense. A civilização é continuidade e estabilidade. O pinheiro é uma árvore milenar. Por terceiro, temos que escrever um livro, pois a perfeita civilização deve ser intelectualizada. A materialização da intelectualidade se dá através de publicações. É

o livro. Com este tripé estava dado o molde do homem paranaense. (Iurkiv, 2002, p. 131).

Ao analisar estas perspectivas do ideal de civilização paranaense, observa-se uma concepção idealizada da população que representa este estado. Contribuindo com uma hierarquização social e padrões excludentes que absorvidas pela população colaboraram com uma historiografia estereotipada da região.

Dentro da perspectiva paranista, as narrativas negras, indígenas e conseqüentemente das comunidades tradicionais, como as quilombolas, não só foram excluídas da historiografia oficial do estado, mas também deslocadas dos ideais de pertencimento desta sociedade. O reflexo disso se dá no não reconhecimento e invisibilidade política e cultural destas populações em território paranaense.

Deste modo, observamos como o projeto paranista constrói uma conseqüente tentativa de produzir e reforçar uma invisibilidade histórica, que valorizava a caracterização de um Paraná branco e europeu, produziu impedimentos estruturais que se refletem na vivência das comunidades quilombolas neste território.

Os procedimentos de reconhecimento e regulamentação quilombola passam não apenas por entraves burocráticos, mas também sociais devido à construção da identidade do Paraná que não considera a contribuição destas comunidades para a formação social e histórica do estado.

Para a realização da regulamentação quilombola pela Fundação Cultural Palmares há alguns processos burocráticos pelos quais os quilombos necessitam passar, como: a criação de uma associação do quilombola e de um estatuto social, possuir regimentos internos, realizar o controle da associação por meio de assembleia-geral e a promover atividades continuadas e remuneradas.

Além destas questões estruturais, as Comunidades Remanescentes dos Quilombos (CRQ's) possuem certa dificuldade de manter seus territórios devido à invasão e a dispersão dos quilombolas em busca de garantia de renda nos centros urbanos. Com a perda de seus territórios

perde-se o local de cultivo, do sustento familiar, da criação de animais, ou seja, perde-se a base para salvaguardar o legado territorial e social da comunidade.

Com a tomada de terras, muitos quilombos acabam ficando cada vez mais próximos dos centros urbanos mais conhecidos como cidades, o que afeta o cotidiano quilombola, considerando que:

O que é a cidade? É o contrário da mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificialmente humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram. (Bispo, 2023, p.18).

Com esta observação, Nego Bispo(1959-2023) nos leva a refletir como as cidades, enquanto projetos artificiais, se estabelecem de diferentes formas nas diversas regiões do Brasil e são hipervalorizadas, mesmo estando envoltas de utilidade mercadológica e com pouca ou nenhuma ligação direta com a natureza. Mesmo com uma construção utilitarista, as cidades foram consideradas referências de moradia e bem-estar, simbolizando um avanço social ilusório, que valoriza centros urbanos e estigmatiza locais periféricos e rurais.

Já as comunidades rurais e aquelas mais afastadas dos grandes centros urbanos vivenciam na prática uma ligação e codependência com a natureza, como as comunidades remanescentes de quilombos, que mesmo em áreas mais próximas aos centros urbanos, mantêm esse contato e o cuidado com a natureza.

A construção histórica da identidade paranaense, como identificamos acima, privilegiou algumas populações e invisibilizou outras do imaginário social do estado, o que refletiu nas comunidades quilombolas. Foi nas últimas décadas, com a organização dos movimentos sociais e negros, que se iniciou um trabalho de valorização e reivindicação dos direitos destas comunidades, como o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, precursor nos estudos de identificação das comunidades quilombolas no estado. Analisando estas dinâmicas, Pires(2017) destaca:

Pode-se perceber, portanto, que paralelamente à elaboração das representações sociais a respeito do Estado, construiu-se um processo de invisibilização histórica e cultural da população negra paranaense. É apenas a partir do final do século XX e início do século XXI que essa história começa a se transformar, quando as reivindicações das próprias populações negras se tornam mais contundentes e, principalmente, mais visíveis. Particularmente, a demarcação de terras quilombolas iniciou-se no Paraná com a atuação do Grupo de Trabalho (GT) Clóvis Moura, com atividades de 2005 a 2010. (Pires, 2017, p.33).

Apontando para uma situação mais recente, no último Censo IBGE 2022, com divulgação de resultados em 2023, em relação à autodeclaração étnico racial, o relatório que divulga os resultados nos mostra que de toda população brasileira, 45,3% se declararam pardas e 10,2% preta totalizando um percentual de 55,5%, quantitativo que quando comparado às pesquisas censitárias dos anos anteriores, representa um aumento significativo.

Quando pensado no geral, esses dados nos mostram que uma boa parte da sociedade brasileira se autodeclara preta e parda, considerando que juntas representam mais da metade da população brasileira. Em relação à população total residente no Paraná, que é de 11.444.380 pessoas; 4,24% se autodeclararam pretas e 30,06% pardas, totalizando 34,30% da população paranaense, um quantitativo expressivo de pessoas pretas e pardas.

Além dos dados acima, neste Censo 2022, os quilombos foram incluídos e participaram, pela primeira vez, no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Após uma vida inteira resistindo, somente este ano as comunidades foram incluídas para participar da pesquisa e conseguirem ter acesso aos dados e informações de sua população.

Com uma cartografia censitária participativa, incluindo lideranças e comunidades quilombolas, o Censo também realizou suas pesquisas em alguns quilombos no território nacional. Acerca da região sul, foram identificadas 29.056 pessoas quilombolas, no Censo Demográfico 2022 Quilombolas, Primeiros resultados do universo (2023), o que representa 2,19% de todos os quilombolas recenseados no Brasil. Mais especificamente no estado do Paraná, o resultado segundo unidades de federação é de que há 7.113 quilombolas no estado.

A disponibilização destes dados acerca de quilombos paranaenses podem auxiliar na realização de políticas públicas e na melhoria da qualidade de vida dos quilombolas do estado. Ressaltando que por diversas questões logísticas de chegadas aos quilombos e de ser o início do recenseamento nacional quilombola, muitas comunidades pelo Brasil não foram incluídas no Censo 2022.

Acerca de ações voltadas para o reconhecimento das comunidades quilombolas do Paraná e desenvolvidas pelo poder público e de conhecimento geral, podemos encontrar um mapa com a identificação das comunidades quilombolas no Paraná, disponibilizado pela secretaria de educação em 2024:



Figura 1 - Mapa temático Paraná Quilombola, 2024.

Fonte:

<https://mandatogoura.com.br/secretaria-de-educacao-vai-imprimir-e-distribuir-mapas-tematicos-do-mandato-goura-sobre-indigenas-quilombolas-e-caicaras/>.

Desenvolvido para circulação nas escolas e informação pública, pode ser usado também para registro das comunidades e auxiliar no

processo de titulação, considerando que se trata de um registro governamental e serve como prova documental da memória social e territorial destes quilombos no território.

Se usado como material didático, seguindo as diretrizes da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da cultura e história afro brasileira e indígena na educação básica de todo país, pode contribuir com a desconstrução de estereótipos e aprofundar o conhecimento dos estudantes acerca dos quilombos no estado.

Realizada em junho de 2024 em Foz do Iguaçu-PR, houve a 1ª Conferência de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, que reuniu lideranças das comunidades tradicionais do estado e servidores públicos para entender as demandas e necessidades quilombolas com objetivo de desenvolver políticas públicas adequadas aos quilombolas e suas comunidades.

A articulação da conferência representa uma abertura inicial no diálogo entre os quilombos do Paraná e o estado, podendo gerar ações futuras que beneficiem o reconhecimento destas comunidades, porém ações práticas de promoção de políticas específicas que atendam as demandas paranaenses, decorrentes da conferência ainda não foram identificadas.

3. A CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA: RELATÓRIOS E REPERCUSSÕES

*Agora é possível dizer que nos afirmamos como um povo diferente, com construção identitária própria, que está fincada na territorialidade que nos foi negada.
(Vercilene Dias)*

As questões acerca da formação social e histórica do Paraná apresentadas acima, repercutiram numa exclusão sócio-histórica dos afrodescendentes e pertencentes às comunidades quilombolas e indígenas em território paranaense, e desencadearam em consequências diretas ao cotidiano dessas comunidades, considerando que o estado não se propôs a assegurar os direitos dos povos de comunidades tradicionais.

Diante deste cenário e das problemáticas enfrentadas pelos quilombolas no estado, em 2004 ocorreu o I Encontro de Educadores/as Negros/as do Paraná, articulado pelo movimento negro, junto a sociedade civil e as secretarias de Educação, da Cultura e a Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos de Curitiba–PR.

Momento em que surgiram os questionamentos acerca da situação das comunidades quilombolas no estado, onde estavam localizadas e quantas eram. Através destes questionamentos houve a iniciativa de levar a pauta adiante através da criação de um grupo de trabalho para em conjunto realizar um levantamento dos quilombos do Paraná, quando surgiu o Grupo de Trabalho Clóvis Moura.

Com a necessidade de aprofundar e compreender as motivações de formação, como se deu o levantamento e entender a repercussão dos resultados do GT Clóvis Moura, foi realizada uma série de entrevistas com alguns participantes do grupo, que puderam contribuir significativamente com esta pesquisa.

Os roteiros e transcrição das entrevistas semiestruturadas foram adaptadas para cada participante conforme a disponibilidade de contribuição de cada um e seguindo os objetivos e temáticas da pesquisa,

estão disponíveis para consulta em anexo e os termos de consentimento nos apêndices.

João Aguiar³ de Curitiba-PR, nos concedeu uma entrevista presencial na UNILA em Foz do Iguaçu-PR, foi pesquisador de campo do GTCM, estando em contato direto com as comunidades quilombolas do levantamento realizado pelo GT. Enquanto cientista social, foi um dos primeiros a desenvolver uma pesquisa voltada à temática racial na UFPR, possui amplo conhecimento acerca de comunidades quilombolas e dos estudos ambientais, aos quais se dedica. Acerca das primeiras motivações que levaram a criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura nos informa:

Do...não, o Paiol de telha ficava em Guarapuava, nessa região...o movimento negro ficava em Curitiba e tiveram conhecimento do Paiol de Telha, a partir de informações de pessoas que circulavam no Movimento Negro, porque esse movimento negro ele era um grupo de moradores que tinham uma discussão racial, “digo né” lá na cidade, nunca chegavam na universidade, nunca chegavam no governo, mas eles chegavam nesse grupo das comunidades que eles se encontravam, uma vez por semana se não me engano, lá numa igreja católica no centro de Curitiba, na Praça Ruy Barbosa, então lá nessa igreja tinha um dia por semana que eles se reuniam e falavam sobre coisas de tema raciais, até que surgiu essa informação do Paiol de Telha. Então a gente pode dizer que o Movimento Negro em Curitiba ele surgiu principalmente dentro dessas é...instituições religiosas entendeu? Que depois eles vão pegando outros espaços, mas ele surge dentro dessas instituições religiosas, entendeu? (João Aguiar, 2024).

Nesta passagem, nos relata sua percepção acerca de como a organização do movimento negro articulado na cidade de Curitiba contribuiu com as reflexões iniciais acerca dos quilombos no Paraná. Identifica-se então que o movimento negro da cidade, ligado a pastoral da Igreja Católica, começou a repercutir no período de 2004/2005, o conflito vivenciada pelo quilombo Paiol de Telha em Reserva do Iguaçu-PR.

Que segundo João Aguiar(2024) tinha “judicializado um conflito muito grande, que eles vivenciaram esse conflito mais de dez...quinze anos” e

³ As citações relacionadas a este entrevistado e participante da pesquisa serão citadas por nome fictício, para resguardar seu anonimato, como foi de sua escolha. O roteiro, transcrição da entrevista e termo de consentimento assinado estão sob domínio da pesquisadora e entrevistado.

que a partir do acompanhamento da situação dos quilombolas de Paiol de Telha encarou a situação “como uma demanda de reconhecimento daquela comunidade via estado”, a partir daí os questionamentos acerca das dificuldades dos quilombos no estado chegaram as secretarias governamentais curitibanas.

O movimento negro, como um importante representante das pautas raciais no Brasil, assume atuações diversas pelo país e costuma se articular junto a movimentos culturais, religiosos e ONG’s para maior alcance de suas pautas, da população e para promover maior atuação na sociedade.

Em Curitiba, de início, muitos militantes do movimento negro estavam também associados as pastorais⁴ e pautavam as temáticas quilombolas. Uma das organizações que articula as pautas raciais dentro da Igreja Católica de Curitiba, em conjunto com os integrantes do movimento negro, é a Pastoral Afro do Paraná.

A coordenadora da Arquidiocese de Curitiba e da Pastoral Afro do Paraná, Cristina Oliveira de Curitiba-PR, vem desenvolvendo atividades voltadas para a comunidade afro e quilombola junto à pastoral da regional Sul. É também atuante no movimento negro, e nos ajudou a compreender como está a articulação da pastoral afro com o movimento negro atualmente.

Reforçando o que o pesquisador João Aguiar já havia informado, a coordenadora nos indica que ainda há esta ligação entre os religiosos católicos e outras vertentes do movimento negro no estado se organizam na promoção de ações em Curitiba e nas cidades do entorno:

A pastoral afro tem uma rica história porque ela surge ali com a comemoração da falsa abolição em 1988, da campanha da fraternidade que já dizia: “ouve o teu povo né...e ali já existia os APNS que eram os agentes da pastoral negro, então Curitiba tem referências que é o Paulo Borges aqui no Paraná (...) eles iniciaram lá a mais de 50 anos atrás com os APNS e aí logo depois né, veio a pastoral afro. (...) É bem importante, é essa presença né...do movimento negro em várias ocasiões, várias datas, e hoje a pastoral afro ela tem parcerias aqui, principalmente, na cidade de Curitiba mas também, Maringá, Apucarana, Londrina né...com os movimentos sociais, algumas datas muito importantes que é o Julho das Pretas, por exemplo, né que a gente comemora em Júlio, então a gente tem atos aqui em Curitiba, a gente se encontra com mulheres, mulheres benzedeiças, rezadeiras, é pastoras, freiras, a gente se encontra

⁴ Movimentos formados pelo Igreja Católica com objetivos pré-estabelecidos de desenvolver ações e serviços com e para comunidades e a sociedade civil.

no lago da ordem. É uma atividade que vem bastante gente né, a gente faz uma celebração inter-religiosa, com todas essas mulheres, partilhamos dos nossos né...trabalhos que se encontram aí pela vida, então é uma cerimônia bem bacana...A gente também, tá fazendo parte né dos conselhos de políticas étnico racial, nas cidades curitibano, Maringá e Apucarana. E aí também novembro né, novembro negro a gente está inserido né, aqui na igreja do rosário, por exemplo, a gente tem a lavagem das escadarias, a gente recebe também outras religiões pra partilharmos desse movimento. E entre outros né que a gente tem bastante parcerias como eu disse né, a gente tem parcerias com a rede de mulheres negras, com o separo da UniEnsino, pra fazer as formações, então durante todo o ano, a gente tá fazendo atividades e formações sobre a nossa luta, com o nosso recorte étnico racial, e pra gente poder propagar aí conhecimento e gerar mais pessoas pra estar junto com a gente (Silvana, 2025).

A coordenadora relata então como a Pastoral Afro, em conjunto com as pautas do movimento negro, participa de ações como o Julho das Pretas, Novembro Negro, nos conselhos étnico raciais de Curitiba e das cidades vizinhas e em parceria com a Rede de Mulheres Negras; ações de extrema relevância para o movimento negro brasileiro e na luta antirracista nacional.

Partindo para a pauta quilombola, indica que há um contato da pastoral afro paranaense com estas comunidades através de atividades de formação de mulheres quilombolas e ações de doação e conscientização do racismo nos quilombos:

Aqui no Ribeira, no Vale do Ribeira, eu tenho ido visitar né as comunidades quilombolas, por exemplo, eu recente conheci três comunidades quilombolas em Palmas, é...próximo de Adrianópolis né, no Vale do Ribeira, aqui do estado do Paraná, conheci também as comunidades ali e também aqui na Lapa né, que é mais próximo da gente aqui. A comunidade do Feixe também tem três comunidades quilombolas, a gente faz algumas atividades juntas, né, na comunidade de Palmas, a gente fez uma formação para mulheres, né! Nós fomos convidados para ir até lá porque aconteceu uma situação de racismo e como a gente tem um acolhimento, um grupo bacana, aí nós fomos até lá. Na Lapa, a gente faz todo ano, arrecada brinquedos né, para as crianças, passamos um dia lá com eles, almoçamos e tomamos café junto, na comunidade da Lapa é muito forte a pastoral da criança também, então estamos integradas com eles nesse dia. A comunidade de Palmas é recém né, a gente ainda não tem...a não ser este trabalho de formação, é o primeiro contato que a gente fez e a comunidade de Adrianópolis, do Vale do Ribeira, pra mim eu considerarei como a mais difícil de chegar até lá né, a internet, a gente tentou fazer um trabalho online, mas a dificuldade da internet é muito grande lá na região, a gente ainda não conseguiu fazer um trabalho que a gente gostaria né (Silvana, 2025).

As comunidades quilombolas da Lapa, de Palmas e do Vale do Ribeira (composto por onze comunidades quilombolas), anteriormente mapeadas pelo GTCM e visitadas pela Pastoral Afro do Paraná, ainda apresentam algumas demandas sociais, como apontado pela coordenadora. Mas pudemos identificar que há um trabalho que vem sendo continuado nas comunidades quilombolas tanto pelo Movimento Negro quanto pela Pastoral afro de Curitiba.

Tratando-se das informações acerca do levantamento realizado pelo GTCM, encontram-se os materiais e relatórios parcial e final desenvolvidos durante e ao final do levantamento, em formato digital no site oficial do Governo do Estado do Paraná e físico no Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná em Curitiba-PR, para conhecimento da sociedade civil e do poder público; documentos estes utilizados nesta pesquisa.

Após as inquietações acerca da situação das comunidades quilombolas paranaenses identificados pelo movimento negro, e a idealização de realizar um levantamento para mapear estas comunidades, o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, como aponta em seus documentos oficiais, foi viabilizado através do Governo do Estado do Paraná.

Com objetivo de fazer “um levantamento básico das Comunidades Remanescentes de Quilombos e “Terras de Preto” no Paraná” (GTCM, 2010. p. 11), através de duas Resoluções Conjuntas: 01/2005 SEED/SEEC/SEAE/SEMA/SECS e 01/2006 e 01/2007-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS-SESU-SEAB-SEJU-SETI-SETP-PMPR.

O levantamento de comunidades quilombolas, pensado e executado pelo grupo carregava uma causa motivadora principal: a negação histórica dos quilombos e da população quilombola nos territórios paranaenses e que em muitos aspectos ainda se perdurava, considerando que historicamente o poder público não direcionou políticas públicas voltadas para os quilombos nem manteve contato com os quilombolas, os prejudicando a décadas.

O trabalho foi então construído por pesquisadores, organizações e secretarias de diversas áreas para viabilizar o acesso as diversas comunidades quilombolas participantes que até então eram desconhecidas no Paraná tanto para a população, governo e pesquisadores, que juntos foram descobrindo onde estavam localizadas, quem era essa população quilombola, entendendo suas vivências e identificando suas demandas.

Com objetivos definidos em conjunto por toda equipe, se estabeleceu a realização no Paraná de: um levantamento social, mapeamento das comunidades quilombolas com sistematização dos resultados em relatórios, promoção de debate na sociedade civil e nos poderes públicos para o desenvolvimento de políticas públicas, reconhecimento dos territórios quilombolas e facilitação do processo de titulação das comunidades.

A execução do trabalho se deu através da separação de equipes para as visitas de campo, principal método utilizado para fazer a pesquisa e colher dados. Como produtos da pesquisa disponibilizados como arquivo público, encontramos: a apresentação do grupo de trabalho, sua história, as comunidades mapeadas, questões e debates sociais encontradas ao longo do processo e documentadas nos relatórios parcial e final de pesquisa, um datado de 2005 a 2008 e outro de 2008 a 2010.

O trabalho que de início foi idealizado e desenvolvido por poucos profissionais ganha notoriedade e passa a ter mais relevância, quando é cedido um local de apoio com sede no Centro Administrativo Santa Cândida em Curitiba-PR, para melhor instalação e organização de pesquisa, considerando a importância dos dados já coletados e a necessidade de disponibilizar este conhecimento para o maior número possível de órgãos governamentais que pudessem colaborar com a pesquisa.

3.1 RESULTADOS DO RELATÓRIO FINAL 2005-2010

Como último resultado do levantamento, o GTCM elaborou um relatório disponibilizado pelo grupo com informações reunidas de 2005 até 2010 que apresenta um detalhamento dos resultados de pesquisa,

disponibilizando dados e reflexões acerca das comunidades quilombolas do Paraná durante aquele período.

Trazendo dados complementares aos relatório parcial de 2008, o Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura 2005-2010, publicado em 2010, disponibiliza um mapa das CRQ's, o qual passou a ser usado como referência para demonstração dos quilombos no Paraná:



Figura 2 - Mapa Comunidades Quilombolas - GTCM
Fonte: Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010.

Apresentando os resultados, é disponibilizado no relatório final uma reflexão detalhada do conhecimento etnobotânica e das plantas medicinais encontrados nos quilombos, que aponta como o território e a natureza são essenciais para manter as práticas quilombolas, apresentando os saberes acerca da utilização das plantas, como se dá o cultivo, as práticas medicinais naturais e o contato com a natureza em cada quilombo participante. Trazendo também observação da ligação que há entre estes conhecimentos quilombolas com a ancestralidade africana, herdadas das diversas etnias africanas que chegaram no Brasil.

Acerca da educação quilombola, ressaltam como no período da pesquisa, a educação que os quilombolas vinham tendo acesso, em sua maioria, ainda não valoriza a educação voltada para as comunidades tradicionais e seus múltiplos conhecimentos, e não levavam em consideração a oralidade e o conhecimento dos mais velhos, muito importantes no cotidiano quilombola.

Logo após, através no relatório, é disponibilizado uma listagem das características e história, apresentadas conforme os municípios, contendo os seguintes aspectos: nome, idealização, história, cultura, tradição, trabalho e terra, de 56 quilombos participantes do levantamento. Trazendo também um levantamento parcial de algumas comunidades que precisam de mais visitas ou de visitas futuras com objetivo de aprofundar a pesquisa, considerando a relevância histórica enquanto comunidade tradicional no Paraná.

O grupo se preocupou também em enfatizar as problemáticas dos quilombos no estado, disponibilizando no relatório uma reflexão sobre as lutas sociais enfrentadas pelos quilombolas, como eles eram afetados pelo abandono político e social e como havia a necessidades da implementação de políticas públicas voltadas para os quilombolas paranaenses, questões ainda muito presentes na realidade das comunidades

O grupo também se preocupa em apresentar os procedimentos necessários para a organização enquanto comunidade quilombola para fazer o reconhecimento legal das Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQ's) e Comunidades Negras Tradicionais (CNT's), demonstrando a importância da titulação quilombola como reafirmação de seus territórios. Conhecimento este que serviu para auxiliar e orientar os quilombos durante o levantamento do GT, mas que fica como orientação para guiar outros quilombos que necessitem destas informações.

Acerca das parcerias institucionais, instituições de diversas áreas colaboraram para a execução da pesquisa, no custeio de atividades, auxílios financeiros e cooperações diversas para a realização de atividades e melhorias dos quilombos.

Estiveram colaborando, segundo encontra-se no relatório: a política de Habitação para as Comunidades Quilombolas; o Instituto de Terras,

Cartografia e Geociências, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; a Secretaria de Educação do Estado do Paraná; a Secretaria de Estado da Saúde; A COPEL com Programa Luz Fraterna, ao PEE - Programa de Eficiência Energética; Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; a ELETROSUL pelo Programa Luz para Todos, a CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento e a SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná.

Ao final do relatório destacam como as Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's) e as Comunidades Negras Tradicionais (CNT's) de fato permaneceram esquecidas pelo estado e pela sociedade civil durante tanto tempo e como isso as prejudicou em diversas áreas, pautando como a pesquisa se propunha a mostrar na prática como a história do Paraná foi construída sem a presença dos quilombolas e afrodescendentes, alertando para a possibilidade de reconstrução da narrativa histórica do estado que pauta a resistência dessas comunidades tradicionais.

A documentação e sistematização das informações correspondem a uma importante etapa em um levantamento extenso e aprofundado como o realizado pelo GTCM. Os responsáveis por esta função e arquivamento dos documentos foram Cristina de Souza de Curitiba-PR, formada em letras pela UEM, professora aposentada da Rede Pública de Educação do estado do Paraná e Jorge de Souza de Curitiba-PR, com formação em Teologia, História e Filosofia e professor aposentado da Rede Pública do Paraná.

O arquivamento, de acordo com Cristina de Souza(2014) tinha como objetivo “possibilitar futuras pesquisas para o meio acadêmico e para todo (a) e qualquer cidadão (ã) que assim o desejasse. Para tanto, foi disponibilizado, a partir da inserção de todo esse acervo no Arquivo Público, um site para a pesquisa digital”, no que Jorge de Souza(2014) complementa:

Além do Relatório, o GTCM disponibilizou, então, outro caminho de acesso a toda a documentação levantada, devidamente organizada em pastas e também digitalizada. Protocolamos a entrega de toda a documentação ao Arquivo Público do Estado do Paraná, a qual revelando, em síntese, mais de 86 (oitenta e seis) CNTs - Comunidades Negras Tradicionais, das quais, 36 (trinta e seis) já certificadas pela Fundação Palmares como CRQS - Comunidades Remanescentes de Quilombo, além de outros

indicativos. (Jorge de Souza, 2024).

Ao final do levantamento, e após a sistematização dos dados documentados em relatório, apresenta-se à sociedade civil e as organizações governamentais, informações essenciais para compreender a situação dos quilombolas no estado paranaense. De 2004, com a formação do GT até 2010, com a finalização do levantamento e divulgação dos dados, destacamos três principais abordagens que demonstram a relevância e incidência do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura:

Primeiro, a relevância do levantamento, que pode ser considerado o primeiro no estado que se propôs a levantar informações de em média 86 comunidades quilombolas paranaenses, contribuindo na produção de dados históricos das comunidades. Dados estes produzidos em contato direto com os quilombolas, através dos relatos de suas tradições, cultura, meios de subsistência e costumes particulares que os caracterizam enquanto CNQ's.

Relevância esta que vai de 2010, período de publicação dos resultados e se estende até o presente, pois esses dados simbolizam um respaldo legal e estatal para as comunidades, beneficia-as com os processos de titulação, obtenção de recursos para subsistência das comunidades e reivindicações sociais e estatais.

Segundo, é a identificação dos modos etnobotânicos, presentes no cotidiano das comunidades e no uso coletivo dos espaços quilombolas, com objetivo de:

(...) identificar botanicamente algumas plantas usadas pelos quilombolas do Vale do Ribeira como medicinais; evidenciar a ancestralidade africana presente nesse etnoconhecimento; demonstrar a importância da preservação da Floresta Atlântica tanto por sua vocação natural, quanto para a perpetuação do conhecimento etnobotânico dos quilombolas, que são um verdadeiro "banco de dados" no que diz respeito ao conhecimento e manejo das espécies desse bioma (GTCM, 2010, p. 47).

Demonstram, através dos dados disponíveis em relatório, como a relação entre espaço quilombola e natureza se dá de maneira orgânica e são essenciais para a manutenção de seus territórios, considerando os locais em que se estabelecem os quilombos são em áreas, em sua maioria em áreas rurais e cercadas por natureza. As práticas quilombolas identificadas nos

quilombos são legadas de uma herança indígena e africana e envolvem o cuidado da terra, da natureza ao redor, de rios e nascentes.

Essas práticas são distribuídas em atividades de pescaria, extrativismo, agricultura, agroecologia e artesanato sustentável, esses conhecimentos são transmitidos de geração em geração e o conhecimento das plantas que os cercam está atrelado não só a alimentação e preservação ambiental, mas também a saúde, com o uso das plantas para fins medicinais.

O GTCM identificou, então, o uso de 38 plantas, suas indicações e formas de uso, utilizadas pelos quilombolas na região do Paraná, utilizadas no dia a dia das comunidades para curar ou amenizar dores, febres, feridas e outros. Essas práticas populares do uso das plantas e vegetais para utilização de cura, são uma alternativa desenvolvida a falta de acesso à assistência médica nas comunidades, como nos aponta La Platine:

A medicina popular é, inicialmente, uma *medicina tradicional*. Isso não significa que seja imutável, porém designa certo modo de transmissão essencialmente oral e gestual (“por ouvir-falar e ver-fazer”, como diz Pierre Chaunu) que não se comunica através da instituição médica, mas por intermédio da família e da vizinhança (LaPlatine, p. 51).

O uso das plantas, pelas comunidades quilombolas, pode adquirir ainda sentidos como de proteção⁵, de cura⁶ ou “mágica”⁷ adquirindo outras simbologias. Esses conhecimentos representam, conscientemente ou não, um meio de preservação da biodiversidade, e de manter os saberes alternativos.

Em terceiro, o GTCM destaca a educação quilombola, debate que vem sendo levantado há bastante tempo pelos movimentos quilombolas e educadores, devido ao seu impacto nas comunidades. Foi identificado nas

⁵ Práticas simbólicas com finalidades de proteção, individual ou coletiva, do meio ambiente e do trabalho (LaPlatine, 1989, p. 52).

⁶ Trata-se de um grupo de práticas que se inscrevem no âmbito de uma consulta terapêutica, isto é, de uma relação dual entre um indivíduo portador de doença e de um indivíduo capaz de curá-la. O *curador* ou *benzedor* é um homem que “trata”, “benze”, “cura” (da palavra curativo), esconjura, recorrendo essencialmente a um *segredo* que lhe foi legado por um parente, um amigo ou um vizinho quando de uma iniciação que o leva a respeitar textualmente um ritual fixado por uma tradição (LaPlatine, 1989, p. 52).

⁷ É um processo de regulação social e uma estrutura de troca, constituindo um triângulo cujos três polos são invariavelmente: — uma vítima(...); — um agressor chamado de “emissor do feitiço”; — um terapeuta (...) (LaPlatine, 1989, p. 53).

comunidades, no período do levantamento, uma dificuldade de acesso às escolas e uma educação com concepções que destoam da realidade dos quilombolas, tanto pela questão étnico racial quanto pelo contexto afro indígena em que estavam inseridos nas suas comunidades.

Esta defasagem de uma educação inclusiva as comunidades tradicionais no Brasil mesmo com a regulamentação da educação quilombola em 2012, pela Resolução CNE/CEB nº 8 pelo MEC que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola⁸, se perdura e segue sendo pertinente, pois o não cumprimento destas diretrizes é comum e pouco fiscalizado.

No documento oficial, há um direcionamento a ser seguido por gestores e educadores de escolas quilombolas, sejam elas rurais ou urbanas, com atribuições de valorização dos costumes, musicalidade, língua, alimentação, tradições culturais e festas comuns aos estudantes quilombolas do local, com detalhamentos e orientações específicas a cada momento da educação básica.

Ou seja, há um direcionamento legal respaldado na BNCC, que viabiliza uma educação quilombola bem estabelecida, com a valorização dos territórios quilombolas e suas práticas, entretanto, a realidade de acesso das populações quilombolas ao sistema de educação é restrito, e a consequência “é uma taxa de analfabetismo dos quilombolas foi 18,99% deste contingente populacional, 2,7 vezes acima da taxa nacional de 7,0%¹⁶, como apontado no Censo Demográfico 2022: quilombolas” (Censo 2022, p. 96).

As implicações das reflexões e resultados apresentados no relatório e destacadas acima são importantes para a compreensão das comunidades quilombolas no Paraná, já que não havia anteriormente ao GTCM, outra iniciativa que se propôs a realizar este levantamento básico e documentar os dados para conhecimento da população quilombola e seus territórios pela sociedade civil e poder público.

Ainda acerca dos resultados, o integrante do GTCM considera que os resultados do levantamento contribuirão com as comunidades

⁸ MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 de nov. 2024.

quilombolas em dois pontos principais: com o conhecimento pelos quilombolas de seus direitos a políticas públicas e a colaboração aos estudos acadêmicos acerca dos quilombos do Paraná:

É, eu acho que o resultado ele foi bom, né!? Porque ele cumpriu com uma demanda social, inicialmente. Por que uma demanda social? Porque ele passou a incluir, grande parte de famílias que estavam excluídas de qualquer projeto de assistência social dos municípios, por exemplo, porque veja que cada comunidade, aliás cada município que recebia, aliás, que tinha uma comunidade quilombola, ele recebia uma ajuda do governo pra desenvolver a comunidade, entendeu? “Olha no meu município tem comunidade quilombola, então assim era interesse do município também, que tivesse aquela comunidade quilombola...inclusive a gente “corria o risco” de dizer que tinha comunidade quilombola e nem tinha, queria só o recurso do governo. Então, um dos resultados, social “né”!? Que foi fundamental e esse era o grande objetivo, fazer com que estas famílias fossem incluídas no mapa de benefícios do estado, como se fosse uma cartografia social, mas envolvendo todos esses moradores, então o benefício social. O segundo, que a gente pode dizer que foi o benefício acadêmico, principalmente um benefício científico...acadêmico porque também passou a fazer parte de um acervo de pesquisas em demanda que a universidade não tinha...então, os resultados também seria esse, benefício acadêmico que também seria importante. (João Aguiar, 2024).

E além destes, destaca em entrevista que no período do levantamento, houve também a criação da Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná - FECOQUI, formada pelas lideranças quilombolas do estado para se organizar e acessar as políticas disponíveis por direito a suas comunidades, controlar ações privadas e governamentais, não consensuais sobre os territórios quilombolas do Paraná; conforme estabelecido no Protocolo de consulta às comunidades quilombolas do Paraná elaborado pela FECOQUI:

Nós, comunidades quilombolas do Paraná, nos organizamos em torno desse protocolo para reivindicar o direito à consulta da OIT 169, pois não aceitaremos mais que projetos governamentais e de empresas privadas que afetam nosso povo e território sejam realizados sem a Consulta Livre, Prévia e Informada. Pedimos, portanto, que a Lei seja cumprida e que nosso direito à consulta seja respeitado de forma adequada e com boa fé (FECOQUI, 2021).

Considerando as informações obtidas através desta pesquisa acerca de possíveis avanços obtidos pelas comunidades quilombolas após o levantamento do GT, destaca-se a articulação política e social, que possibilitou

às comunidades ingressar aos programas regionais de assistência e ao menos reconhecer as políticas públicas que possuem direito.

3.2 REPERCUSSÕES DO GTCM NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: TRÊS CASOS PARTICULARES

Após a sistematização e publicação do levantamento realizado pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura de 2004 a 2010, considerando a dimensão temporal em que foi realizado e as organizações participantes, observa-se a dedicação ao longo de seis anos em registrar estes conhecimentos e divulgá-los, espera-se que haja certa incidência positiva deste trabalho nas comunidades quilombolas do estado do Paraná.

Considerando as repercussões teóricas e no campo acadêmico pós-levantamento dos dados produzidos pelo GTCM, apresentamos algumas reverberações em produções acadêmicas que utilizaram como referência para coleta de dados os relatórios do GTCM, que tivessem sido realizadas em comunidades quilombolas paranaenses visitados também pelo grupo de trabalho.

Realizamos, então, a seleção de artigos e textos acadêmicos que possuíam referência, título e/ou citação ao GTCM e das comunidades quilombolas participantes do levantamento e identificamos e selecionamos documentos, como artigos acadêmicos, entrevistas e matérias de mídias digitais que correspondiam ao objetivo da análise proposta.

Após isso, foi feita uma leitura interpretativa e fichamento dos textos com intuito de compreender qual a contribuição dos dados presentes no levantamento do GTCM para aquela pesquisa/texto e quais informações haviam sobre os quilombos que complementavam ou se diferenciavam daqueles presentes no GTCM.

3.2.1 Território Curiúva: Quilombos Guajuvira e Água Morna

Desse modo, sobre as comunidades quilombolas Guajuvira e Água Morna, localizadas no município de Curiúva em Curitiba-PR,

encontramos após o levantamento do GTCM, a pesquisa de campo: A categoria “remanescentes das comunidades dos quilombos” e seus reflexos em duas comunidades quilombolas do Paraná realizada por Manuela Diamico e Josiel dos Santos. O estudo é parte do resultado de um licenciamento ambiental realizado na região em 2020 e publicado em 2021, que aponta mudanças nas duas comunidades após as visitas do grupo de trabalho.

No relatório final do levantamento do GTCM, a comunidade Guajuvira, localizada a uns seis quilômetros da cidade, ocupava a terra de herança recebida pela matriarca Rita Francisca dos Impossíveis, filha de escravizados que herdou as terras após casar-se com o dono da fazenda Guajuvira e iniciou a libertação dos escravizados na sua propriedade, acolhendo os que chegavam nas proximidades; pós-morte deixou a terra para os 13 filhos e netos.

No período do levantamento identificou-se que (GTCM, 2010, p. 139) “a comunidade preserva a cultura da alimentação e medicina tradicional, as danças e as festas religiosas” e haviam após as visitas do GT, organizado a associação da comunidade para iniciar os processos de titulação.

Com relação à comunidade quilombola Água Morna, que se encontra a 12 quilômetros do município, é colocada no levantamento do GTCM, também como uma comunidade que herdou as terras de seus antepassados ex escravizados. Os familiares que herdaram as terras junto aos retirantes que chegavam na comunidade em busca de abrigo e local para plantar, se estabeleceram no território e fundaram o quilombo.

Que segundo o levantamento possuía a prática do manjouro (ferramenta de madeira feita a mão, usada para descascar arroz), da pescaria, da plantação de grãos para subsistência e “festas tradicionais: Romaria de São Gonçalo, Romaria de São João, Romaria de São Roque e Recomenda das Almas, tendo como padroeiros: Nossa Senhora da Conceição e São Roque” (GTCM, 2010, p. 138).

A pesquisa realizada em 2021, rememora a história das comunidades de modo aproximado ao levantamento e utiliza os dados do GTCM como base para as pesquisas nas duas comunidades. Na percepção dos pesquisadores do estudo, a contribuição do GTCM se deu principalmente:

(...) o papel exercido pelo GTCM foi de fundamental relevância, considerando que até o seu desenvolvimento poucas eram as informações a respeito de comunidades quilombolas no Paraná, tais como da Comunidade Invernada do Paiol de Telha, da Comunidade do Sutil e algumas no Vale do Ribeira (GTCM, 2018). Com efeito, nas comunidades Água Morna e Guajuvira a atuação do GTCM teve papel de destaque em sua mobilização, relacionado ao autorreconhecimento como comunidade quilombola. (Diamico, Santos, 2021, p. 138).

As comunidades Guajuvira e Água Morna, assim como a maioria das comunidades participantes do trabalho desenvolvido pelo GTCM, eram isoladas e muitas não se denominavam como comunidades quilombolas, algumas como comunidades rurais, principalmente pelo desconhecimento do que caracterizava um quilombo.

Acerca dos elementos de historicidade e aspectos que compõem as particularidades dos dois quilombos, como descrito acima com base no levantamento do GTCM, é semelhante aos apresentados pelo estudo. A chegada do GTCM possibilitou então, através das memórias e histórias, reconhecer com as comunidades e seus pertencentes se estes se identificavam como quilombolas.

No quilombo Guajuvira, apesar do reconhecimento no período do levantamento enquanto quilombolas, durante o estudo divulgado em 2021, que houve ao longo do tempo uma alteração da população e da divisão do espaço do local, e foi identificado que alguns já não se identificavam como quilombolas:

Nota-se, portanto, que passados mais de 10 anos das pesquisas realizadas com o fim de identificação e delimitação, algumas famílias, talvez por não observarem benefícios, talvez por outras configurações históricas, políticas, culturais e sociais, optam por se desvincular da denominação de quilombolas. (Damico, Santos, 2021, p. 142).

Já no quilombo Água Morna, o estudo indica que após o reconhecimento da comunidade enquanto quilombo facilitado com as visitas do GTCM, os quilombolas relatam que houve (Damico, Santos, 2021, p. 141) “uma harmonia na convivência com os proprietários vizinhos, que não querem que

mude”. Pois antes e durante as visitas, tanto o quilombo Água Viva quanto o Guajuvira, passaram por processos de invasões e ataques:

Em Curiúva, devido ao início dos Relatórios Antropológicos de Guajuvira e Água Morna, ocorreram ameaças por parte de fazendeiros e políticos locais, assim como se restringiu a oferta de emprego e trabalho nas fazendas e sítios aos quilombolas (Fonte: Dra. Liliane Porto, antropóloga responsável pelo laudo antropológico da comunidade, por ofício). (GTCM, 2020, p. 39).

O GT Clóvis Moura, ao facilitar o reconhecimento da comunidade, em Água Morna, segundo a pesquisa de campo do estudo em 2021, possibilitou que a comunidade conseguisse “acessar os programas sociais e se sentem valorizados enquanto quilombolas” (Damico, Santos, 2021, p. 141).

3.2.2 Território Ponta Grossa: Quilombo Sutil

Acerca do quilombo Sutil, localizado a 35 quilômetros da sede do município do centro de Ponta Grossa–PR, é relatado no levantamento do GTCM, que a comunidade é antiga naquele local e comportava uma área que passava pelo rio Tibagi, que corta uma grande extensão do Paraná e que “o dono da fazenda, doou as terras para os negros após a libertação e que as famílias Gonçalves e Ferreira foram as que receberam as terras” (GTCM, 2010, p. 201). Terra esta que veio sendo alvo constante de ataques e tentativas de invasão de moradores imigrantes das redondezas:

Terra herdada. A comunidade conta que a terra era grande, mas foi perdendo-as, principalmente para os imigrantes russos e alemães, que vieram para os Campos Gerais em 1876. Senhor Antonio conta ainda que na atualidade há invasores das terras dos negros, pessoas que tentam apossar-se dos espaços, com espertezas e pressões pois, segundo a comunidade, são os padrões possíveis. (GTCM, 2010, p. 201).

Ainda no relatório do GT, os quilombolas relatam que suas famílias estão lá a seis gerações e teriam origens nigerianas, tendo como padroeiro São Benedito que possui uma capela no local dedicada, onde todo

13 de maio, dia de São Benedito e data oficial da abolição da escravatura no Brasil, é realizada uma festa com tambor, feijoada e acarajé, que já se tornou uma festividade tradicional do quilombo Sutil.

Nas buscas acerca das comunidades, encontramos algumas reportagens e pesquisas desenvolvidas no quilombo, principalmente a partir de 2020, dentre elas encontramos a pesquisa intitulada: A formação da comunidade quilombola no estado do Paraná: experiências do quilombo Sutil, de Sueli Pinto e Frank Mezzomo, publicada em 2010.

Apesar de reconhecer muito fortemente suas origens e história, como os quilombolas relatam no levantamento do GTCM e no artigo; os autores indicam que a comunidade ainda não tinha o entendimento de si enquanto quilombola antes das pesquisas:

Analisando parte da historiografia que trata da questão quilombola no estado do Paraná e colhendo depoimentos dos moradores da comunidade Sutil, constata-se que até a criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura às comunidades remanescentes de quilombos viviam de forma anônima sem qualquer assistência de políticas públicas. A partir da instituição desse grupo, as comunidades começaram a ser visitadas e algumas mudanças ocorreram. Em Sutil, a comunidade foi convidada a se declarar remanescente de quilombola para poder participar das ações desenvolvidas pelo governo federal/estadual como bolsa família, luz fraterna, projetos de desenvolvimento sustentável e programa de habitação popular. (Pinto, Mezzomo, 2010, p. 15).

A possibilidade de se reconhecer enquanto comunidade quilombola através da percepção de suas práticas e história após a visita do GTCM, permitiu que estes reivindicassem políticas públicas do estado para a comunidade, mostrando como o entendimento acerca de sua historicidade incidu politicamente sobre seu território.

Em 2007, os pesquisadores apontam que foram ofertadas pelo Governo do Estado do Paraná, através da articulação do GTCM, a construção de unidades habitacionais e um barracão de uso comum ao quilombo Sutil junto a Companhia de Habitação do Paraná. Mas com a condição de cada família realizar um pagamento mensal, algo que nem todos os quilombolas puderam se comprometer, além disso, “no ato de entrega das casas em junho

de 2006, o governo anunciou que as casas não teriam nenhum custo para seus moradores” (Pinto, 2010, p. 16).

Observa-se nesta situação uma problemática no comprometimento da COHAPAR considerando que houve uma proposta para melhorar as moradias do quilombo, o que encobre uma promessa de bem-estar futuro aos quilombolas e ao ser descumprida provoca a sensação de não comprometimento estatal e abandono, como era antes do reconhecimento.

O quilombo Sutil foi certificado enquanto remanescente quilombola pela Fundação Palmares em 2020, pela Portaria n° 32/2005, datada em 19/08/2005⁹; em buscas acerca da situação do quilombo, encontra-se algumas entrevistas em que a comunidade segue solicitando melhorias para a comunidade ao poder público como: transporte, acesso saúde de qualidade e assistência social.

Apesar de todo trabalho de reconhecimento pelo GTCM e da FP, a comunidade segue se sentindo isolada como antes do reconhecimento e impactada pelo mesmo descaso público: “A Prefeitura esquece de nós aqui. Estamos abandonados”, lamenta o quilombola Lauro Roubé em entrevista¹⁰ datada de 2020.

3.2.3 Território de Foz do Iguaçu: Quilombo Apepu

Em São Miguel do Iguaçu–PR, a 26 km do município se encontra o quilombo Apepu, que também participou do levantamento do GTCM, o território onde está localizado o quilombo faz divisa com o Parque Nacional do Iguaçu. Acerca da história e costumes do quilombo, no relatório do GTCM, indica que o nome da comunidade faz referência a um tipo de laranja muito comum na região, denominada apepu, usada pelos quilombolas na produção de doces.

⁹ FP. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2021/01/ipatrimonio-Quilombos-certificados-2020-Fonte-Fundacao-Palmares.pdf>. Acesso em: 22 de nov. 2024.

¹⁰ Blog do Johnny. Disponível em: <https://www.blogdojohnny.com.br/fotos/estamos-abandonados-reclamam-moradores-da-colonia-sutil/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Os primeiros a chegarem a região e ocupar o território que hoje é Apepu “foram escravizados em uma fazenda em Minas Gerais e chegaram a Laranjeiras do Sul/Paraná após a “libertação”” (GTCM, 2020, p. 204). Relataram realizar festa anual ao padroeiro São João Batista e a Nossa Senhora Aparecida, momento em que dançam o fandango (ritmo de origem espanhola); e costumam produzir pratos típicos como o doce de apepu, serralha(PANC) com verdura e quirera de porco, popularmente conhecido como canjiquinha.

Acerca das dificuldades enfrentadas pelos quilombolas, a distância considerável do quilombo até o centro da cidade é uma das queixas identificadas pelo GTCM, assim como a perda de terras para o Parque Nacional:

Das terras herdadas, contam os (as) moradores (as) que, restaram apenas vinte alqueires, pois no decorrer do avanço da fronteira agrícola no Sudoeste perderam muito. Foram-lhes tomando ou comprando pedaço por pedaço. Relatam ainda que a criação do parque Nacional do Iguaçu dificultou a locomoção, o desenvolvimento da lavoura e a criação de animais (GTCM, 2010, p. 205).

Durante o levantamento do GTCM, Apepu deu início em 2006 a organização de uma associação, necessária para os processos de titulação, e foi reconhecido como remanescente quilombola pela Fundação Palmares¹¹ através do registro n.º 697, Fl. 08, em 31 de outubro de 2006, entretanto até a finalização desta pesquisa em 2025, ainda não havia recebido o registro de titulação que garante a regularização definitiva do território.

Nos últimos anos, a comunidade vinha se articulando com representantes dos direitos quilombolas, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Urbia Cataratas, responsáveis pelo Parque Nacional, para reaver as terras do quilombo anexadas indevidamente ao território do parque.

Desta movimentação, foi criada a Trilha Quilombo Apepu inaugurada em novembro de 2024 com aproximadamente 6 km e passa pela

¹¹ FP. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/12/2006&jornal=1&pagina=59&totalArquivos=232>. Acesso em: 22 nov. 2024.

área tanto do quilombo quanto do parque, colocando o quilombo no circuito de turismo sustentável da cidade. Por ser recente não há como atribuir qual o impacto da trilha para o quilombo, mas pode representar um maior conhecimento da população de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu sobre a comunidade e provavelmente um retorno econômico, que cabe aos quilombolas opinar se será benéfico ou não.

Rose Correia, uma das lideranças do quilombo Apepu, de São Miguel do Iguaçu–PR que hoje reside em Foz do Iguaçu–PR, nos concedeu uma afetuosa entrevista em seu apertado horário de almoço no trabalho, um dos poucos momentos que possuía para compartilhar orgulhosamente sua história enquanto quilombola. Nos confirma que parte do território de Apepu foi tomado:

Sim, o que eu espero é que alguém reconheça isso e venha retribuir o que é da gente, né!? Porque é um direito, mas por enquanto até onde eu sei (...) parou ali, estacionou. Os meus tios, moravam uma parte, minha irmã morou lá um tempão, daí eles tiraram, foram desapropriados e acabou nisso; eu até hoje, que tá o meu nome num pedaço, tá lá... “Parque Nacional” (Rose Correia, 2024).

Filha de Lucio Correia e de Rosália Correia, quilombolas que estavam na comunidade desde sua fundação quando o quilombo ainda se chamava Sangafunda, Rose Correia vivenciou diversos processos do quilombo Apepu, mesmo tendo saído da comunidade aos 14 anos para trabalhar em Foz do Iguaçu–PR.

Atualmente está retornando ao quilombo, mas se fez presente na comunidade durante o tempo que esteve morando longe, e relembra a dificuldade em se manter no quilombo e os problemas de locomoção para chegar e sair da comunidade; o que a fez sair do quilombo para ajudar na subsistência da família:

(...) eu queria ajudar, em casa, então tudo que eu fazia, eu trabalhava como doméstica, e o dinheiro que eu ganhava eu levava de compra pra casa, comprava roupa pro meu pai, pra minha mãe, tanto que a minha mãe se você conhecesse ela, ela não ia falar que era filha, ela falava que eu era mãe, porque eu consegui muita coisa (Rose Correia, 2024).

Esse movimento de saída do quilombo devido às circunstâncias de adversidades econômicas, de subsistência e locomoção, como Rose experienciou, é algo que se recorre entre os quilombolas e contribui para a perda de seus territórios, considerando que muitos vendem suas terras ou precisam se afastar de suas famílias para sobreviver e/ou ajudar financeiramente, mesmo tendo meios diversos para se manter, como em Apepu:

Ah meu pai plantava arroz, feijão, milho e mandioca. Isso era uma coisa que esses dias eu tava falando com minha prima, que era um pé de mandioca por ano, por ano não, por dia. Era a única maneira que tinha, e tinha porco, tinha galinha, tinha pato, marreco, a minha mãe era parteira, se dava bem com todo mundo, graças a deus! A gente sempre “teve” boas “amizade” (Rose, 2024).

Apesar destas questões, Rose relembra com entusiasmo as festividades de São João na comunidade, tradição iniciada pelos seus avôs e passada de geração como marco da memória afetiva e da ligação entre aqueles que fundaram Apepu, no passado, e os que ainda permanecem lá, levando adiante a história do quilombo.

A festa, que Rose e seus familiares se organizam para fazer ao redor de sua casa lá no quilombo, reúne os quilombolas e convidados, e se estendeu aos familiares também quilombolas de Rondônia, no norte do país:

Ah, sim, eu e meus dois sobrinhos, a gente faz a fogueira que nem o Vô fazia. Eu faço na minha casa, né!? Uma casinha simples, mas com coração grande, tem lugar pra todo mundo, vai muita gente. Esse ano tem um pessoal que quer vir do Porto Velho, Rondônia pra participar, que são da família, que é os Correia e Mendes né!? Então, eles tão falando que eles tão querendo vir esse ano, se deus quiser eles vem pra fogueira. O ano passado eles fizeram lá na comunidade, eles podem continuar fazendo né!? Cada um... a gente se dá bem, e tipo assim, que nem aqui em casa. Eu não vou “abrir mão”, enquanto eu tiver saúde e coragem eu não vou mudar. Tem que fazer né!? (Graça, 2024).

Ao longo de toda entrevista, destaca como seus hábitos, seja na cidade de Foz do Iguaçu onde reside e trabalha, ou quando está no quilombo, são muito ligados aos costumes que seus avós e familiares passaram para ela e sua comunidade.

Manter essas tradições simboliza, além de perpetuar os costumes, a manutenção das práticas quilombolas em Apepu, mantendo viva a memória quilombola e reafirmando no presente toda a trajetória do quilombo, que se estende por algumas regiões do Brasil.

Como reflexo desta perpetuação, Apepu além de ter remanescentes no norte do Brasil, mantém vivo seu legado quilombola na cidade de Foz do Iguaçu–PR com o Quilombo Horta do Seu Zé e Dona Laíde, o que demonstra a abrangência das articulações quilombola no território brasileiro, inclusive no Sul, desafiando a percepção de que não há apenas quilombos no Norte e Nordeste do Brasil.

O Quilombo Horta do Seu Zé e Dona Laíde, assim como Apepu, simboliza um marco da preservação das práticas quilombolas, mesmo margeado por uma região urbana, resiste no local e demonstra como as comunidades quilombolas paranaenses se adaptam em diferentes contextos sociais e geográficos.

4. VIVÊNCIAS DO QUILOMBO HORTA DO SEU ZÉ E DONA LAÍDE: O ENCANTAMENTO E A TITULAÇÃO.

*Ele me ensinou que em alguns momentos
precisamos transformar
as armas dos inimigos em defesa,
para não transformarmos
as nossas defesas em armas.
(Nego Bispo)*

O quilombo Horta do Seu Zé e Dona Laíde está localizado num corredor verde na Vila C em Foz do Iguaçu-PR e permanece a 35 anos cuidando cotidianamente do seu território. O nome do quilombo vem da importância dos três atores importantes para a fundação e história do quilombo: a horta, que garante a subsistência dos quilombolas e o seu Zé e dona Laíde, que juntos fundaram o quilombo.

A disposição diária em manter o local se reflete no cotidiano do quilombo que antes habitado por toda família do Seu Zé e da Dona Laíde, mas que hoje é compartilhada por Dona Laíde, uma filha e netos, pois como acontece em muitos quilombos, entretanto isso não alterou a dinâmica do quilombo, pois todos os dias os familiares quilombolas retornam ao quilombo, fazendo com que este esteja sempre vivo e em movimento.

Mesmo que residam em outros locais próximos ao quilombo, os demais familiares mantêm o vínculo afetivo e ancestral com o território, participando ativamente das atividades desenvolvidas cotidianamente no quilombo. Toda essa entrega diária garante a preservação das práticas e saberes, demonstrando como o pertencimento ao quilombo ultrapassa a moradia permanente.

Rememorando as visitas de campo feitas ao quilombo, realizadas de julho a novembro de 2024, as chegadas eram sempre envoltas por muita natureza e silêncio, da rua até o portão de entrada do quilombo, que fica sempre aberto durante o dia, já se podia supor o que encontraríamos do portão pra dentro. Ao entrar e passar por um caminho cercado de plantas e flores em que se houve o som constante de pássaros, já é possível ver a casa

de Dona Laíde e a horta bem cuidada.

O quilombo é dividido em algumas áreas principais, tendo como centro a casa, que está no meio do quilombo; a área central da casa é cercada a esquerda pelo moinho de água e horta da comunidade, a direita pelo galinheiro, e atrás pela plantação de bambu e logo abaixo pelo rio que corta todo o quilombo e segue para desaguar na Itaipu.

Mais a esquerda, após o galinheiro, nos deparamos com uma infinidade de plantas e árvores frutíferas, ornamentais e medicinais, local cultivado e pensado com bastante afeição pela comunidade, perceptível nas suas falas de planejamentos futuros e memórias criadas no local durante as orgulhosas caminhadas pelo local.

Entre uma visita de campo e outra, notamos a presença constante e diária dos outros quilombolas, que vinham ao quilombo fazer alguns reparos, auxiliar na plantação e colheita da horta, cuidar do quilombo ou simplesmente passar o tempo com a família. Em todas as visitas de campo, encontrávamos alguém por lá, as saídas e chegadas no quilombo eram constantes durante todo o dia.

A história e práticas do Quilombo Horta do Seu Zé e da Dona Laíde localizado na Vila C em Foz do Iguaçu-PR, apresentadas nesta pesquisa, foi construída em conjunto com os quilombolas a partir de suas contribuições nas conversas e interlocuções durante as visitas de campo.

E também, através de duas entrevistas concedidas pela quilombola Maria Serrate de Foz do Iguaçu-PR, filha de seu Zé e dona Laíde, é uma das referências na luta quilombola e ambiental na região, representante da história de seu quilombo, e contribui significativamente para a continuidade física e simbólica do quilombo possui no local.

Em seus relatos nos conta que seus pais, seu Zé e dona Laíde chegaram ao local em 1984, seu Zé neste período, assim como muitos outros trabalhadores da cidade de Foz do Iguaçu trabalhava numa empreiteira na construção da barragem de Itaipu, que fica muito próxima ao local onde está localizado o quilombo.

Por causa dessa proximidade, seu Zé, que sempre teve uma relação muito forte com o cultivo de plantas e já usava outro local da empreiteira para plantar verduras e hortaliças para comercializar e fazer uma

renda extra, se encantou quando encontrou o local onde hoje é o quilombo, devido às nascentes de água e a abundância de agrião no território.

O agrião, por ser um vegetal que brota em locais com bastante presença de água, que torna a terra ideal para plantação, o que foi determinante para que seu Zé, dona Laíde e sua família estabelecesse o quilombo naquele local. Principalmente porque depois a comercialização do agrião, frutas e verduras se tornaria uma das marcas da família, além de garantir a subsistência e alimentação da família e gera renda ao quilombo:

Cultivamos bastante arroz, milho, hoje a gente cultiva vários tipos de hortaliças, tem fruta, tem milho, tem feijão, enfim, banana...são várias coisas que a gente plantou hoje aqui nessa região, mas depois da drenagem, porque antes era só mesmo o agrião da água que dava pra plantar e dali por diante a gente foi mantendo e limpando, e plantando e fazendo a preservação das árvores, da natureza, enfim, a gente continua aqui até hoje nesse espaço, nesse trabalho né e graças a deus tira a maioria da alimentação a gente extrai desse território. (Maria Serrate, 2024).

Após chegar ao local e fundar o quilombo, todos auxiliaram a construir um sistema de drenagem para utilizar a água presente no solo de modo adequado, dividindo o espaço da horta em canteiros e distribuindo a água para irrigação das sementes. Este momento parece simbolizar para os quilombolas um passo muito importante ao ocupar o território, pois todos que tivemos no contato no quilombo, comentavam espontaneamente sobre o processo de construção da horta e de como ela ainda é importante para todos, considerando que este cuidado com a terra passado dos pais para os filhos e netos.

É esta dedicação a horta que garante a subsistência do quilombo e não o faz depender de supermercados e as variações de preço, já que no quilombo encontra-se uma variedade de alimentos que Maria(2024) pontua “que não teria acesso se precisasse comprar”. Toda essa variedade que o território quilombola proporciona só acontece porque há um cuidado constante com todo o local, desde as abundantes nascentes até as plantações sazonais.

Essa subsistência se dá também num sistema de retroalimentação, ou seja, grande parte do que é necessário para os

quilombolas é encontrado e produzido no quilombo. A plantação é feita de acordo com as plantas da estação e alimenta não só aqueles que moram no quilombo mas também os familiares de fora.

Além de promover a subsistência, é notável que há no quilombo Horta de Seu Zé e Dona Laíde, um movimento de autonomia interna, considerando que as atividades desenvolvidas dentro do quilombo possibilitam uma autogestão de recursos e conhecimentos que caracteriza certa independência:

Aqui tem a cana-de-açúcar, quando os meninos quer tomar um caldo de cana aqui, eles vão lá, colhe a cana, limpa, vai no engenho, faz o caldo e traz o caldo, põe pra gelar e dali a pouco tão tomando! Ma é puro, sem água, sem misturas né!? Tá, quando eles resolvem...“ah vamos fazer uma rapadura”. Joga o tacho no fogo, vai ali, moi o caldo, joga dentro, dali a quatro, cinco, seis horas cozinhando ali, sai uma rapadura aí. Então, tipo assim, eu não sou de comer muito essas coisas, mas eles têm! Por que é que tem? Porque tem esse espaço! Se não, nada disso poderia acontecer né!? O oxigênio, a respiração que você tem aqui, isso daí é uma coisa que eu não preciso nem falar, porque quando você entra do portão você já vê que é diferente. (Maria Serrate, 2024).

Ao citar a produção de rapadura pelas crianças e adolescentes do quilombo, podemos observar que o acesso aos recursos e saberes, aprendidos coletivamente, reverbera na perpetuação das práticas do quilombo. Identifica-se ainda uma alimentação mais saudável que vem de uma percepção mais sustentável daquilo que se produz e que vai à mesa para consumo.

Este momento reflete também como a socialização no quilombo Horta de Seu Zé e Dona Laíde é desenvolvida de modo que haja uma valorização dos recursos naturais encontrados no território e do que ele proporciona.

O cuidado e a vivência pautada na valorização dos recursos naturais não se restringem ao território do quilombo e se estende a natureza do entorno, pois a vizinhança não possui a mesma percepção da necessidade de degradar o meio ambiente e aparenta não se importar com as consequências.

E a comunidade lamenta a forma como a população do entorno descarta lixo nas matas próximas ao quilombo e no córrego que rodeia toda extensão quilombola, no que Maria(2024) reitera: “não é falar mal não...tem

lixeiro que passa na rua três vezes na semana, tem coleta seletiva que passa uma vez na semana, então não teria necessidade de o povo descartar lixo na rua, e aqui eles descartam na rua”.

Em conversa, ela e seus familiares apontam a necessidade de realizar mutirões esporádicos para retirar o lixo que se acumula no entorno e no córrego, mutirões estes que já se tornaram conhecidos entre alguns grupos universitários e ambientalistas da região. Normalmente são realizados com a ajuda de familiares, alguns universitários que desenvolvem atividades no quilombo e conhecidos que se disponibilizam a ajudar na limpeza.

O papel da limpeza deste córrego recai sobre os quilombolas, pois as consequências futuras das ações externas também recaíram sobre o território quilombola, interferindo na qualidade de sua água, do solo e todo ecossistema presente no local.

Além de toda consequência territorial, essa situação coloca o quilombo em vulnerabilidade pelas tensões entre as práticas sustentáveis quilombolas e o descaso ambiental da população do entorno. Isso aponta como provavelmente o local já estaria bem deteriorado sem a presença do quilombo que a 35 anos, continua lidando com estas práticas destrutivas.

Esse comportamento repetitivo, revela uma relação de poder implícita, que pressupõe que se possa tomar qualquer tipo de ação prejudicial aos remanescentes quilombolas, que não haverá punição. Principalmente se o quilombo não for reconhecido pelo estado através da titulação e se não há trabalhos de políticas públicas ambientais sendo desenvolvidos nos locais.

Este trabalho ambiental, acaba sendo realizado pelos próprios quilombolas, que desenvolvem estratégias para proteger a si e gerir seus territórios de modo a manter o meio ambiente e rios do entorno sem contaminação, poluição e respeitando o ecossistema que os cerca.

É, por exemplo, através do cultivo de hortas, como é feito pelo quilombo Horta do Seu Zé e Dona Laíde, que o este faz a manutenção das áreas verdes ao seu redor, demonstra o vínculo e a habilidade de manter a preservação na natureza do território em que está inserido.

A horta, então, não é apenas o meio de sobrevivência e renda do quilombo nem apenas a motivação inicial para ocupar o local em que estão

hoje, mas é central para compreender como a manutenção dela gere o passar do tempo no quilombo diariamente, pois é através dela que se estabelece um relacionamento entre a terra vermelha característica do Paraná, a abundância de água no solo e os variados tipos de frutas, verduras, hortaliças, grãos e raízes cultivadas atenciosamente e que brotam do tão orgulhoso território quilombola.

Não era incomum chegar ao quilombo e ver um feijão ou um milho sendo debulhado, uma macaxeira e bambu sendo cortados, cachos de banana aos montes, parentes próximos chegando e saindo com sacolas cheias para levar os alimentos frescos para suas casas. Sendo a horta o local central de sociabilidade, compartilhamento e autonomia da comunidade desde a separação das sementes, o plantio e o cuidado até a colheita.

Mesmo com esta dedicação ao seu território e a natureza ao redor, o quilombo recebeu, em 2018, uma ordem de despejo da prefeitura de Foz do Iguaçu, processo judicial que perdurou por algum tempo. Mas devido à articulação do quilombo na cidade através da participação em feiras populares, da venda de suas produções, e o trabalho de cuidado com o território, os quilombolas se tornaram conhecidos por professores e pesquisadores da região.

Estes se juntaram a comunidade e lutaram pela retirada do processo, e considerando todo impacto de preservação que o quilombo Horta do Seu Zé e Dona Laíde possui no local, o processo foi finalizado a favor da permanência dos quilombolas no local,

A comunidade enfrenta ainda outras dificuldades, como a invasão e roubos ao quilombo, que reforça a contradição das pessoas invadirem o quilombo, mas isso não ocorrer com as outras casas do entorno, como relatado pelos quilombolas:

Eles não entram pela estrada, ele entra pela mata, pela margem e daí ele consegue ter acesso aonde que ele quer e fazer a colheita que ele quer! Então isso aí é uma coisa que a gente sempre lidou e vai ter que lidar, é uma dificuldade enorme, a gente acaba correndo alguns riscos. (Maria Serrate, 2024).

Este outro lado da realidade no quilombo expõe um risco constante encoberto por uma discriminação, considerando que isso não ocorre

nas residências da localidade. Diante dessas repressões, os quilombolas desenvolveram habilidades de sobrevivência para enfrentar estas violências:

Eu coloquei câmera lá na entrada, quebraram a minha câmera lá, entendeu, minha câmera, quebraram esses dias, aí tem uma aqui, tem uma lá embaixo, tem outra aqui na casa, tem outra lá na roça, mas mesmo assim a gente enfrenta bastante isso viu? Então eu acho que isso é uma coisa que eu já enfrentei, vou continuar enfrentando e eu acho bastante difícil isso! (Maria Serrate, 2024).

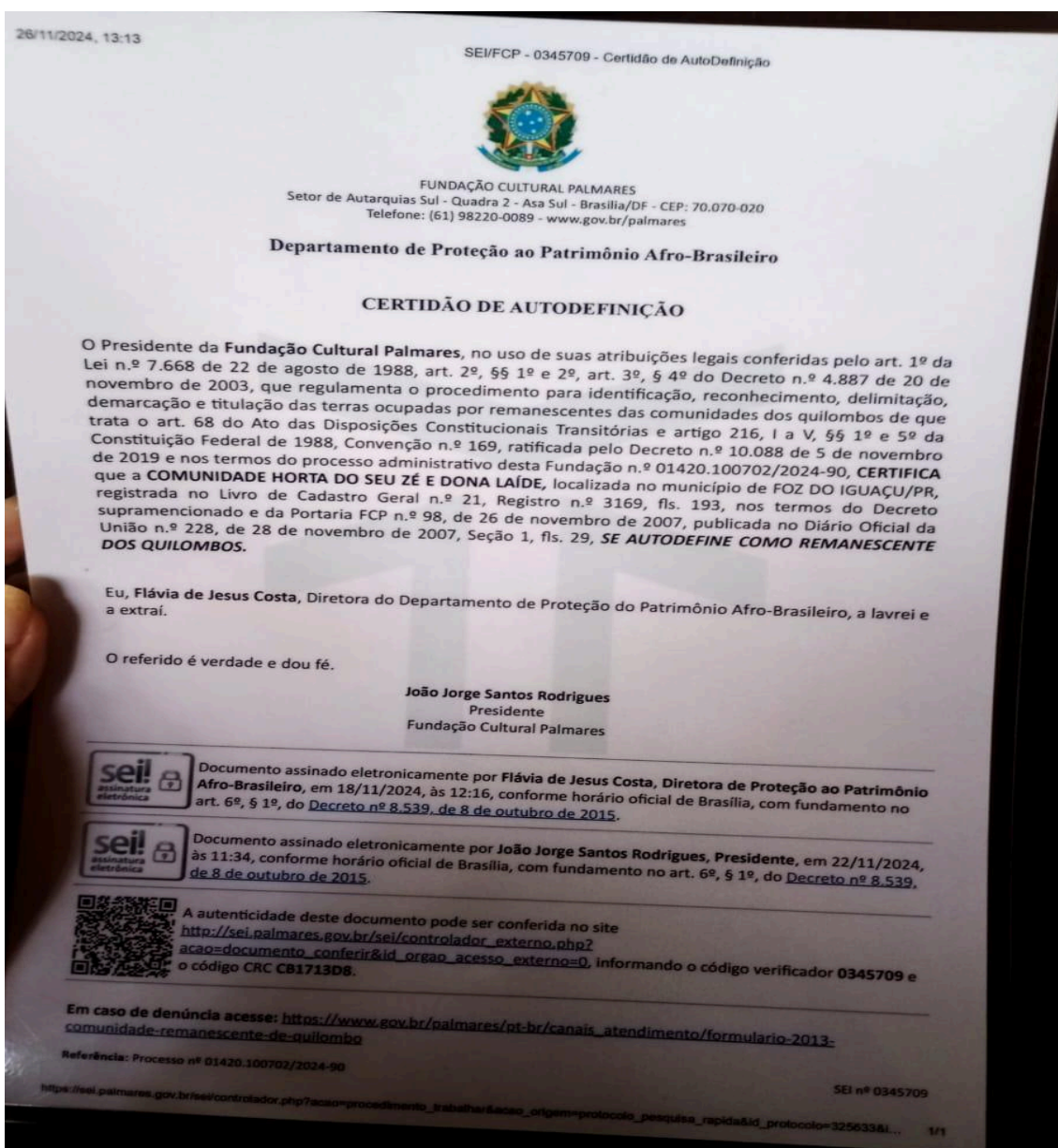
A destruição dos equipamentos reforça este direcionamento da violência ao quilombo e a tentativa de desprotegê-lo repetidamente, as consequências são uma hipervigilância e uma esperança de encontrar na titulação uma melhora da situação e a possibilidade de reivindicar legalmente mais segurança na área do quilombo.

Sabendo a importância e os benefícios legais de proteção que a titulação pode oferecer ao território do quilombo Horta de Seu Zé e da Dona Laíde, o quilombo está a alguns anos numa caminhada de articulação junto a pesquisadores da UNILA e representantes do INCRA para o reconhecimento legítimo do local enquanto um remanescente quilombola, e devido a esta luta conseguiu a titulação em 11 de novembro de 2024.

Ao chegar a primeira vez em campo, em julho de 2024, recordamos das conversas acerca da titulação e nos informaram com bastante esperança que o processo estava em andamento e a previsão de saída do registro e do documento estava próxima. Na semana do último dia de campo, em novembro de 2022, as mídias sociais e jornalísticas de Foz do Iguaçu-PR divulgaram em massa a notícia de que foi reconhecido e titulado o primeiro quilombo da cidade: o quilombo Horte de Seu Zé e Dona Laíde.

Tendo o privilégio de, segundo os quilombolas, ser a primeira a ver o documento, ao chegar o último dia de campo, me comunicaram com muito entusiasmo a tão esperada titulação e mostraram o documento já plastificado no objetivo de salvaguardar a titulação. A qual seria comemorada numa data próxima com aqueles que fizeram parte do processo e celebravam a conquista do quilombo.

A notícia da titulação do quilombo foi noticiada pelas mídias sociais e televisivas da cidade, sendo noticiado primeiro pelas mídias sociais do H2OFOZ¹² que destacou o pioneirismo e história do quilombo na cidade, divulgado também pela Superintendência de Diálogo e Interação Social (SUIS)¹³ no site oficial do governo do estado do Paraná, parabenizando a conquista do quilombo e ressaltando o alcance da titulação que se deu no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, marco da luta antirracista no país.



¹² H2FOZ. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/reportagem-especial/foz-ganha-primeiro-quilombo-da-historia/>. Acesso em: 20 de nov. 2024.

¹³ SUDIS. Disponível em: <https://www.sudis.pr.gov.br/Noticia/SUDIS-celebra-reconhecimento-do-primeiro-Quilombo-Urba-no-em-Foz-do-Iguacu-no-dia-da>. Acesso em: 20 de nov. 2024.

Fotografia 1 - Certidão de titulação da Horta de Seu Zé e Dona Laíde, 2024.

Fonte: Arquivo pessoal.

Em num relato emocionado, Maria(2014) relembra o início do quilombo e a caminhada até se tornar o primeiro quilombo reconhecido e titulado na cidade de Foz do Iguaçu–PR, devido ao compromisso com as práticas quilombolas e com o território:

Agora temos quilombo em Foz do Iguaçu, graças a deus, ninguém pode dizer que não tem, mas assim, eu tenho um orgulho muito grande. Sinto-me orgulhosa, tenho o prazer muito imenso em saber que tudo isso começou pelas nossas mãos. Tudo isso hoje, podemos dizer que tudo isso apesar de muita luta e muita batalha, os primeiros passos desse quilombo...por isso que jamais, enquanto eu viver, eu tiro o nome do meu pai desse quilombo, que é o seu Zé. Então pelas mãos do seu Zé, começou todo esse trabalho que você vê aqui, que hoje a gente dá continuidade. Ele foi embora, mas ele deixou a gente aqui né, carregando e cumprindo essa missão e enquanto a gente viver, assim eu quero honrar essa titulação dele, esse nome que ele deixou marcado nesse lugar, então tipo assim, a gente se sente muito lisonjeado por isso sabe! E agradecido também, pelo apoio de muita gente, que tem contribuído, tem passado por aqui, tem deixado sua marca né!? Nos ajudou muito e eu agradeço todos os dias a parceria junto com eles, porque a cada um que veio, eu sei que nenhum saiu daqui vazio também, porque a gente contribuiu com a história de vida da gente, com o trabalho da gente e também recebendo a divulgação, o trabalho e todo o apoio tem nos ajudado sabe!? (Maria Serrate, 2024).

Relembrando a memória do seu Zé, fundador do quilombo junto a Dona Laíde, que prefere deixar os filhos serem os porta-vozes do quilombo, mas que o vivencia todos os dias; Maria Serrate se orgulha da trajetória de seus pais e do compromisso de todos em manter o legado do quilombo, ressaltando como esse protagonismo no território garantiu no passado a permanência no local reforçada atualmente com a titulação e com perspectivas futuras.

Pensar o futuro, inclusive, é algo pertinente mencionado em algumas conversas no quilombo Horta do Seu Zé e Dona Laíde assim como para Rose Correia do Quilombo Apepu, demonstraram certa preocupação com a dinâmica dos quilombos futuramente e suas inquietações estavam sobre alguns aspectos: quem se dedicaria a cuidar e manter as práticas nos

quilombos, como estaria a natureza dentro e ao redor e como estará o reconhecimento dos quilombos em suas cidades e estado.

Entretanto, num esperar do amanhã, rapidamente a preocupação dava lugar a respostas rápidas para solucionar os possíveis problemas que pudessem surgir nos quilombos, e as soluções estavam em: continuar o trabalho de passar as práticas e saberes a todas as gerações do quilombo, dos mais novos aos mais velhos e permanecer cuidando das águas, plantas e animais dentro dos seus territórios e ao redor, para que a constante destruição da natureza nas redondezas dos quilombos não atinja a dinâmica interna.

Acerca do reconhecimento, o que observamos foi que a preocupação dá lugar a precaução, na medida em que a seu modo cada quilombo se organiza para manter viva na cidade a memória de que aquele território também é ocupado por quilombolas. No Quilombo Horta de Seu Zé e Dona Maria, isso é feito atualmente através de articulações do quilombo junto às instituições universitárias, governamentais e escolares de Foz do Iguaçu.

Com a participação em atividades de extensão acadêmica, em reuniões do estado sobre comunidades tradicionais do Paraná, representação em secretarias ambientais e na recepção esporádica no quilombo de estudantes das redes de ensino da cidade para a imersão de um dia no quilombo após uma aula temática.

Mas para além de visibilidade, essas articulações fortalecem a construção da história e do protagonismo deste quilombo na cidade, assim como abrange a possibilidade de conseguir recursos para as necessidades da comunidade. Com o trabalho junto às escolas, possibilita que crianças e jovens entrem em contato com os saberes quilombolas e compreendam a presença histórica dos quilombos no estado do Paraná.

Esse legado não se mantém apenas nas articulações institucionais, mas também através das práticas diárias que asseguram as simbologias quilombolas.

Ao som dos patos e do rio correndo ao fundo, Maria(2024) comenta que “no quilombo pagamos luz, água nós tomamos da nascente, mas pagamos a luz? Sim! Mas se não tivesse como pagar a luz, a gente tem o

“liquin”, lampião a gás, a gente pode usar lamparina de querosene...tudo isso ainda existe nesse lugar”. Ao tecer esse comentário, ela nos mostra como a comunidade resguarda diversos conhecimentos que garantem a autonomia da comunidade sem a dependência externa. Essa importante atuação do quilombo no local, se reflete na fala de Maria(2024) ao ser perguntada sobre o que simboliza ser quilombola:

O que é que significa ser quilombola? Olha, primeiro passo: resgate de cultura, tradição, do que a gente é realmente. De vida, você tá entendendo? Porque, por exemplo, tá aí minha mãe, fazendo 80 anos e a minha mãe não sabe viver outra vida a não ser isso, então, isso é preservação de cultura, né!? Tradição, ensinamento, continuidade dos nossos “antecessor” né!? Da nossa ancestralidade, que eu valorizo muito e isso era o meu medo, e ainda tenho muito medo, porque isso está se perdendo aos poucos vai se perdendo, então pra mim isso que tá acontecendo aqui nesse espaço, eu estou muito feliz, porque pra mim é resgate de tudo isso. De alguma forma a gente está resgatando a nossa essência, nossa cultura, a tradição da gente! (Maria Serrate, 2024).

Quando nos aponta sua percepção acerca de sua realidade enquanto quilombola e do que isso significa para ela e para seu quilombo, destaca o resgate cotidiano do que ela chama de cultura e tradição, que podemos colocar enquanto costumes quilombolas. E indica como isso é herdado e construído diariamente, passada de geração em geração, desde sua mãe de 80 anos até as crianças que estão crescendo no quilombo.

Esse compartilhamento consciente diário destes costumes quilombolas ligam o passado com o futuro, considerando que este futuro é construído no dia a dia, assegurando a continuidade social e histórica do quilombo na região. A transmissão dos saberes quilombolas pela oralidade e pela prática são a ponte que dão suporte a continuidade do quilombo; pois:

Os contratos do nosso povo eram feitos por meio da oralidade, pois a nossa relação com a terra era através do cultivo. A terra não nos pertencia, nós é que pertencíamos à terra. Não dizíamos “aquela terra é minha” e, sim, “nós somos daquela terra”. (...) Não começamos a titular nossas terras porque quisemos, mas porque foi uma imposição do Estado. Se pudéssemos, nossas terras ficariam como está, em função da vida. (Bispo, 2023, p. 9).

Essa reflexão de Bispo acerca de sua vivência reitera a

articulação e vivência do quilombo Horte do Seu Zé e Dona Laíde, ao considerar que as relações que se desenvolvem no lugar e com o lugar é mais importante que a posse do local. A importância da regularização do território quilombola se dá pelas significações que este local enquanto quilombo possui e as relações quilombolas desenvolvidas a partir do espaço, pois são as práticas quilombolas que serão levadas a qualquer lugar.

Oralidade esta a qual podemos observar no modo de sua fala, sempre querendo se certificar de que está sendo entendida para se certificar de quem está ouvindo, absorveu a mensagem, que se estende não só a fala da Maria, mas a de todos que interagiram nas visitas de campo.

Essa necessidade de manter os costumes, expressa na fala acima, é uma realidade que se estende à maioria das comunidades quilombolas, que temem que suas práticas sejam perdidas, pois o quilombo não se faz apenas pelo território, mas também pelo modo de ser quilombola.

A trajetória do quilombo no território, preservando o corredor verde em que está inserido e mantendo sua cosmovisão em suas práticas diárias, simboliza um marco histórico e social na cidade de Foz do Iguaçu-PR por ser o primeiro quilombo titulado na região.

Mas principalmente pelas práticas de preservação e sustentabilidade que beneficiam as nascentes, córrego, vegetação e natureza dentro e ao redor do quilombo, assim como as práticas agroecológicas e a intersecção de saberes, através da produção de alimentos orgânicos as quais a população da cidade tem acesso.

Dentro deste território, a importância quilombola vai além da posse, e são as simbologias e o compartilhamento diário no quilombo Horta de Seu Zé e Dona Laíde que dão sentido ao chão do espaço geográfico em que o quilombo foi fundado, pois o local, como pudemos observar, é ocupado com presença e pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território quilombola, como observamos, através da junção de teóricos, bases de dados, pesquisas acadêmicas e observação da prática quilombola, assume ao longo da história das comunidades quilombolas desde o sul global ao Paraná, denominações, práticas e expressões diversos que juntas compõem os saberes destas comunidades.

Através da articulação internacional quilombola, observa-se como estas comunidades mesmo com suas particularidades (re)existem nas mais diversas regiões, seja como comunidade tradicional ou assumindo outros formatos de aquilombamento.

Para os quilombolas a construção de suas sociedades representa uma alternativa ao sistema de dominação ao qual estavam inseridos. Mas historicamente, como alvos da colonização, os territórios dos quilombos foram considerados sociedades clandestinas e os quilombolas como pessoas marginalizadas

Nesta perspectiva, socialmente os quilombos e suas práticas alternativas ainda são marginalizadas, e foi por este viés que se construiu o imaginário social acerca dos territórios quilombos no Brasil, até que pela mobilização dos movimentos sociais negros e das comunidades tradicionais perspectivas outras começaram a ser fomentadas baseadas na realidade destas comunidades e não mais nos estereótipos.

Contra coloniais, alternativos, comunidades negras, rurais ou urbanos, *palenques* ou *cimarrons*; as comunidades quilombolas continuam vivas nos mais diversos territórios, fortalecendo suas práticas e passando seus conhecimentos adiante entre os seus para garantir a continuidade quilombola. Mesmo naqueles locais em que há um esforço notável de sabotar suas vivências e pouca ou nenhuma defesa social e estatal.

O esforço então de pensar os quilombos do macro, a partir dos quilombos da América Latina ao micro, quilombos no Paraná, tem o intuito de ampliar a discussão sócio-históricas sobre as comunidades quilombolas e demonstrar como os quilombos não são apenas uma categoria teórica baseada

em exemplos raros, mas são uma 'instituição' articulada de diferentes formas em diversos locais, que mesmo com diferenças mantém uma correlação social.

Acerca dos objetivos desta pesquisa, consideramos que foram contemplados ao identificar através de bibliográfica, documentação, pesquisa de campo e entrevistas a situação dos quilombolas no Paraná pós-levantamento do GTCM, compreendendo a repercussão social e acadêmica destes dados e analisando as práticas e saberes de quilombos paranaenses.

Sobre os quilombos paranaenses, identificou-se como o movimento paranistas influenciou a construção social e histórica no Paraná, trazendo a reflexão de como isso influenciou no apagamento dos quilombos e das comunidades tradicionais, em geral, no estado.

O Grupo de Trabalho Clóvis Moura, apesar de realizado através de resoluções governamentais, foi articulado por pesquisadores conscientes desta realidade em conversa com o movimento negro curitibano, o que já nos aponta que esta iniciativa apesar de vinculado a órgãos do governo estadual, foi idealizada e executada por profissionais que entendiam a importância da realização de um levantamento das comunidades quilombolas.

Durante os cinco anos de levantamento de informações acerca das CNT's e CRQ's no Paraná, o GT através de pesquisas antropológicas e produção de dados sociais, culturais e econômicos detalhados das comunidades construiu uma base de dados que identificou 84 comunidades quilombolas, apresentando ao estado e a sociedade civil um amplo conhecimento dos quilombos espalhados em praticamente todo território paranaense.

Além destes dados, observa-se a criação de uma articulação quilombola no Paraná, considerando que após o levantamento, os quilombos puderam se identificar em todo território e juntos criaram a Federação das Comunidades Quilombola do Estado do Paraná - FECOQUI, com objetivo de se fortalecer em rede.

Pontuamos que as principais pertinências e relevância do levantamento do GT Clóvis Moura se dá em três âmbitos: primeiro, a identificação detalhada dos quilombos, da história, cultura e tradição, trabalho e

o uso da terra; que serve como um documento oficial de comprovação de existência e reconhecimento das comunidades quilombolas participantes.

Segundo, o apoio nos procedimentos necessários para a titulação de algumas comunidades quilombolas durante o levantamento, que proporciona certa segurança aos quilombolas e garante a permanência territorial, bem como de sua de suas práticas. E terceiro, o conhecimento social dos quilombos pelas comunidades do entorno, no sentido de que com as visitas do GT nas comunidades estabeleceu-se uma marcação de importância estatal aos quilombos.

Portanto, há uma incidência positiva após o levantamento e os objetivos do GT parecem ter sido cumpridos, entretanto, percebe-se que após isso o estado não utilizou os dados para o desenvolvimento de políticas públicas e melhorias de infraestrutura para os quilombos. O que houve foi uma maior repercussão em ações de movimentos sociais e na produção de pesquisas acadêmicas sobre as comunidades quilombolas no Paraná.

Apesar destas incongruências estatais, os quilombos em território paranaense continuam se articulando social e politicamente para resguardar seus locais, como o Quilombo Horta do Seu Zé e Dona Laíde, que enfrenta constantes retaliações, mas como identificamos, segue com suas práticas diárias para manter viva suas práticas dentro e fora do quilombo.

Esperamos que esta pesquisa contribua com a construção do entendimento teórico e prática das articulações quilombolas na América Latina, a relevância do levantamento do GTCM apesar das críticas ao pouco uso dos dados pelas competências governamentais.

E sirva ainda para a desconstrução do imaginário acerca dos quilombos no Paraná e legitimação da vivência do quilombo Horta de Seu Zé e Dona Laíde, colaborando com estudos futuros acerca dos impactos da titulação e como estará a situação das comunidades quilombolas no Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019. 162 p.

ANDRADE, L. M. M. de. BELLINGER, C. K. I. Quilombos latinoamericanos. **AMÉRICA LATINA E CARIBE**. Agência de Informação Frei Tito para a América Latina. 2019.

ALCÂNTARA, D. M. A categoria política quilombola na encruzilhada: um olhar possível do encontro das vertentes epistêmicas decolonial e das autoras amefricanas Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez. **FoMerco**, Bahia, 2017.

BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, PISEGRAMA. 2023. 112 p.

Idem. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Editora AYÔ, 2° ed., 2015, 120 p.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer um trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, 2007, p. 11-27.

BATISTELL, A. Revista Eletrônica História em Reflexão. **UFGD**, Dourados, v. 6, n. 11, jan/jun, 2012, 13 p.

CARVALHO. J. C. de. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.** São Paulo, ago, 1997, p. 181-185.

CHUECA, F. Q. Un palenque llamado lima. **Alma Mater**. 1997. Disponível em: https://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtual/publicaciones/alma_mater/1997_n13-14/palenque.htm#:~:text=La%20noci%C3%B3n%20de%20palenque%20lleva,del%20t%C3%ADpico%20de%20los%20esclavos. Acesso em: 15 jul. de 2024.

DA SILVA, A. F. Entre el racismo epistémico y el racismo religioso: Creencias, devociones y saberes de los afrodescendientes en la triple frontera. **Perspectivas Revista de Ciencias Sociales**. v. 6, n. 11, 2021, p. 118–149. Disponível em: <https://perspectivasrcs.unr.edu.ar/index.php/PRCS/article/view/436>. Acesso em: 25 nov. 2024.

DIAMICO, M. de S; SANTOS, J. dos. A categoria “remanescentes das comunidades dos quilombos” e seus reflexos em duas comunidades quilombolas do Paraná. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**. 2021, p. 129-146.

DOCUMENTÁRIO Negros no Paraná. **TV Paraná Educativa**. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z5gtFPNr0J8&ab_channel=CentrodeApoiadosDireitosConstitucionaisMPP. Acesso em: 10 out. 2024.

FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo. Cortez, 2008, p. 17-28.

FARIAS, M. **Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico**. São Paulo. Editora Dandara, 2 ed., 2024, 234 p.

FELIPE, D. A. PATRIMÔNIO CULTURAL NEGRO NO PARANÁ: A COMUNIDADE QUILOMBOLA PAIOL DE TELHA. **Revista Paideia do Colégio Estadual do Paraná**, n. 07, 2023. Disponível em: <https://www.seer-ojs.pr.gov.br/index.php/paideia-cep/article/view/84>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Idem. A presença negra na história do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a lembrança. **REVHIST - Revista de História da UEG**. v. 7, n. 1, 2018, p. 156–171. Disponível em:

//www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/7436. Acesso em: 5 abr. 2025.

FECOQUI. **Protocolo de consultas às comunidades quilombolas do Paraná.** Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03d00227.pdf>.

Acesso em: 15 nov. 2024.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**. v. 10, n. 1, 2010. p.41–62. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 10 mai. 2023.

FONTELLA, L. G.; MEDEIROS, E. W. Revolução haitiana: o medo negro assombra a américa. **Disciplinarum Scientia: Ciências Humanas**. Santa Maria–RS. v. 8, n. 1, 2016, p. 59–70. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1669>.

Acesso em: 13 jul. 2024.

GARCIA, C.da S. L; LOURENÇO, A. A afetividade das políticas públicas educacionais na comunidade quilombola da restinga. **UNICENTRO/PR**. Disponível em: https://sguweb.unicentro.br/app/webroot/arquivos/atsubmissao/ARTIGO_GARCIA_Celia_da_Silva_Leonardo_21.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

GERHARDT, Tatiana E; SILVEIRA, Denise T. (Orgs.). A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas, 4. ed., 2010, 175 p.

GONZALEZ. L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro. Zarzar, 1º ed., 2020, 375 p.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Record, 8º ed., 2004. 107 p.

Grupo de Trabalho Clóvis Moura. **Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura. 2005-2010**. Curitiba–PR. GTCM, 2010. 269 p. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/relatoriofinal2005a2010.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

IPEA. Quilombos das Américas: articulação de comunidades afrrurais: documento síntese. **SEPPPIR**. Brasília. Ipea, 2012. 79 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2413>. Acesso em: 12 jul. 2024.

IURKIV, J. E. **Romário Martins e a historiografia paranaense**. Toledo. Educere, UNIPAR, v. 2, n. 2, jul./dez., 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. Quilombolas Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. Terra e cidadania. Curitiba–PR. ITCG, 2008, 224 p. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/relat20052008itc.pdf. Acesso: 01 fev. 2024.

LAPLATINE, F. R, P. **Medicinas Paralelas**. São Paulo–SP. Editora Brasiliense, 1989, 109 p.

Idem. **A especificidade da prática antropológica**. Aprender antropologia. São Paulo. Brasiliense, 15º reimp, 2003, p. 149-201.

LINDOSO, D. A razão quilombola: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió. **EDUFAL**. 2011. 299 p.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis–RJ. Vozes, 6 reim.,2016, 2022.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo. Expressão Popular, 1 ed., 2020. 136 p.

NASCIMENTO, A. do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. São Paulo. Ed. Perspectiva: Rio de Janeiro. 3. ed. Ipeafro, 2019. 390 p.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Org. Alex Ratts. Rio de Janeiro. Zahar, 1 ed., 2021. 270 p.

Idem. **O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa**. Org. Alex Ratts, São Paulo, Ubu Editora, 2022, 240 p.

OLIVEIRA, C. M. A importância da pastoral afro-brasileira(PAB). **XXXI Congresso ALAS**. Montevideu. 2017. Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/1435_camila_moraes_de_oliveira.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

PINTO, S. de S. A formação da comunidade quilombola no estado do Paraná: experiências do quilombo sutil. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. vol. 1. 2010. 14 p.

PORTZ, S; DECURGEZ, V. R; SILVA, P. R. da. O quilombo aepu: memória e representação de uma comunidade. **Revista UNILA Extensão e Cidadania**. n. 1. 2017.

ROCHA, E. P. G. **O que é etnocentrismo**. São Paulo. Brasiliense, 5 ed., 1988. 40 p.

RATTS, A. **Eu sou Atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. Instituto Kuanza. São Paulo. Imprensa Oficial, 1 ed., 2006. 138 p.

SILVA, W. H. F. A trajetória intelectual de Clóvis Moura (1925-2003): a interdisciplinaridade e o protesto negro. ANPH-Brasil. **30° Simpósio Nacional de História**. Recife, 2019.

VÁRIOS AUTORES. **Terra: antologia afro-indígena**. São Paulo, Belo Horizonte. Ubu Editora, PISEGRAMA, 2023. 368 p.

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

ANEXO 1.1

Roteiro de entrevista com Rose Correia, remanescente do Quilombo Apepu.

Apresentação;

Contextualização da pesquisa;

Perguntas:

1. Poderia se apresentar e falar um pouco da história do Quilombo Apepu?
2. Você lembra do quilombo ter recebido a visita do Grupo de Trabalho Clóvis Moura? E como foi?
3. O que mudou após a visita do Grupo de Trabalho Clóvis Moura?
4. O que é quilombo para você?
5. E o que significa ser quilombola?
6. Qual a importância do local em que vocês ocupam?
7. Quais as necessidades da horta Apepu atualmente?
8. Quais dificuldades vocês encontram para resistir neste território como quilombolas?

ANEXO 1.2

Roteiro de entrevista com Cristina Oliveira, Coordenadora na Arquidiocese de Curitiba e vice-coordenadora da Pastoral Afro Brasileira do Paraná.

Apresentação;

Contextualização da pesquisa;

Perguntas:

1. Apresentação sobre você e sua função na pastoral afro Paraná
2. Como e quando surgiu a pastoral afro do Paraná?
3. Como você descreve a pastoral afro-brasileira do Paraná e qual a atuação e importância dessa pastoral?

4. Como é a relação do movimento negro em Curitiba e no Paraná, no geral, com a religiosidade?
5. Você conhece o Grupo de Trabalho Clóvis Moura e o trabalho que ele desenvolveu?
6. Você sabe da relação entre o movimento afro da pastoral e o trabalho desenvolvido pelo Clóvis Moura acerca das comunidades quilombolas no estado do Paraná?
7. Sobre a população quilombola, qual a aproximação da pastoral com estas comunidades?

ANEXO 1.3

Roteiro de entrevista com Cristina de Souza, arquivista da equipe do GTCM.

Apresentação;

Contextualização da pesquisa;

Perguntas:

1. Você poderia se apresentar e falar sobre sua trajetória no GTCM e como chegou ao grupo?
2. Você foi uma das responsáveis pelo arquivamento e indexação dos relatórios do grupo de trabalho para divulgação pública, como se deu esse processo e qual o objetivo?
3. Quais repercussões e avanços vocês identificaram para as comunidades quilombos do Paraná após o levantamento do GTCM?
4. E atualmente, quais as demandas você identifica que os quilombos no Paraná possuem?
5. Você presenciou ou soube de alguma justificativa para a escolha do nome Clóvis Moura para o grupo de trabalho?

ANEXO 1.4

Roteiro de entrevista com Jorge de Souza, arquivista da equipe do GTCM.

Apresentação;

Contextualização da pesquisa;

Perguntas:

1. Você poderia se apresentar e falar sobre sua trajetória no GTCM e como chegou ao grupo?

2. Você foi um dos responsáveis pelo arquivamento e indexação dos relatórios do grupo de trabalho para divulgação pública, como se deu esse processo e qual o objetivo?
3. Qual a repercussão para os quilombos do Paraná do trabalho desenvolvido pelo GTCM ao final do levantamento?
4. E atualmente, quais as demandas você identifica que os quilombos no Paraná possuem?
5. Você presenciou ou soube de alguma justificativa para a escolha do nome Clóvis Moura para o grupo de trabalho?

ANEXO 1.5

Roteiro de entrevista com Maria Serrate, remanescente do Quilombo Horta do Seu Zé e Dona Laíde.

Apresentação;

Contextualização da pesquisa;

Perguntas:

1. Poderia se apresentar e falar um pouco da história da horta da Laíde?
2. O que é quilombo para você?
3. E o que significa ser quilombola?
4. Qual a importância do local em que vocês ocupam?
5. Quais as necessidades da horta Apepu atualmente?
6. Quais dificuldades vocês encontram para resistir neste território como quilombolas?

ANEXO 2

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS

ANEXO 2.1:

Transcrição de Entrevista com Cristina Oliveira na Pastoral Afro, realizada de modo online por questionário e resposta por áudio, em out. 2024.

Áudio 1

- Olá, eu me chamo Cristina Silveira de Oliveira, eu moro aqui em Curitiba, estou no movimento negra né!? Aqui na cidade de Curitiba e também atuando aí na pastoral afro-brasileira, aqui na arquidiocese na cidade de Curitiba e também no estado do Paraná.

Áudio 2

- A pastoral afro brasileira né!? Ela tem como principal serviço e missão arrebanhar o povo negro, né...trazer o protagonismo pra essa população com atividades, formações né...as missas “iculturadas” que a gente chama, a missa afro, mais conhecida como missa afro. E a gente trabalha durante todo o ano, essas formações né...aqui em Curitiba, nós estamos na Igreja do Rosário dos Pretos em São Benedito e no estado do Paraná nós estamos em quatro dioceses né...Apucarana, Londrina, Curitiba, Guarapuava e Maringá.

Áudio 3

- Eu sou uma das lideranças né...do movimento negro aqui de Curitiba, a gente tem um cursinho popular né...coordenado pela pastoral afro aqui em Curitiba, muito interessante né!? A gente tá desde 2018 com esse cursinho, ofertando aí os cursos para vestibular e Enem. Eu sou da luta dessa causa do povo negro e a pastoral afro veio para mim como um convite, um presente né...é, onde eu “tava” afastada né...dos serviços da igreja e me encontrei quando fui convidada para assumir a pastoral, devido ao engajamento que tenho com atividades com recorte racial, bem interessante e hoje a gente tá atuando aí na cnpp regional do Paraná, que a gente chama regional do Sul.

Áudio 4

- A pastoral afro tem uma rica história porque ela surge ali com a comemoração da falsa abolição em 1988, da campanha da fraternidade que já dizia: “ouve o teu povo” né..e ali já existia os apns que eram os agentes da pastoral negro, então Curitiba tem referências que é o Paulo Borges aqui no Paraná; a quinap também que fica aqui num bairro, do bairro novo, e eles iniciaram lá a mais de 50 anos atrás com os apns e aí logo depois né, veio a pastoral afro, então ela surge desse movimento de pastorais que já trabalhavam aqui, já tinham feito este caminho...traçado este caminho para hoje estarmos aqui nessa cidade de Curitiba é bem importante, é essa presença né...do movimento negro em várias ocasiões, várias datas, e hoje a pastoral afro ela tem parcerias aqui principalmente, na cidade de Curitiba mas também, Maringá, Apucarana, Londrina né...com os movimentos sociais, algumas data muito importantes que é o Julho das Pretas por exemplo, né que a gente comemora em Júlio, então a gente tem atos aqui em Curitiba, a gente se encontra com mulheres, mulheres benzedeiras, rezadeiras, é pastoras, freiras, a gente se encontra no lago da ordem, é uma atividade que vem bastante gente né, a gente faz uma celebração interreligiosa, com todas essas mulheres, partilhamos dos nossos né...trabalhos que se encontram aí pela vida, então é uma cerimônia bem bacana...a gente também, tá fazendo parte né dos conselhos de políticas étnico raciais, nas cidades curitibano, Maringá e Apucarana, e aí também novembro né, novembro negro a gente está inserido né, aqui na igreja do rosário, por exemplo, a gente tem a lavação das escadarias, a gente recebe também outras religiões pra partilharmos desse movimento, e entre outros né que a gente tem bastante parcerias como eu disse né, a gente tem parcerias com a rede de mulheres negras, com o separo da UniEnsino, pra fazer as formações, então durante todo o ano, a gente tá fazendo atividades e formações sobre a nossa luta, com o nosso recorte étnico racial, e pra gente poder propagar aí conhecimento e gerar mais pessoas pra estar junto com a gente.

Áudio 5

- Aqui no ribeira, no vale do ribeira, eu tenho ido visitar né as comunidades quilombolas, por exemplo eu recente conheci, três comunidades quilombolas em Palmas, é... próximo de Adrianópolis né, no Vale do Ribeira, aqui do estado do Paraná, conheci também as comunidades ali e também aqui na Lapa né, que é mais próximo da gente aqui. A comunidade do Feixe, também tem três comunidades quilombolas, a gente faz algumas atividades juntas né, na comunidade de Palmas, a gente fez uma formação para mulheres né, nós fomos

convidados para ir até lá porque aconteceu uma situação de racismo, e como a gente te um acolhimento, um grupo bacana aí nós fomos até lá. Na Lapa, a gente faz todo ano, arrecada brinquedos né, pras crianças, passamos um dia lá com eles, almoçamos e tomamos café juntos, na comunidade da Lapa é muito forte a pastoral da criança também, então estamos integradas com eles nesse dia. A comunidade de Palmas é recém né, a gente ainda não tem...a não ser este trabalho de formação, é o primeiro contato que a gente fez e a comunidade de Adrianópolis, do Vale do Ribeira, pra mim eu considerei como a mais difícil de chegar até lá né, a internet, a gente tentou fazer um trabalho online mas a dificuldade da internet é muito grande lá na região, a gente ainda não conseguiu fazer um trabalho que a gente gostaria né mas também “limpando” com o Clóvis moura, não conhece...eu acho que eu já ouvi falar alguma coisa sobre ele, que era um sociólogo que trabalha nessas questões do negro e as comunidades quilombolas mas eu não tenho conhecimento nenhum, de nenhum trabalho, gostaria até muito pra aprofundar as nossas atividades mas eu não tenho nenhum embasamento da situação hoje com Clóvis moura das comunidades quilombolas.

ANEXO 2.2

Transcrição entrevista com Rose Correia do Quilombo Apepu, realizada presencialmente em 04 nov 2025.

(19; 39 seg)

N. S: Queria que você se apresentasse e fale um pouco da sua história com o Apepu?

R. C: Eu sou Rose Correia, filha de Lucio Correia e de Rosália Correia, tanto que onde eu moro, onde eu nasci era Apepu e lá onde tem a comunidade negra, hoje era Sangafunda, aí foi trocado o nome, né, ficou Apepu lá e eu continuo Apepu ali onde meu vô tem a Igreja dele, que era do meu vô quando veio construiu, apesar que eu não o conheci, mas tem a igreja lá que ele construiu, é de madeira, aí o meu primo fez de material, pequenininha, aonde faz dois anos que eu consegui fazer a fogueira.

N. S: Aquelas que você me mandou as fotos?

R. C: Sim! Aí consegui fazer a fogueira, pretendo não parar de fazer, enquanto eu tiver saúde e coragem eu vou fazer, sim, ali perto da Igreja do vô, rezei o terço, porque são nove terços, só que eu não pude, porque eu trabalho e não

podia, mas no dia a gente foi lá uma turma e fizemos o terço, na capelinha do vô.

N. S: É lá que você falou que eles estão enterrados?

R. C: Sim, ali está meu vô, minha vó, a minha tia e o meu primo.

N. S: E era muito importante esta igreja pra ele?

R. C: Sim, porque quando ele veio foi o que ele primeiro construiu, daí ele começou a fazer as festas de São João.

N. S: E tem relação com algum santo?

R. C: É...o São João Batista, que é o mesmo que tem aqui em Foz, que tem a igreja ali, a matriz...ele fez lá a igreja...e lá ele fazia as festas e eu espero que enquanto eu tiver saúde, continuar...

N. S: Você não lembra de ter recebido o GTCM?

R. C: Não, essa parte eu não lembro e não participei. Não, porque dá pra contar as reuniões que fui na comunidade lá.

N. S: E a história do quilombo que você sabe do seu avô? Quando ele chegou, como foi que ele chegou, como foi para ele se estabelecer lá?

R. C: A estrada velha, que antes não tinha BR, foi lá que ele ajudou, a estrada velha de Guarapuava, que ia para Guarapuava, pra...tudo era por lá.

N. S: Então ele veio pra cá pra construir?

R. C: Na verdade, até hoje eu não sei porque que ele veio, o que é que fez ele vir pra cá, tanto que tem um professor de história que ele chegou aí tocando é...com porcos, trazendo porcos, um monte de porco né, daí também a gente está tentando descobrir, mas por enquanto eu não posso te falar nada porque...

N. S: E pra você, o que significa o quilombo?

R. C: Pra mim filha, é um orgulho! Sabe, eu às vezes...foi bom que foi reconhecido, eu fico muito feliz por hoje ser reconhecido e isso e que o meu pai era filho de um escravo, sabe? Que também morreu sem saber (risos).

N. S: E pra você, o que significa ser quilombola? Você como se sente sendo quilombola?

R. C: Feliz, muito feliz. É aquilo que eu disse, eu sou uma quilombola, demorou muito pra gente ser reconhecido, nenhum benefício, nada, até hoje, eu não recebi.

N. S: Era isso que eu ia te perguntar também; eu sei que vocês tão num local que é divisa com o parque nacional.

R. C: É divisa com o parque nacional, tanto que tem um pedaço de terra lá até hoje.

N. S: Qual a importância de ocupar este território?

R. C: Sim, o que eu espero é que alguém reconheça isso e venha retribuir o que é da gente, né!? Porque é um direito, mas por enquanto até onde eu sei, se eu to mentindo, me perdoe, mas até onde eu sei, parou ali, estacionou. Os meus tios, moravam uma parte, minha irmã morou lá um tempão, daí eles tiraram, foram desapropriado e acabou nisso; eu até hoje, que tá no meu nome um pedaço, tá lá... “Parque Nacional”.

N. S: Em relação às dificuldades mesmo né!? Esta é uma dificuldade de estar lá mesmo né...o quilombo como resistência, no sentido de vocês resistem, seu avô resistiu pra estar ali e vocês continuam resistindo até hoje. E com isso, quais as dificuldades que vocês têm hoje, em relação à Foz do Iguaçu? Pra ser quilombola aqui e como as pessoas veem isso? Como você sente o tratamento das pessoas?

R. C: Teve muito...eu fui bem discriminada, bem assim que eu digo, é bastante, só que eu nunca dei bola pra isso, tem pessoas que diz: Ah, porque fulano me chamou de negra, eu vou denunciar! Eu nunca fiz, eu acho que isso quando as pessoas me falavam, era mais força que eu tinha, sabe!? Eu nunca fiquei triste, porque: “ai, negra!” Sabe estudei em colégio que o aluno falou assim que a professora tava me ajudando porque era duas negras, pegou a sacola dele e foi embora. Daí eu trabalhava e estudava a noite, terminei meu ensino médio, e eu gostava de sentar na frente porque eu já “tava” cansada, pra prestar atenção, o professor chegou e perguntou o nome de todo mundo, e o que fazia e eu peguei e falei professor e eu? Daí ele falou, você não precisa, eu já sei que você é uma negra, sei que você é preta! Sabe? Eu fiquei de boas, depois a gente fez amizade assim, conversava de boas, mas foi a primeira coisa que eu recebi foi isso. A primeira conversa que a gente teve foi essa. Depois com

minha prima também, a gente queria alugar uma casa, eu já trabalhava aqui, porque eu vim com 14 anos pra trabalhar pra cá.

N. S: Aqui em Foz?

R. C: Isso, aqui em Foz, porque os meus pais...eu queria ajudar, em casa, então tudo que eu fazia, eu trabalhava como doméstica, e o dinheiro que eu ganhava eu levava de compra pra casa, comprava roupa pro meu pai, pra minha mãe, tanto que a minha mãe se você conhecesse ela, ela não ia falar que era filha, ela falava que eu era mãe, porque eu consegui muita coisa.

N. S: Muita coisa pra eles né?

R. C: Sim, pra eles e conversar bastante, tanto que a minha mãe se você conhecesse ela falava que não era filha, ela falava que era mãe, tanto que tem um livro nosso da mulher da América Latina.

N. S: Ah, sim, você está neste livro né!? Eu ganhei ele da professora Angela!

R. C: Então, que eu falo que foi o primeiro beijo que eu consegui dar na minha mãe.

N. S: E você falou um pouquinho daqui de Foz do Iguaçu, e lá como é? É aceito ou não é aceito o quilombo? Como as pessoas veem, se você sabe como é...

R. C: Ah, eu acho que hoje é outra visão, de ajudar, todo mundo quer participar, todo mundo quer saber a história, então, eu vejo assim que é uma coisa boa pra todos.

N. S: Já tem uma abertura maior em relação aos outros anos?

R. C: Sim, tem sim!

N. S: E hoje, como é que você vê as necessidades do quilombo?

R. C: Eu vejo que existe muitas necessidades ainda, tem muita gente que precisa, tem muito muito muito, porque às vezes as pessoas pensam assim: Tá bom pra mim, os outros que se “danem”! Sabe, eu tipo, não me incomodo com você, tá bom pra mim, eu to fazendo o que eu quero, e os outros que...mas não é só no quilombo, tem muita gente passando por isso!

N. S.: Então assim, essa coisa que você faz da festa, tem outras atividades que você e outras pessoas de lá desenvolvem?

R. C: Ah, sim, eu e meus dois sobrinhos, a gente faz a fogueira que nem o Vô fazia; eu faço na minha casa, né!? Uma casinha simples, mas com coração grande, tem lugar pra todo mundo, vai muita gente. Esse ano tem um pessoal que quer vir do Porto Velho, Rondônia pra participar, que são da família que é os Correia e Mendes né!? Então, eles tão falando que eles tão querendo vir esse ano, se deus quiser eles vem pra fogueira ali. O ano passado eles fizeram lá na comunidade, eles podem continuar fazendo né!? Cada um... a gente se dá bem, e tipo assim, que nem em casa eu não vou abrir mão, enquanto eu tiver saúde e coragem eu não vou mudar. Tem que fazer né!? Como eu falo: quem quiser ir lá...eu não fui ano passado na comunidade porque eu não pude, porque daí eu sou a mais velha da tribo que fala, aí fica todo mundo muito assim, né...eles podem vim pra cá, na minha casa vão ser bem vindos assim como eles falam que se eu for eu vou ser bem-vinda também, não ficou aquela coisa, de atrito sabe?

N. S: E quando você falou da sua casa, você falou que tinha uma horta lá também!

R. C: Não, essa que eu tenho é na minha casa no Porto Meira.

N. S: E é uma coisa que você traz da sua mãe, do seu pai?

R. C: Ah, eu gosto, é que eu nasci trabalhando assim na roça, sabe? Eu estudei, sei ler, sei escrever, mas pra se formar pra ser alguém na vida não, porque eu já vim de lá trabalhando como doméstica, na minha época a doméstica ela tinha que trabalhar, trabalhar e trabalhar, não tinha direito de...ninguém falou assim: ah não, você tem que estudar, você pode sair pra estudar... em lugar nenhum.

N. S: Não era nem regulamentado né!?

R. C: Então tipo: “você veio aqui, pra você trabalhar”. Então...tipo, mas era isso!

N. S: E com relação à horta porque você gosta de cultivar?

R. C: Pra mim, pra casa, você quer uma cebolinha, você vai lá e tira, você quer um pé de alface, eu não plantei, mas você vai lá e tira, então é gratificante sabe? Hoje mesmo eu tava falando, que eu tava trabalhando naquela chuva, eu tava “carpindo”, daí o “Gringo” falou: e se ficar doente? Eu falei, mas eu não

sei se vou ficar doente, portanto é que eu fiz, era uma coisa que eu queria, que “tava” muito sujo, porque eu não paro...trabalho aqui das oito as cinco e meia né!? E daí eu vou pra casa, chego cansada e ontem como eu ganhei folga sábado e domingo, eu fui fazer tudo que “tava” já desde não sei quanto tempo sem fazer, sabe? Agora eu espero que não deixe o mato crescer.

N. S: É você vai deixando crescer, quando vê já tem bastante! E lá em Apepu, seus pais e familiares já tinham este costume de cuidar da horta? Como era o dia a dia que você lembra?

R. C: Ah meu pai plantava arroz, feijão, milho e mandioca. Isso era uma coisa que esses dias eu tava falando com minha prima, que era um pé de mandioca por ano, por ano não, por dia. Era a única maneira que tinha, e tinha porco, tinha galinha, tinha pato, marreco, a minha mãe era parteira, se dava bem com todo mundo, graças a deus! A gente sempre “teve” boas “amizade”.

N. S: Então assim, as coisas que você...como você foi criada em Apepu, pelos seus pais e pelos seus familiares, o que você olha e enxerga que refletiu em você hoje, enquanto mulher quilombola, morando em Foz do Iguaçu?

R. C: Ah eu acho que ficou uma coisa boa, porque eu nasci...fui até os 14 anos, eu morei lá, depois a necessidade foi ficando mais forte, aí eu vim pra cá pra ajudar meu pai e minha mãe, então pra mim é gratificante, quem sabe um dia eu possa voltar pra lá, não sei quando né!? E viver a vida que eu vivia, porque esta casa que eu moro hoje, eu trouxe inteira, veio em cima de um caminhão de lá pra cá, pra minha...pra minha casa ali, que o meu pai tinha falecido, daí veio o irmão meu morar comigo, daí meu irmão faleceu e eu continuava...continuei sempre trabalhando né!? E daí eu trouxe a casa da minha...de lá uma casa que tinha, inteira, foi o meu chefe que trouxe, aí a mãe ficou lá, e hoje eu construí a minha casa no mesmo lugar em que a mãe...que onde a gente nasceu. Que eramos sete irmãos, eu sou a última e eu sempre falo que eu nasci pra incomodar (risos).

N. S: Sim, eu sei, me identifico porque sempre falam que eu sou “bocuda” e gente “bocuda” nasce pra incomodar (risos).

R. C: Aiai, mas é, sim, porque eu nunca tive medo da verdade e eu sempre falo assim: eu nunca tive medo da verdade; e eu sempre andei de cabeça erguida porque se precisar responder alguma coisa eu vou responder, eu não tenho medo, eu respeito pra ser respeitada, mas de: “ai, eu vou mentir, pra mim, sair bem não, nunca precisei disso. “Que nem” no mercado copa, no, Copacabana ali, eu comprei vinte anos, não sei se você...o Consalter, eu falo copa aqui indo pro sítio lá, é 32 km dali em casa. Eu comprei vinte anos, ali eu comprava uma

compra, pagava e fazia outra, por mês, já digo que era na caderneta, né, pra levar pra casa, pra levar pro sítio, né... tanto que eu “tava” comprando...que eu comprei ali, que é minha casa hoje, eu comprei ali, mas a minha intenção era comprar um carro pra mim poder ir, porque eu...ou eu descia na nova roma e ia andando, ou às vezes...sozinha assim eu nunca fui, mas a mãe, que é a vô do Beto, a mãe da Aurora, ela...eu, a última vez que eu fui, eu fui a pé com ela, daqui do Jardim São Paulo, até lá, sabe? Que era tudo mato, que de carroça eles levavam dois dias pra chegar lá.

N. S: Demorava né!?

R. C: Meu deus! Imagina, o que você faz hoje com 1h...então, daí eu “tava” juntando dinheiro pra comprar uma moto, a moto ou um carro né pra...e daí apareceu o terreno que eu moro hoje.

N. S: Entendi, então daí você pegou o terreno?

R. C: Sim, daí eu paguei a vista o terreno, na época eu paguei 500 cruzeiros, no final do ano eu tava tomando uma coca cola com o preço que eu paguei né!? Eu comprei em 91, dia 05 de abril, se eu não tiver te mentindo.

N. S: Agora só a última pergunta pra não incomodar seu almoço, mas em relação à trilha que vocês estão fazendo lá? O que você sabe sobre a trilha, como foi que começou, quem foi que fez?

R. C: Não, tranquilo! Ah, foi lá o pessoal da comunidade, daí eu não sei muito o que falar porque isso é coisa do Roberto, o Beto, que é meu primo e meu afilhado, tenho um carinho muito grande por ele, né!? E nem sei, ele trabalha na Semibiu, não sei se ajudaram.

ANEXO 2.3

Transcrição de entrevista com Cristina de Souza, no formato online, enviada por questionário dia 04 de nov. 2024 e respondida em formato de texto, dia 17 de nov. 2024.

Resposta 1

Meu nome é Cristina Aparecida Gameiro Ferreira de Souza. Sou professora, aposentada, da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná. Formada em

Letras Anglo-Portuguesas, pela Universidade Estadual de Maringá, especialista em Magistério de 1º e 2º graus.

Em 2009, período no qual lecionava no Colégio Estadual do Paraná, fui convidada a compor o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, presidido pelo saudoso Glauco Souza Lobo, um batalhador pelas causas dos afrodescendentes e, com o grupo de trabalho, em particular, de todas as questões que envolvem os quilombolas do Estado do Paraná. Lá permaneci até o final de 2010, quando o grupo, tendo cumprido, com louvor, a missão para a qual foi criado, encerrou seus trabalhos.

Resposta 2

A principal tarefa do Grupo, inicialmente, consistia em mapear as comunidades quilombolas existentes no Estado do Paraná. Os componentes do grupo, em sua grande maioria, professores da Rede Pública, de várias áreas do conhecimento, cumpriam essa tarefa de busca e visitas às possíveis comunidades quilombolas existentes, assim como intermediação na implementação de políticas públicas a elas destinadas, apoiados por diversas instituições parceiras (conforme elencadas no Relatório 2010). Tive a honra e a satisfação de visitar várias delas. Gostaria de ter visitado todas, porém as equipes se alternavam nesse trabalho, enquanto outras demandas eram cumpridas em nosso local de trabalho, localizado, à época, no então Conglomerado Banestafo, situado no bairro Santa Cândida, em Curitiba. A mim e ao meu esposo, o Professor Jorge, foi confiada a tarefa de arquivamento de todas as fotos, documentos e informações acerca dos quilombolas. Para tanto, fizemos um curso, junto ao Arquivo Público do Paraná, para nos apropriarmos do conhecimento de todas as normas de arquivísticas. Dessa forma, digitalizamos e organizamos toda essa riquíssima documentação. E, como nos solicitava Glauco, "todo e qualquer papelzinho, que possa ser uma informação" tudo foi devidamente arquivado, física e digitalmente.

O objetivo desse arquivamento foi possibilitar futuras pesquisas para o meio acadêmico e para todo (a) e qualquer cidadão (ã) que assim o desejasse. Para tanto, foi disponibilizado, a partir da inserção de todo esse acervo no Arquivo Público, um site para a pesquisa digital. Porém, o site saiu do ar, tão logo iniciou-se o governo Beto Richa, de acordo com informações a nós repassadas à época. Acredito que não tenha sido reativado ainda.

Resposta 3

Ao final do levantamento, as comunidades quilombolas já estavam inseridas em várias políticas públicas, de acordo com suas necessidades específicas, tais como formação de associação, com respectivo estatuto; instalação de

luz, projetos de construção de casas (COHAPAR) - passível, hoje, de verificação sobre sua concretização; encaminhamento à FUNDAÇÃO PALMARES das CRQs (Comunidades Remanescentes de Quilombos); orientações às CNTs (Comunidades Negras Tradicionais) no âmbito do fortalecimento comunitário e reivindicações de direitos básicos (Educação, Saúde, Moradia).

Resposta 4

Atualmente, sabe-se que muitas das conquistas das Comunidades Quilombolas do Paraná, em alta no Governo Requião e alavancadas a partir do levantamento realizado pelo GTCM, estagnaram; outras não chegaram a termo. Há que se investigar o quanto o grau de envolvimento ainda há dessas Comunidades com relação à continuidade de encaminhamentos de certificação junto à Fundação Palmares; andamento dos processos relativos à posse de terras; questões relativas à aplicação de currículo escolar baseado no universo sócio-cultural afrodescendente (colocado em prática, à época, na escola do Quilombo João Surá, até onde pude ter conhecimento); acompanhamento relativo à saúde, como segurança alimentar e doenças peculiares à população afrodescendente, como anemia falciforme, por exemplo. Por fim, o que acredito ser fundamental, seria podermos ter a certeza de que, findo o Governo Requião, que teve um olhar importante a essas comunidades, não estejam esquecidas e entregues à própria sorte.

Resposta 5

Quanto à escolha do nome para o grupo de trabalho, era muito frequente a fala do Glauco a esse respeito. Fazia questão de enfatizar a importância de Clóvis Moura para os negros e para a cultura afro-brasileira.

ANEXO 2.4

Transcrição de entrevista com Jorge de Souza, no formato online, enviada por questionário dia 04 de nov. 2024 e respondida dia 17 de nov. 2024.

Resposta 1

JORGE FERREIRA DE SOUZA – com formação em Teologia, História e Filosofia. Especialista em Filosofia da Educação e é Mestre em Educação. Professor aposentado da Rede Pública, com atuação em Direção, Coordenação, mas, sobretudo em sala de aula, desde as séries iniciais à formação e capacitação de docentes.

O Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM) surge num contexto de grandes discussões em nível nacional, na perspectiva das chamadas políticas afirmativas. Lembramos que, em março de 2003, o governo federal cria a (SEPPIR) Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. No Paraná, teve início, então, discussões sobre fazer um levantamento da negritude paranaense, uma vez que se dizia que no Paraná não tinha negro, que era um estado europeu.

À frente dessa discussão estava a professora Clemilda que, na época, trabalhava na Secretaria de Estado da Educação, e muito próxima do Glauco, militante do movimento negro e com estreito envolvimento com religiões de matriz africana. Idealiza-se aquele levantamento de informações sobre comunidades quilombolas, à época, a partir da SEED, em 2005, com parceria de outras secretarias e órgãos de Estado, contexto no qual foi oportunamente criada, no governo Requião, a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, na qual, em abril de 2005, com a criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, já se iniciaram, efetivamente, os trabalhos de campo.

A formação do grupo de trabalho demandava profissionais que fossem concursados da rede pública de educação e que, de algum modo, fossem comprometidos com as causas da negritude no Paraná.

Embora não se pretendesse um trabalho acadêmico-científico, mas um levantamento básico, com o aumento da demanda e ampliação do tempo de pesquisa, o presidente do grupo, Glauco Souza Lobo, nos procurou e, após longa conversa, nos solicitou – eu e minha esposa, Professora Cristina – junto à SEED e ao Colégio Estadual do Paraná, para integrarmos o GTCM, cuja incumbência era, então, realizar o Levantamento Básico de existência das Comunidades Remanescentes de Quilombos – CRQ's, “Terras de Pretos” ou de Comunidades Negras Tradicionais - CNT's

Resposta 2

O levantamento realizado às Comunidades se orientava por algumas etapas, por meio das quais se alcançava os objetivos do grupo de trabalho, desde a aproximação da Comunidade por meio dos seus representantes mais velho, do auxílio ao seu auto-reconhecimento, até culminar com o objetivo maior que é a certificação da terra, o direito de nela permanecer e ter acesso a todas as políticas públicas às quais lhes são de direito. Eu e a Profa. Cristina identificamos, listamos e organizávamos todo e qualquer documento de cada comunidade, de acordo a cada etapa desse processo da pesquisa de cada comunidade.

O Grupo, criado exclusivamente para realizar o levantamento, tinha tempo para terminar e sua última etapa era a de dar a conhecer ao governo e à sociedade, toda a variedade das informações armazenadas pelo GTCM até aquele

momento. Além do Relatório, o GTCM disponibilizou, então, outro caminho de acesso a toda a documentação levantada, devidamente organizada em pastas e também digitalizada. Protocolamos a entrega de toda a documentação ao Arquivo Público do Estado do Paraná, a qual revelando, em síntese, mais de 86 (oitenta e seis) CNTs - Comunidades Negras Tradicionais, das quais, 36 (trinta e seis) já certificadas pela Fundação Palmares como CRQS - Comunidades Remanescentes de Quilombo, além de outros indicativos.

Resposta 3

A repercussão se deu a partir do momento em que as CRQs e CNTs passam a se reconhecer e a resgatar sua identidade, a resgatar sua cultura, seus valores e suas tradições, se sentem empoderadas e passam também a utilizá-las como discurso de resistência e como recurso para organizarem suas bandeiras de luta por políticas públicas que lhes são de direito. As CRQs e CNTs entenderam que era preciso se incluir naquele processo de visibilidade. Passaram a buscar conhecer, se relacionar, a participar de eventos promovidos pelo GTCM e demais órgãos e secretarias do Estado e até do país.

Resposta 4

Em linhas gerais, observamos que quanto mais essas comunidades quilombolas se organizavam e se articulavam em busca de suas conquistas, os velhos dominadores, sobretudo os latifundiários, acentuavam suas agressões e seus mecanismos de exclusão. É sabido que o Estado brasileiro não foi instituído de modo a garantir direitos a todos. O que deixava os latifundiários mais furiosos era saber que o levantamento visava, por último, a certificação da terra aos quilombolas. Assim como a nível federal, as políticas progressistas promovidas pelo governo de estado, vão sofrer com os entraves colocados pelos poderosos, tanto os do campo quanto os dos grandes centros, que se sentiam incomodados no seu domínio total e absoluto das terras e das estruturas de poder. As demandas são muitas, mas pode-se dizer que todas elas dependem, primeiramente, da efetiva implementação das políticas de inclusão, com instituições federais e estaduais específicas e permanentes, para que sejam políticas de Estado e não apenas de governos.

Resposta 5

Ele era mesmo conhecido só pelos nomes com os quais a gente falava no grupo: Clóvis Moura. Foi Glauco quem escolheu o nome do grupo de trabalho, sem dúvida por pretender que a gente se imbuísse do mesmo espírito de resistência dele. Sem dúvida, iríamos fazer continuarem vivas suas ideias. O nome e a presença dele era muito forte para nós, mais do que por ter sido

sociólogo, jornalista, historiador e escritor, mas pela sua militância pioneira no movimento negro brasileiro. Ele foi um exemplo e nos motivava enquanto pesquisador sobre a luta dos trabalhadores escravizados e a questão do negro, por passar a vida cobrando o lugar do negro na sociedade brasileira.

ANEXO 2.5

Transcrição de entrevista com Maria Serrate, presencial no Quilombo Horte do Seu Zé e Dona Laíde, dia 04 de nov. 2024.

(01:09,04)

N. S: De início seria pra você se apresentar e falar um pouco da história do quilombo e aí pode ficar a vontade pra contar como você preferir.

M. S: Bom, então, eu sou Maria Serrate, sou filha da dona Laíde da horta aqui, o quilombo Horta da Dona Laíde e Seu Zé, então fia, a gente tá aqui neste espaço, vai fazer 35 anos, tá com 34 e vai fazer 35 agora em janeiro. A gente entrou aqui no ano de 89, quando a gente chegou aqui, o meu...a gente veio pra cá porque meu pai é falecido, seu Zé, ele trabalhava numa empreiteira na barragem né e aí tinha um engenheiro economista, que trabalhava ali né e que era o falecido Ivan Carvalho, e aí tipo assim, lá dentro da barragem, pai plantava horta lá, ele plantava verdura, maxixe, tomate, agrião, lá dentro num espaço que tinha de pedra, num terreno pedregoso lá dentro, perto do refeitório, e daí ele colhia e vendia pros colegas de serviço lá dentro da barragem...isso aí foi durante uns vários anos, aí de repente ele resolveu descer aqui nesse lugar, e ele viu muita água aqui, e meu pai ele é apaixonado por esse agrião d'água, cultivou e aí menina eu vou te falar uma coisa, quando ele viu que tinha tanta água daquele jeito, nossa chamou muita atenção dele e ele se apaixonou por esse lugar, aí ele foi pedir autorização, se ele podia plantar nesse lugar, daí foi aonde que ele veio plantar...só que quando ele veio pra cá nesse lugar, menina dava pra plantar agrião, sim, que tinha muita água e por todo lado que você olhava tinha muita água, e como era muita água pra gente conseguir plantar outras coisas aqui, nós tivemos que fazer a drenagem do solo, e como que foi feito essa drenagem!? Manualmente, tudo braçal, e aí foi aonde que ele foi abrindo essas valas que tem, esse corredor, d'água que tem aí na terra foram abertos dessa maneira, dessa forma e foi onde foi sugando esse solo e a gente começou a cultivar outras plantações né...já cultivamos bastante arroz, milho, hoje a gente cultiva vários tipos de hortaliças, tem fruta, tem milho, tem feijão enfim, banana...são várias coisas que a gente plantou hoje aqui nessa região, mas depois da drenagem, porque antes era só mesmo o agrião da água que dava pra plantar e dali por diante a gente foi mantendo e limpando, e plantando e fazendo a preservação das árvores, da natureza, enfim, a gente continua aqui até hoje nesse espaço, nesse trabalho

né e graças a deus tira a maior parte da alimentação a gente extrai desse território. Graças a deus, hoje boa parte da cesta a gente não precisa ir no supermercado, porque a gente colhe aqui pra despesa da família, a gente retira aqui, então, tipo frutas mesmo, são cada coisa na sua época, a gente colhe bastante coisa aqui que não precisa de tá comprando; por exemplo, agora nós estamos na fase da acerola né, como tem acerola, graças a deus a gente tem colhido bastante, aí um vem leva um pouco, outro vem leva outro pouco, a gente colhe e extrai as polpas, congela e vamo trabalhando de acordo com as necessidades né, e com a demanda que aparece, às vezes aparece alguém querendo comprar e a gente tem pronta pra vender e assim a gente vai trabalhando no dia a dia. Só que é isso que você tá vendo, a gente não para, uma coisa ou outra a gente está fazendo: “Ah, esquentou demais, não vou aguentar ficar lá no sol, mas aqui na sombra tem o que fazer! Sempre ‘a gente temos’ né!? Por exemplo, eu to aqui fazendo esse serviço né, que é...a gente tá fazendo a colheita do broto do bambu, já está também na fase final, ta dando bem, tá produzindo bem pouco agora, mas assim, é uma coisa que na sombra a gente consegue fazer, aí não precisa de ir lá no sol né, mas enfim...é, do que produz a gente tem pra fazer também, mas assim, enfim...são tudo coisas que a gente extrai aqui e não precisa de ir buscar lá no mercado que isso é caríssimo, se fosse pra enfiar a mão no bolso pra fazer isso daí eu não teria condições de comprar e de comer, porque não dá. Porque nós somos uma família grande né e aqui a gente tira boa parte, e outra coisa é o seguinte, depois...meu pai faleceu vai fazer nove anos, lá em 2015, ele faleceu em novembro de 2015, então agora dia 27 desse mês completa 9 anos que a gente perdeu ele, veio um câncer aí e devastou e infelizmente a gente não conseguiu salvar, foi embora, mas assim, desde 2015 que a gente vem lutando né pra tudo e todos, batalhando nesse lugar, nesse espaço aqui, só que lá em 2015 ele faleceu...em 2018, a gente já recebeu ordem de despejo aqui, enfim, já veio diretamente ordem de despejo pra gente aqui, só que assim, graças a deus, a gente foi...através do trabalho que fizemos aqui, recebendo os alunos dentro da universidade, desde o ano de 2012, que a gente recebe aqui mais frequente, antes...2009 começava a aparecer um ou outro sabe!? Já aparecia, mas era bem pouco, às vezes vinha dois, três, lá uma vez ou outra, mas agora, de 2012 pra cá, aumentou essa frequência, aí em 2015 meu pai faleceu e eu continuei esse trabalho até hoje né! E hoje, a gente tem uma grande quantidade de alunos que frequenta aqui, alunos, professores e tudo, e a gente trabalha junto e assim eu fui, na convivência a gente foi conquistando o espaço, a amizade, a convivência ‘com os professores aí, chegou em 2018 quando a gente recebeu essa ordem de despejo, imediatamente a gente... eu comentei com a Ana Leotelli, a professora...e ela já imediatamente me apresentou pra professora Cecília, e a professora Cecília, ela já trabalhava com as ocupações por aí, e aí deu certo, ela veio aqui e a gente sentou, conversou, dali pra cá, nós começamos a trabalhar junto desde então a gente tem passado

por várias lutas, vários processos e aí graças a deus, devagar a gente vem lutando juntas mais “tamo” vencendo. Já passamos por várias etapas, graças a deus, e hoje nós já...eu “tô” aguardando a documentação, da certificação da Fundação Palmares, graças a deus, quinta-feira, agora da semana que passou, recebi eles pra uma visita técnica pra minha certificação, nosso lugar!

N. S: Eu lembro que você estava comentando que eles estavam pra vim né!? É um processo que demora, mas vai sair.

M. S: Sim, eles “veio” e exatamente já “tava” com um ano que “tava” esperando e veio. Então, aí tipo assim em Novembro do ano passado, dia 30 de novembro, a professora Ângela me trouxe a professora Clemilda que ela era uma das representantes né, da Fundação Palmares, e aí que que acontece...ela veio dia 30, já imediatamente convocou o Rolland do INCRA pra nos fazer uma visita e conversar pra saber como que andava esses processos e tal, enfim...e, aí o que é que acontece como lá atrás, lá em 2018 como eu te comentei , a gente junto com a Cecília no entramos com o pedido na defensoria pública e daí porque eles me mandaram a audiência dia 18 de dezembro, uma época que você não encontra ninguém pra te defender.

N. S: Foi em que ano essa ordem?

M. S: Foi em 2018, a audiência...que eles me mandaram essa ordem , e daí a professora Cecilia já imediatamente entramos com o pedido da defensoria pública, que na época era da doutora O. né!? E a doutora Olenca, já entrevi imediatamente, conseguimos ganhar mais tempo e nisso, essa audiência foi marcada, se não me falha a memória, pro mês de fevereiro, do ano seguinte, 2016...2019. E aí graças a deus, dali pra cá a gente vem nessa luta, nessa batalha né, e ganhamos esse processo umas duas três vezes, mas o procurador do município recorria e aí foi vindo, foi vindo e daí doutora O. foi trocada, substituída de cargo e veio doutor J. V. pro setor, e desde então “tamos” com o Dr. João Vitor até hoje e graças a deus, tava difícil, difícil, difícil, mas graças a deus o Dr. João Vitor aos poucos a gente conversando, de repente chegou um ponto de nós sermos quilombola, porque tava difícil de reverter o processo, mas de repente Dr. João Vitor se depara que nós somos quilombolas, remanescentes e desde então “mudamo” um pouco a estratégia, “viramo” o outro lado e graças a deus hoje eu “tô” muito feliz né!? Que hoje a gente já “tá” com a certificação, só falta vim o registro documentado que segundo o Alan, esse registro virá antes do dia 20, dia 20 é o dia da consciência negra e se deus quiser nós já vamos “tá” com o documento. Então isso pra mim é muito importante sabe, porque é uma luta que aos poucos a gente vai vendo resultado, vai se abrindo as portas e se deus quiser, amanhã ou depois virá aí a demarcação do INCRA, do território e nos já estamos hoje,

podemos dizer um quilombo registrado em Foz do Iguaçu né!? Porque até então não tinha quilombo em Foz do Iguaçu, tinha esse de São Miguel, mas mesmo assim, nunca “se falado” por Foz do Iguaçu. E a gente aqui né!? Somos remanescente de lá, como “temo” muitas pessoas aqui que são remanescentes vivendo aqui em Foz do Iguaçu né...lógico não trabalha na área rural, mas trabalha na cidade e vive na cidade e são quilombolas, isso não vai fazer eles deixar de ser quilombola. Então aqui hoje, nós temos esse espaço que a qualquer momento se eles quiserem se encontrar, a gente pode tá se reunindo aqui né!? Pra mim, nossa...é um grande passo, um grande avanço e é um marco na história né!? Porque pra você vê que é tanto que aqui nós não temos quilombo em Foz do Iguaçu...não tínhamos porque agora teremos, agora temos quilombo em Foz do Iguaçu, graças a deus, ninguém pode dizer que não tem, mas assim, eu tenho um orgulho muito grande. Sinto-me orgulhosa, tenho o prazer muito imenso em saber que tudo isso começou pelas nossas mãos. Tudo isso hoje, podemos dizer que tudo isso apesar de muita luta e muita batalha, os primeiros passos desse quilombo...por isso que jamais, enquanto eu viver, eu tiro o nome do meu pai desse quilombo, que é o seu Zé. Então pelas mãos do seu Zé, começou todo esse trabalho que você vê aqui, que hoje a gente dá continuidade, ele foi embora, mas ele deixou a gente aqui né, carregando e cumprindo essa missão e enquanto a gente viver, assim eu quero honrar essa titulação dele, esse nome que ele deixou marcado nesse lugar, então tipo assim, a gente se sente muito lisonjeado por isso sabe! E agradecido também, pelo apoio de muita gente, que tem contribuído, tem passado por aqui, tem deixado sua marca né!? Nos ajudou muito e eu agradeço todos os dias a parceria junto com eles, porque a cada um que veio, eu sei que nenhum saiu daqui vazio também, porque a gente contribuindo com a história de vida da gente, com o trabalho da gente e também recebendo a divulgação, o trabalho e todo o apoio que essa universidade tem dado pra gente, todo esse suporte que tem nos ajudado sabe!?

N. S: Você comentou um pouco antes, mas pra você o que significa ser quilombola?

M. S: O que é que significa ser quilombola? Pra mim, olha, primeiro passo: resgate de cultura, tradição, do que a gente é realmente; de vida. Você tá entendendo? Porque, por exemplo, tá aí minha mãe, fazendo 80 anos e a minha mãe não sabe viver outra vida a não ser isso, então, isso é preservação de cultura, né!? Tradição, ensinamento, continuidade dos nossos antecessor né!? Da nossa ancestralidade, que eu valorizo muito e isso era o meu medo, e ainda tenho muito medo, porque isso está se perdendo aos poucos vai se perdendo, então pra mim isso que tá acontecendo aqui nesse espaço, eu estou muito feliz, porque pra mim é resgate de tudo isso. De alguma forma a gente está resgatando a nossa essência, nossa cultura, a tradição da gente!

N. S: E garantindo a permanência...

M. S: Exatamente 1 Garantindo o espaço onde nós podemos tirar o nosso pão de cada dia, né! E o meio de sobrevivência da família e da nossa... não só da nossa geração, mas do que estão vindo aqui atrás né! Então eu acho assim... que pra mim, é muito importante, nossa! E eu sou feliz “fia” em ser o que sou, ser quilombola! Porque assim, eu aprendi a defender o meu “pão de cada dia”, viver com o suor dos nossos próprios rostos, sem prejudicar nem incomodar ninguém, entende? E saber que, graças a deus, a gente deita hoje, sabe que amanhã vai levantar e vai trabalhar de novo, mas sabe que quando chega na hora do almoço a panela tá cheia, chega na hora da janta tem também, amanhã sabemos que vai ter se deus quiser... então, cada dia que passa pra gente é uma vitória e hoje em dia você sabe que viver tem que...

N. S: Tá difícil!

M. S: Não tá tão fácil assim né!? Pois é, então aqui minha filha... as crianças correm, têm liberdade, a gente deita e dorme em paz. Pagamos luz, água, nos tomamos da nascente, mas pagamos a luz? Sim! Mas se não tivesse como pagar a luz, a gente tem o “liquin”, lampião a gás, a gente pode usar lamparina de querosene... tudo isso ainda existe nesse lugar. Então tipo assim, são coisas que pra mim é resgatar né!? Porque hoje em dia minha “fia”, isso está se perdendo, se acabando, tá indo embora. Cada dia que passa, a gente vê isso, escorregando pelos dedos da mão, e nós não pode fazer nada a não ser batalhar e lutar pra resgatar tudo isso né?

N. S: Pra que permaneça né!?

M. S: Exatamente!

N. S: E qual a importância desse local que vocês ocupam, pra você e pro quilombo em si?

M. S: Olha, eu acho que é muito! A importância é bastante grande, até mesmo, através de tudo isso que eu acabei de te explicar, né, pela fartura, liberdade e a tranquilidade que a gente tem né? E tipo assim, pra minha família, fartura de tudo que a gente tem, graças a deus, quando produz é bastante, toda a família se beneficia, todo mundo come, enfim... a mandioca que eles tão levando não é daqui, eles compraram agora em Santa Terezinha e tão levando agora, mas quando eles não têm, eles vem aqui leva também, banana eles levam também; o que eles não têm lá eles levam daqui, é um abacaxi, é um alface, é uma coisa ou outra, é uma abóbora, tudo sempre tem

alguma coisa. Então pra mim esse espaço, minha filha, é muito não só pelo fato...pra família é tudo, eu falo, porque graças a deus aqui, nós colhemos um alimento saudável, nós sabemos o que tamos comendo, o que tamos consumindo, as crianças já tá comendo uma coisa pura natural, nós sabemos, então tipo assim é outro patamar. Você sabe que a saúde é outra coisa. Então pra mim é muito importante! Então mais é assim, sabe!? E tudo é este espaço, né fia!? Se não tivesse esse espaço não teríamos nada disso, não teríamos como proporcionar, por que o valor é bastante alto no mercado, você sabe disso né?

N. S: Sim, pois alimentação é uma das coisas mais caras e que o brasileiro mais sofre!

M. S: Então, e ainda sabendo que nós teríamos que pagar um valor alto por uma mercadoria que nós desconhecemos a origem, né?

N. S: Sim, não sabe o que está ingerindo, muito agrotóxico. E a consequência é só doença.

M. S: Exatamente, então. Aqui tem a cana-de-açúcar, quando os meninos quer tomar um caldo de cana aqui, eles vão lá, colhe a cana, limpa, vai no engenho, faz o caldo e traz o caldo, põe pra gelar e dali a pouco tão tomando! Mas é puro, sem água, sem misturas né!? Tá, quando eles resolve...“ah vamo fazer uma rapadura”. Joga o tacho no fogo, vai ali, moi o caldo, joga dentro, dali a quatro, cinco, seis horas, é cozinhando ali, sai uma rapadura aí. Então, tipo assim, eu não sou de comer muito essas coisas, mas eles têm! Por que que tem? Porque tem esse espaço se não nada disso poderia acontecer né!? O oxigênio, a respiração que você tem aqui, isso daí é uma coisa que eu não preciso nem falar, porque quando você entra do portão você já vê que é diferente.

N. S: Sim, a temperatura, tudo!

M. S: E tudo isso se dá o quê? A natureza preservada nesse lugar, né! E a oxigenação vem da onde? Tá aí as árvores, essa natureza maravilhosa que a gente tem aqui, a diversidade de pássaros que tem aqui. “Cara”, você não tem noção como é você acordar de manhã com o canto dos pássaros e o barulho das água e... as aves, as galinhas, os galos, é totalmente diferente! Não tem nada a ver com o que nós vive lá dentro da cidade. Então, a importância que tem esse local, a extrema importância que tem, não tem como eu descrever pra você a imensidão de gratidão que eu tenho a deus por isso, né!? Porque em outro lugar eu não teria condições de proporcionar isso pra minha família, nem mesmo que a gente quisesse é impossível. Você sabe disso, por aqui não tem!

N. S: Sim, aqui são raríssimos os locais que você que tenha tanta natureza assim!

M. S: É porque quando tem o ser humano vai lá e tenta destruir ela. Vão acabando com ela, vão derrubando, e vão fazendo, destruindo, se acabando. Só que ele não pensa que amanhã ou depois ele precisa daquela árvore ali. É que nem a água que nós temos aqui, o córrego aqui, eu vivo numa luta intensa aqui por quê? Porque tem uns moradores que moram pra lá que cria porcos, certo? Mas a gente tem o Córrego Brasília que passa aqui, no fundo, e esse córrego você sabe como a água é linda, a água é transparente quando os porcos não suja lá, certo? Porque esse córrego ele nasce lá, no começo da mata, lá em cima, naquela curva, lá perto da igreja, né!? E aí o que é que acontece...como ele nasce...ele vem de lá, descendo pra cá. Tem dia que ela tá bem suja e amarelada por causa disso, mas também tem um outro, porém, que aqui a gente enfrenta, que é uma barreira bastante grande. A gente enfrenta uma grande luta aqui, pelo seguinte, não é falar mal não...tem lixeiro que passa na rua três vezes na semana, tem coleta seletiva que passa uma vez na semana, então não teria necessidade de o povo descartar lixo na rua. E aqui eles descartam na rua, nas margens e no entorno dessa região, desse corredor verde, e do córrego Brasília aqui. E aí o que é que acontece? Quando vem a chuva, a chuva ela vai procurar escorrer por onde ela consegue e vai chegar ao córrego, querendo ou não, ela vai pro córrego. Quer que acontece, ela vai arrastando “tudo” o lixo que tem pela frente e vai levando e vai parar tudo dentro do córrego aqui embaixo. Que que acontece “fia”, quando eu posso tirar, a minoria que eu consigo tirar aqui, eu tiro, se não ela passa por dentro do asfalto aí e vai cair lá dentro da Itaipu. Agora fala pra mim, teria necessidade disso? Não!

N. S: Não, pois é!

M. S: Tem a lixeira, tem coleta seletiva! Pra quê fazer isso? Fala pra mim? Porque essa injustiça! Só que o ser humano, ele não pensa. Sabe porque que ele faz isso!? Ele não tá nem aí com essas nascentes, com essa água, sabe? Eu que “tô” aqui me matando de preocupação e com o coração partido de ver isso acontecendo, você sabe por quê? Pelo seguinte: o sujeito abre a torneira lá da casa dele e tá saindo água, só que cada dia que passa essa água tá indo embora, tá sumindo essa água. Só que essa pessoa que faz isso, esse ser humano consciente, ele não tem noção do que ele “tá” fazendo, porque amanhã ou depois, ele não é capaz de raciocinar, que talvez seja esse código, essa água aí quem vai sustentar e alimentar eles; talvez, amanhã ou depois vai ser essa nascente que tá aí que eles tão poluindo dessa maneira, é quem vai sustentar essa vila, essa cidade; ninguém sabe disso. Ninguém tem certeza

que pode ser isso que vai acontecer, então eu já penso no amanhã sabe? Eu to aqui, hoje eu to com 55, vou fazer 56 anos, mas tem aqui “oh”, você viu meu sobrinho tá com um aninho...vai fazer um aninho e oito mês agora dia nove. Qual será o futuro dessa criança? Quem garante que daqui quando ele “tiver” lá com 18, 19, 20 anos, não vai ser esse rio que vai “tá” sustentando essa vila, essa cidade? Quem garante? Então, gente, “vamo” cuidar do que tem “meu deus do céu”! Por que não cuida de uma coisa tão bonita, né? Tão pura.

N. S: Sim, aqui em Foz o que mais tem é água, mas como você disse, nada garante que vai ter pra sempre, então...

M. S: Minha filha, é que você não tem noção, aqui mesmo se você vê o quanto essa água já diminuiu nos últimos dez anos, você não tem noção. Olha, eu vou te falar uma coisa, se você pudesse uma hora...o dia que você puder eu vou te levar por ali e vou te mostrar depois nas fotografias, pra você vê o quanto a água já secou aqui. Isso aqui, agora...que nós “tamo” coberto de nascente, certo? Agora você imagina aonde que não têm!.

N. S: E onde o pessoal não cuida também, né!?

M. S: Pois é! Então daí você só imagina como que vai ser! É complicado, eu olho assim, sabe...comento com alguém: se a gente não tivesse aqui fazendo essa proteção, que nós fazemos hoje, eu imagino...eu tento imaginar como que seria, eu tento raciocinar, como que seria, será...como que “taria” né? Não sei!

N. S: Provavelmente o pessoal já tinha acabado!

M. S: Pois é! Imagina o tanto de lixo e o tanto de poluição que “taria” em cima disso aí!

N. S: Porque o pessoal olha assim: ah é mato! E na cabeça deles é um ótimo lugar pra se jogar lixo, pra descartar as coisas!

M. S: Uhum! Fazer descarte irregular, bem isso.

N. S: E em relação a...você estava falando do local e quais são hoje as necessidades que a horta possui?

M. S: Olha, a gente ainda possui muita necessidade, aqui ainda falta muita coisa, sabe!? Porque, tipo assim, a gente tem necessidade de, por exemplo, aqui, eu ainda preciso de uma organização muito grande aqui porque como você “tá” vendo, a gente tem os animais, o que é de água, a gente muito de

água aqui pra eles, mas o que não é de água a gente tem o galinheiro que eles dormem aqui atrás né, tem um pedacinho de cercado de terra ali que até inclusive já conversei com minha mãe pretendo pegar um arame fechar aquele que tem de trás ali, só que eu vou precisar de muita tela, tela de malha fina pra que não atravesse bichos pra atacar as galinhas lá dentro. Inclusive, eu fui contemplada num grupo de...como é que fala...dos Quintais Produtivos, fui contemplada com o 'tratorito'. "Tô" aguardando...

N. S: Nossa, que legal! Eu participei de uma pesquisa com os quintais produtivos lá em Recife!

M. S: Então, aí eu fui contemplada com o 'tratorito' pra gente fazer os canteiros sabe!? E inclusive "se inscrevemos" de novo, nesse daí, inclusive eu pedir...também, "tô" sendo contemplada em um outro pra...aí eu até pedi umas metragens de tela, um triturador de galho, já que vai vim o 'tratorito' vamos pegar o triturador de galho, que são coisas que aqui eu preciso muito porque a gente faz podas de árvore aqui, e aí então eu preciso pra colocar essas coisas e vamos fazer uma forragem pra fazer adubo né! E aí a gente coloca na roça, no terreno, onde a gente precisa resgatar o solo, no meio da plantaçao e esse tipo de coisa e aí então o que sobrar do valor vamos investir em tela pra nós "tá" cercando, fechando um local pra que a gente tenha tranquilidade com os animais, tanto proteger dos bichos né como também a plantaçao. Porque o bicho é assim, todo lado que você olha você "tá" vendo galinha metendo a perna e ciscando né pra comer. Porque eles comem milho de manhã e à tarde eles ficam aí o dia inteiro, mas quando dá cinco horas da manhã, eles tão aqui pedindo milho pra mãe e aí a mãe levanta cedo e já joga milho pra eles aí e daí eles comem e daí saí. Daí vão roda o dia inteiro, aí vem, fica aqui, deita na sombra, descansa, fica rodando aí por debaixo das árvores que eles não gostam de ficar no sol quente também não são folgados! (risos).

N. S: Sim! (risos).

M. S: Aí então, tipo assim, tudo isso são coisas que envolvem valor, custo e é recurso que a gente não tem! A gente vai ter que ir construindo assim, devagar, aí a gente vai resolvendo essas questão e se deus quiser com o jeitinho da gente, a gente vai batalhando e organizando isso, sabe? Mas eu preciso muito disso, nossa com urgência!

N. S: E você acha que depois que regulamentar essa questão do território, você acha que vai vocês vão conseguir ter acesso a mais coisas? **35:50**

M. S: Olha, pelo menos facilidade um pouco mais pra gente acessar editais, essas coisas...buscar recursos né!? Eu acredito que isso vai ajudar muito,

nossa! Eu acredito que “tá” me abrindo um leque, uma porta, um monte de oportunidade. Olha o patinho lá, ela soltou eles e eles tão vindo desconfiado que eles não conhecem...então tipo assim, sabe, são coisas que meu deus, pra mim vai me abrir um leque de oportunidades aí, eu acredito muito nisso! E conto bastante com isso porque eu preciso aqui na área, sabe, até mesmo eu preciso fazer mutirões, quero ver se eu faço agora no próximo ano pra fazer a limpeza do córrego aqui, no fundo, e enfim são muitas coisinhas que tem pra fazer fia. Até mesmo eu preciso está montando um espaço pra montar uma cozinha pra receber eventos, as pessoas quando vem aqui. Porque hoje a gente faz tudo isso aqui na casa da minha mãe, né!? Mas assim, quando tá tempo bom, firme é uma maravilha, joga uma mesa aqui pra fora e faço...recebo todo mundo tranquilo, mas se tá chovendo tem que enfiar tudo aqui dentro, aí dependendo da quantidade de pessoas fica super apertada. Então, eu quero assim, um lugar aonde que faça chuva ou sol eu posso receber as pessoas tranquila e montando uma cozinha, eu posso cozinhar já no local pra não ter que vim pra casa da minha mãe aqui. Porque hoje eu tenho que fazer isso aqui, não tem outro lugar, mas enfim, devagar a gente vai chegar lá e deixar tudo bem organizado!

N. S: Então a titulação ajudaria em muitas outras áreas né? Porque uma ordem de despejo vocês já não iam receber se já tivesse a titulação lá atrás!

M. S: Exatamente! Mas por tudo isso, às vezes...(som dos patos se aproximando) agora eles já vão voltar...mas enfim, sabe, tudo isso acontece, nada é por acaso, talvez é pra gente saber e sentir, né! Como que funciona, como que é...eu costumo dizer que nada nessa vida acontece por acaso, talvez é pra gente ter conhecimento, aprendizado, enfim...não é fácil assim, nada é de “mão beijada”. Por exemplo, aqui hoje “tá” desse jeito, só que a gente tá trabalhando aqui a quase 35 anos, é uma vida!

N. S: Sim, uma vida dedicada a isso!

M. S: Exatamente, aqui a gente não tem domingo, não tem feriado, a vida segue e é desse jeito todos os dias, entende? É uma coisa ou outra, mas estamos aqui, tem o que fazer.

N. S: É, como você falou antes, se chegar aqui sempre tem o que fazer!

M. S: Sim, bem isso!

N.S: Você estava falando em relação às dificuldades que você comentou, vocês estão aqui a mais de 30 anos, então quais as dificuldades que vocês enfrentaram e que continuam enfrentando para poder ocupar esse espaço?

M. S: Menina, eu vou falar bem a verdade pra você, que “nós continua” enfrentando até hoje uma dificuldade bastante que a gente aqui tem lidado e continua lidando e eu acredito que mesmo com a titulação e com tudo isso, a gente vai continuar lidando, é a invasão do povo do entorno, porque aqui, como já aconteceu várias vezes, eles entram aqui e eles roubam os produtos da gente, entende? Vem pessoas que tem a maior “cara de pau” de chegar e botar a mão naquilo que é da gente e levar sem perguntar nada, sem sequer chegar e pedir, sem nada, sabe? Simplesmente chega, pega e leva! E essas invasões elas ocorrem como: às vezes, acontece deles entrar pela entrada, aí, você vê que encontrou uma pessoa, a gente acompanha, vai até lá e tá tudo bem, mas às vezes o que é que acontece!? Eles não entram pela estrada, ele entra pela mata, pela margem e daí ele consegue ter acesso aonde que ele quer e fazer a colheita que ele quer! Então isso aí é uma coisa que a gente sempre lidou e vai ter que lidar, é uma dificuldade enorme, a gente acaba correndo alguns certos riscos porque eu sou aquela que eu vou lá e falo, entende? Porque eu acho que eu não tenho obrigação nenhuma de tá trabalhando “feito escravo” aqui no sol quente pra outro vim, levar e eu ficar aqui simplesmente olhando, sabe? Então é uma coisa que a gente acaba correndo esse risco né! Eu coloquei câmera lá na entrada, quebraram a minha câmera lá, entendeu, minha câmera, quebraram esses dias, aí tem uma aqui, tem uma lá embaixo, tem outra aqui na roça, tem outra lá na roça, mas mesmo assim a gente enfrenta bastante isso viu? Então eu acho que isso é uma coisa que eu já enfrentei, vou continuar enfrentando e eu acho bastante difícil isso!

N. S: E você acha que isso acontece por quê?

M. S: Olha, é falta de cultura e de respeito e de consideração das pessoas no entorno, na região, isso aí...eu acho que todo lugar sempre vai ter isso, né? Aqui na cidade, mas eu acho que a pessoa tinha que ter o mínimo de dignidade e de respeito e valorizar o trabalho da gente, entende? Poxa, a gente planta... “ah, eu quero isso, quero aquilo!” Eu também quero, eu tenho porque trabalho, enquanto eu tiver trabalhando a pessoa tá curtindo, tá festando, tá vivendo, mas eu to aqui trabalhando, aí depois ele vem tirar o que é meu? Não acho justo!

N. S: Sim, um desrespeito mesmo né? De não respeitar o lugar, as pessoas ou na cabeça deles de que era um lugar que era pra ser de todo mundo, vamos dizer assim, porque tem muita gente que pensa assim!

M. S: Pensa assim, mas ele não quer trabalhar pra manter isso né? E quer viver em cima do trabalho do outro, se beneficiar em cima do trabalho do outro e isso daí eu não acho justo, não acho correto não! Aí às vezes, as pessoas

invadem aqui de noite, sabe que tem pessoas aqui e que a gente sabe que eles tão passando por aí, inclusive por dentro do córrego aqui, eles descem aí pra baixo e passam por dentro da Itaipu, e a gente não sabe quem que é, não tem acesso, eu não conheço, mas a gente vê passando aí a noite e aí eu te pergunto uma coisa, tipo assim, será que a Itaipu sabe disso? Acho que não!

N. S: E nem procura saber?

M. S: Não procura saber!

N. S: Eu queria te perguntar sobre as plantas, porque eu sei que aqui vocês têm todo tipo de planta como você já me mostrou...e vocês conseguem se manter delas, e aí assim eu não sei como foi o processo de antes até aqui, mas vocês já chegaram a produzir pra fora, pra vender em alguma feira? Em alguma coisa?

M. S: Já! Olha, aquela feira que tem lá na JK aos domingos, eu participei daquela feira três anos! Meu pai era vivo e a gente vendia muito agrião lá! Ma já vendi muito agrião dentro do terminal, eu vendia lá segunda, quarta e sexta! Eu trabalhava de noite, vendia de manhã até umas quatro, três horas, ia pra casa, tomar banho pra ir pro serviço. Vendi muito, na época meu pai tinha um problema de câncer e eles estava se recuperando e se tratando, daí ele tinha umas irrigações que ele colocou ali e a gente pagava praticamente com aquilo que eu vendia lá, e eu ganhava quase três vezes mais do que eu ganhava trabalhando, mas tipo assim...depois chegou um ponto que já não dava pra eu fazer mais isso também! Eu levava de ônibus filha e vendia bem! Por muito tempo o povo ficava indo me procurar lá, depois que eu parei de vender, porque queria comprar!

N. S: Já tinham acostumado a comprar de vocês!

M. S: Isso, já acostumava e igual à gente vendia, não tinha nenhum, ninguém encontra em lugar nenhum, não tem agrião bonito assim, você acha no mercado aquele hidróporo, mas é bem pequenininho, e magrinho, fininho! Aí o povo olhava pro meu, ficava louco, né!? Era assim...nossa vendi muito, aí tipo assim, depois aqui na feira da Vila C, a gente participou ali uns dois anos, a gente participou! E hoje a minha irmã entrega verdura no mercado Vila Velha, e nos sábados minha irmã sai pro carrinho pra rua Aracaju e Belém, ela vai ali e volta e acabou!

N. S: Sim, lembro que da outra vez que vim aqui, ela estava!

M. S: E daí o povo vem buscar aqui né? Sempre a gente vende aqui também! E aí tem gente que pede pra ela pro WhatsApp, ela vem, colhe, joga na moto e vai lá e entrega! Então é assim, fia. Assim a gente vai dando destino a nossa produção, porque assim, o fato de não ter documentação, às vezes, por exemplo, banana, às vezes eu chego a perder, por quê? Na época da fonte da banana mesmo, porque eu não posso vender no mercado mesmo porque eu não tenho nota, se eu não tenho documento, eu não tenho como fornecer nota. Aí não posso fornecer merenda escolar porque tenho que fazer contrato com prefeitura com nada porque não tem documento, então assim...já perdi muito, mas espero que isso vai mudar.

N. S: Isso, por isso que perguntei em relação à documentação, porque ia melhorar muito essas coisas!

M. S: Sim, vai abrir um monte de portas né!? É aquilo que te falei, vai abrir um monte de portas.

N. S: E em relação à Foz do Iguaçu, ninguém da prefeitura chegou a procurar vocês pra se organizar em relação aos quilombos? Não só aqui, mas lá em relação à São Miguel, nunca aconteceu isso?

M. S: Não, nunca, nunca! É como eu to te falando, aqui em Foz o povo não sabe ainda que existe um quilombo, olha poucas pessoas sabem que existe um quilombo aqui em Foz, porque não tinha, como eu te expliquei...agora vão começar a descobrir porque ta saindo a documentação e isso daí é uma matéria que vai repercutir, então o povo vai ter acesso à informação de que existe um quilombo aqui! Mas nunca, nunca fui procurada por ninguém a não ser a universidade!

N. S: Pra benefícios, nada?

M. S: Nada! Aqui, a gente teve ajuda muito da universidade em relação a coisas jurídicas e coisas assim. Ajudar a gente na luta pra permanecer aqui! Mas em termos de recurso financeiro e verbas, a gente não teve de ninguém. Eu ganhei um edital da cultura, foi aonde a gente colocou essas telhas aqui oh...e daí comprei esse zinco com o prêmio da cultura. Porque esse aí cai galho e não quebra! Mas ninguém me procurou pra fornecer ajuda e manter o espaço, nunca, nunca! Se eu falar pra você que nem aquelas podas de galho da prefeitura, eu não consegui, eu não tinha documento, eles exigiam documento! Como eu vou pegar se eu não tinha documento!? Nem isso eu consegui, mas não desistimos!

APÊNDICES

TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: Territórios quilombolas no Paraná: reflexão a partir do Grupo de Trabalho Clóvis Moura.

Pesquisadora: Nayara Fernanda Santos de Sena, **sob orientação do prof. Dr. Anaxsuell Fernando da Silva.**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar dessa pesquisa, desenvolvida através do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos (PPGIELA) da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA); por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é identificar quais as contribuições para comunidades tradicionais quilombolas localizadas no Paraná do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, entre 2005 e 2010 e tem como justificativa compreender as repercussões e avanços para as comunidades quilombolas do Paraná.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: A realização de entrevista semi estruturada, gravadas com sua autorização e transcritas para utilizar como dados nesta pesquisa.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa devem ser explicitados no momento da entrevista, caso não deseje que algo dito não seja transcrito e utilizado na pesquisa.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são de contribuir de modo conciso para o desenvolvimento da pesquisa que tem como principal prioridade produzir conhecimento acerca dos quilombos no Paraná para maior reconhecimento social e político e para reivindicação de futuras políticas públicas.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, basta informar ao pesquisador responsável.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos de entrevista envolvidos.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados desta pesquisa em eventos que correspondam a área da pesquisa e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, se quiser que seu nome não seja identificado, nos informar para que será mantido em sigilo absoluto, e mudaremos seu nome para um nome fictício apenas para utilizar os dados de sua entrevista.

É garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e seus resultados, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador Nayara Fernanda Santos de Sena, pelo telefone: +55 81 996600402 e/ou pelo e-mail: Nayarafss@gmail.com.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, Marcia S dos Santos, de CPF: 703552079-15
concordo em participar do estudo intitulado: TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO PARANÁ:
REFLEXÃO A PARTIR DO GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA.



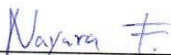
Assinatura do participante ou responsável

Data: 04/11/24

Foz do Iguaçu

Local

Eu, Nayara Fernanda Santos de Sena, de CPF: 111.907.414-23, declaro cumprir as exigências deste termo.



Assinatura do Pesquisador

Data: 04/11/24

Foz do Iguaçu

Local

Título do Estudo: Territórios quilombolas no Paraná: reflexão a partir do Grupo de Trabalho Clóvis Moura.

Pesquisadora: Nayara Fernanda Santos de Sena, **sob orientação do prof. Dr. Anaxsuel Fernando da Silva.**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar dessa pesquisa, desenvolvida através do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos (PPGIELA) da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA); por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é identificar quais as contribuições para comunidades tradicionais quilombolas localizadas no Paraná do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, entre 2005 e 2010 e tem como justificativa compreender as repercussões e avanços para as comunidades quilombolas do Paraná.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: A realização de entrevista semi estruturada, gravadas com sua autorização e transcritas para utilizar como dados nesta pesquisa.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa devem ser explicitados no momento da entrevista, caso não deseje que algo dito não seja transcrito e utilizado na pesquisa.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são de contribuir de modo conciso para o desenvolvimento da pesquisa que tem como principal prioridade produzir conhecimento acerca dos quilombos no Paraná para maior reconhecimento social e político e para reivindicação de futuras políticas públicas.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, basta informar ao pesquisador responsável.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos de entrevista envolvidos.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados desta pesquisa em eventos que correspondam a área da pesquisa e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, se quiser que seu nome não seja identificado, nos informar para que será mantido em sigilo absoluto, e mudaremos seu nome para um nome fictício apenas para utilizar os dados de sua entrevista.

É garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e seus resultados, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador Nayara Fernanda Santos de Sena, pelo telefone: +55 81 996600402 e/ou pelo e-mail: Nayarafss@gmail.com.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, ROSE Carreira, de CPF: _____;
concordo em participar do estudo intitulado: TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO PARANÁ:
REFLEXÃO A PARTIR DO GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA.

* ROSE Carreira
Assinatura do participante ou responsável

Data: 04 / 11 / 2024

Faz de Iguaçu
Local

Eu, Nayara Fernanda Santos de Sena, de CPF: 111.907.414-23, declaro cumprir as exigências deste termo.

Nayara Fernanda S. de Sena
Assinatura do Pesquisador

Data: 04 / 11 / 2024

Faz de Iguaçu - PR
Local

Título do Estudo: Territórios quilombolas no Paraná: reflexão a partir do Grupo de Trabalho Clóvis Moura.

Pesquisadora: Nayara Fernanda Santos de Sena, **sob orientação do prof. Dr:** Anaxsuell Fernando da Silva.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar dessa pesquisa, desenvolvida através do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos (PPGIELA) da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA); por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é identificar quais as contribuições para comunidades tradicionais quilombolas localizadas no Paraná do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, entre 2005 e 2010 e tem como justificativa compreender as repercussões e avanços para as comunidades quilombolas do Paraná.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: A realização de entrevista semi estruturada, gravadas com sua autorização e transcritas para utilizar como dados nesta pesquisa.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa devem ser explicitados no momento da entrevista, caso não deseje que algo dito não seja transcrito e utilizado na pesquisa.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são de contribuir de modo conciso para o desenvolvimento da pesquisa que tem como principal prioridade produzir conhecimento acerca dos quilombos no Paraná para maior reconhecimento social e político e para reivindicação de futuras políticas públicas.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, basta informar ao pesquisador responsável.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr. (a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos de entrevista envolvidos.

Garantimos o compromisso com a privacidade e a confidencialidade dos dados utilizados, preservando integralmente o anonimato e a imagem do participante, bem como a sua não estigmatização, não revelando seu nome e cargo público; deixando em sigilo seus dados pessoais e profissionais, utilizando um nome fictício, ao citar ou referir-me a você.

Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos de entrevista envolvidos. Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados desta pesquisa em eventos que correspondam a área da pesquisa e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, se quiser que seu nome não seja identificado, nos informar para que será mantido em sigilo absoluto, e mudaremos seu nome para um nome fictício apenas para utilizar os dados de sua entrevista. É garantido ao

Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e seus resultados, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora Nayara Fernanda Santos de Sena, pelo telefone: +55 81 996600402 e/ou pelo e-mail: Nayarafss@gmail.com.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, Jorge Ferreira de Souza, de CPF: 329237089-20; concordo em participar do estudo intitulado: TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: REFLEXÃO A PARTIR DO GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA.



Assinatura do participante ou responsável

Data: __29__ / __10__ / __24__

Curitiba - PR

Local

Eu, Nayara Fernanda Santos de Sena, de CPF: 111.907.414-23, declaro cumprir as exigências deste termo.

Documento assinado digitalmente
gov.br
NAYARA FERNANDA SANTOS DE SENA
Data: 23/11/2024 16:46:54 -0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do Pesquisador

Data: __21__ / __11__ / __2024__

Foz do Iguaçu - PR

Local

Título do Estudo: Territórios quilombolas no Paraná: reflexão a partir do Grupo de Trabalho Clóvis Moura.

Pesquisadora: Nayara Fernanda Santos de Sena, **sob orientação do prof. Dr:** Anaxsuell Fernando da Silva.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar dessa pesquisa, desenvolvida através do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos (PPGIELA) da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA); por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é identificar quais as contribuições para comunidades tradicionais quilombolas localizadas no Paraná do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, entre 2005 e 2010 e tem como justificativa compreender as repercussões e avanços para as comunidades quilombolas do Paraná.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: A realização de entrevista semi estruturada, gravadas com sua autorização e transcritas para utilizar como dados nesta pesquisa.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa devem ser explicitados no momento da entrevista, caso não deseje que algo dito não seja transcrito e utilizado na pesquisa.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são de contribuir de modo conciso para o desenvolvimento da pesquisa que tem como principal prioridade produzir conhecimento acerca dos quilombos no Paraná para maior reconhecimento social e político e para reivindicação de futuras políticas públicas.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, basta informar ao pesquisador responsável.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos de entrevista envolvidos.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados desta pesquisa em eventos que correspondam a área da pesquisa e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, se quiser que seu nome não seja identificado, nos informar para que será mantido em sigilo absoluto, e mudaremos seu nome para um nome fictício apenas para utilizar os dados de sua entrevista.

É garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e seus resultados, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador Nayara Fernanda Santos de Sena, pelo telefone: +55 81 996600402 e/ou pelo e-mail: Nayarafss@gmail.com.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador Nayara Fernanda Santos de Sena, pelo telefone: +55 81 996600402 e/ou pelo e-mail: Nayarafss@gmail.com.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, Cristina Silveira de Oliveira de CPF: 036.10648708, concordo em participar do estudo intitulado: TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: REFLEXÃO A PARTIR DO GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA.

Cristina Silveira de Oliveira
Assinatura do participante ou responsável

Data: 21/11/2024

Curitiba 21-11-2024
Local

Eu, Nayara Fernanda Santos de Sena, de CPF: 111.907.414-23, declaro cumprir as exigências deste termo.

Documento assinado digitalmente
gov.br NAYARA FERNANDA SANTOS DE SENNA
Data: 21/02/2025 01:20:45 -0100
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Pesquisador

Data: ____/____/____

Local

Título do Estudo: Territórios quilombolas no Paraná: reflexão a partir do Grupo de Trabalho Clóvis Moura.

Pesquisadora: Nayara Fernanda Santos de Sena, **sob orientação do prof. Dr:** Anaxsuell Fernando da Silva.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar dessa pesquisa, desenvolvida através do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos (PPGIELA) da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA); por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é identificar quais as contribuições para comunidades tradicionais quilombolas localizadas no Paraná do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, entre 2005 e 2010 e tem como justificativa compreender as repercussões e avanços para as comunidades quilombolas do Paraná.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: A realização de entrevista semi estruturada, gravadas com sua autorização e transcritas para utilizar como dados nesta pesquisa.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa devem ser explicitados no momento da entrevista, caso não deseje que algo dito não seja transcrito e utilizado na pesquisa.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são de contribuir de modo conciso para o desenvolvimento da pesquisa que tem como principal prioridade produzir conhecimento acerca dos quilombos no Paraná para maior reconhecimento social e político e para reivindicação de futuras políticas públicas.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, basta informar ao pesquisador responsável.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr. (a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos de entrevista envolvidos.

Garantimos o compromisso com a privacidade e a confidencialidade dos dados utilizados, preservando integralmente o anonimato e a imagem do participante, bem como a sua não estigmatização, não revelando seu nome e cargo público; deixando em sigilo seus dados pessoais e profissionais, utilizando um nome fictício, ao citar ou referir-me a você.

Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos de entrevista envolvidos. Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados desta pesquisa em eventos que correspondam a área da pesquisa e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, se quiser que seu nome não seja identificado, nos informar para que será mantido em sigilo absoluto, e mudaremos seu nome para um nome fictício apenas para utilizar os dados de sua entrevista. É garantido ao

Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e seus resultados, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora Nayara Fernanda Santos de Sena, pelo telefone: +55 81 996600402 e/ou pelo e-mail: Nayarafss@gmail.com.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, Cristina Ap. Gameiro Ferreira de Souza , de CPF: 397223259-49; concordo em participar do estudo intitulado: TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: REFLEXÃO A PARTIR DO GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA.




Assinatura do participante ou responsável

Data: __29__ / __10__ / __24__

Curitiba - PR

Local

Eu, Nayara Fernanda Santos de Sena, de CPF: 111.907.414-23, declaro cumprir as exigências deste termo.

Documento assinado digitalmente
 **NAYARA FERNANDA SANTOS DE SENNA**
Data: 21/11/2024 16:46:54-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Pesquisador

Data: __21__ / __11__ / __2024__

Foz do Iguaçu - PR

Local